

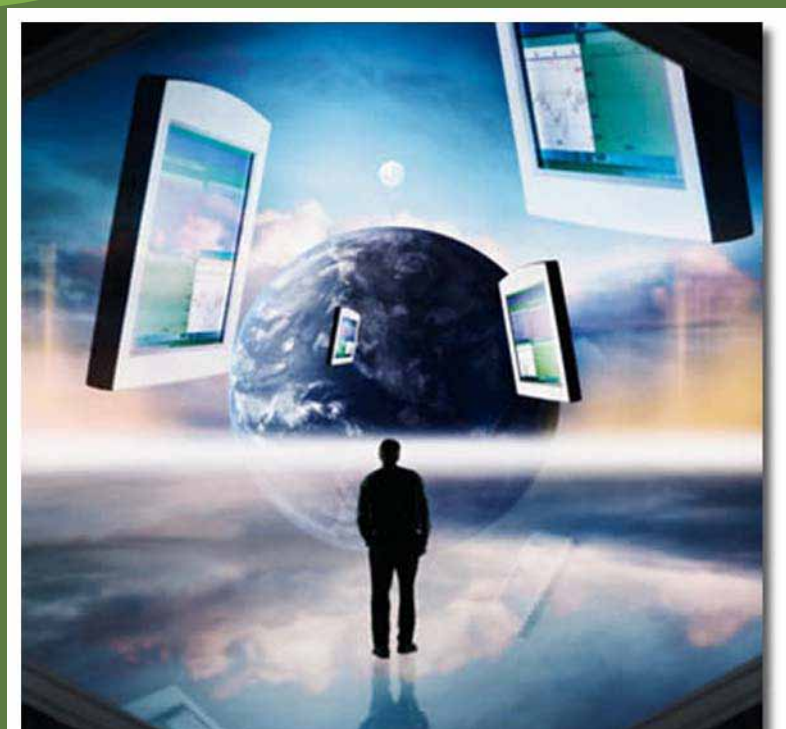
IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 416 - Ano XIII - 29/04/2013 - ISSN 1981-8769



A organização do mundo do trabalho e a modelagem de novas subjetividades



Mário Sergio Salerno

O trabalho mediado pelas inovações tecnológicas. Impactos e desafios

Giovanni Alves: Roberto Heloani:

Ser-mercadoria num momento histórico de crise radical da forma-mercadoria

A organização do trabalho e a manipulação da subjetividade

EMAI S

Richard Poulin:

O caso de amor entre a prostituição internacional e o capitalismo

Letícia de Luna Freire:

A ciência em ação de Bruno Latour

Memória:

Liliana Segnini fala sobre o legado de Robert Castel

A organização do mundo do trabalho e a modelagem de novas subjetividades

As novas configurações do mundo do trabalho, seus impactos na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras e seus desafios para a organização e a luta da classe trabalhadora, hoje, é o tema em discussão na revista **IHU On-Line** desta semana.

Contribuem no debate **Ruy Braga**, professor no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, **Mário Sérgio Salerno**, professor do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da USP e coordenador do Observatório da Inovação e Competitividade do Instituto de Estudos Avançados da USP, **José Roberto Montes Heloani**, professor e pesquisador da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, na área de Gestão, Saúde e Subjetividade, **José Ricardo Ramalho**, professor do Departamento de Sociologia e do PPG em Sociologia e Antro-

pologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), **Giovanni Alves**, professor da Faculdade de Filosofia e Ciências do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, no campus de Marília, **Elísio Estanque**, professor na Universidade de Coimbra, **Claudio Dedecca**, professor do Instituto de Economia da Unicamp, **Marcia de Paula Leite**, professora da Unicamp, **Christian Mazzari**, professor da Universidade della Svizzera Italiana e **Lucas Henrique da Luz**, professor da Unisinos e colaborador do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

“O ‘encarpetado’ chão de fábrica” é o título da reportagem da semana.

Completam a edição, as entrevistas com **Richard Poulin**, coordenador do Instituto de Estudos e Pesquisas Feministas da Universidade de Ottawa, no Canadá, com **Letícia de Luna Freire**, da UFRJ, que, na próxima

quinta-feira, dia 02-05-013, no IHU, proferirá a conferência “A ciência em ação de Bruno Latour”, e, recordando a obra de Robert Castel, recentemente falecido, com **Liliana Segnini**, da Unicamp.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Instituto Humanitas
Unisinos

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.
E-mail: humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto
Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU

IHU On-Line é a revista
semanal do Instituto
Humanitas Unisinos – IHU
ISSN 1981-8769.

IHU On-Line pode ser
acessada às segundas-feiras,
no sítio www.ihu.unisinos.br.
Sua versão impressa circula às
terças-feiras, a partir das 8h,
na Unisinos.

Apoio: Comunidade dos
Jesuítas – Residência Conceição.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio
Neutzling (inacio@unisinos.br).
Editora executiva: Graziela
Wolfart MTB 13159
(grazielaw@unisinos.br).
Redação: Márcia Junges MTB
9447 (mjunges@unisinos.br),
Patrícia Fachin MTB 13062
(prfachin@unisinos.br) e
Ricardo Machado MTB 15.598
(ricardom@unisinos.br).
Revisão: Isaque Correa
(icorrea@unisinos.br).

Colaboração: César Sanson,
André Langer e Darli Sampaio,
do Centro de Pesquisa e Apoio
aos Trabalhadores – CEPAT, de
Curitiba-PR.
Projeto gráfico: Agência
Experimental de Comunicação
da Unisinos – Agexcom.
Editoração: Rafael Tarcísio
Fornack
Atualização diária do sítio:
Inácio Neutzling, Patrícia Fachin,
Luana Nyland, Natália Scholz,
Wagner Altés e Mariana Staudt

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Mário Sergio Salerno:** O trabalho mediado pelas inovações tecnológicas. Impactos e desafios
- 8 **Roberto Heloani:** A organização do trabalho e a manipulação da subjetividade
- 11 **Marcia de Paula Leite:** Organização do trabalho: uma mudança de paradigma
- 13 **Giovanni Alves:** Ser-mercadoria num momento histórico de crise radical da forma-mercadoria
- 18 **Ruy Braga:** A condição de insegurança é a regra do mundo do trabalho, hoje
- 21 **Baú da IHU On-Line**
- 22 **José Ricardo Ramalho:** Multifuncionalidade e precarização dos laços de trabalho
- 25 **Claudio Dedecca:** A virtuosa relação crescimento/emprego/renda
- 28 **Christian Marazzi:** Acabou a fase do trabalho seguro e por tempo indeterminado
- 31 **Elísio Estanque:** O sindicalismo europeu precisa se refundar
- 33 **Lucas Henrique da Luz:** A contribuição da universidade na modelagem das relações de trabalho

DESTAQUES DA SEMANA

- 38 **MEMÓRIA:** Robert Castel (1933-2013)
- 40 **ENTREVISTA DA SEMANA:** Richard Poulin: O caso de amor entre a prostituição internacional e o capitalismo
- 44 **REPORTAGEM DA SEMANA:** O “encarpetado” chão de fábrica
- 47 **ARTIGO DA SEMANA:** Cesar Sanson: Povos indígenas não cabem no projeto da atual esquerda
- 49 **ENTREVISTAS EM DESTAQUE**
- 50 **DESTAQUES ON-LINE**

IHU EM REVISTA

- 52 **AGENDA DE EVENTOS**
- 53 **ENTREVISTA DE EVENTOS:** Leticia de Luna Freire: A ciência em ação de Bruno Latour
- 55 **Notícias de Eventos**
- 60 **Roteiro Charles Taylor no Brasil**
- 61 **Publicação em destaque**
- 62 **Retrovisor**
- 63 **Sala de leitura**



twitter.com/ihu



bit.ly/ihufacebook



www.ihu.unisinos.br

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

O trabalho mediado pelas inovações tecnológicas. Impactos e desafios

“Com o trabalho mediado pelas inovações tecnológicas existe um grau de abstração um pouco diferente, pois tem uma mediação diferente, já que às vezes você não está vendo o que está acontecendo, mas recebe informações pela tela de um computador”, constata Mário Sergio Salerno

POR GRAZIELA WOLFART, RICARDO MACHADO E CESAR SANSON



Embora a indústria tenha passado por inúmeras revoluções técnicas, sobretudo após o taylorismo-fordismo no início do século passado, as novas tecnologias reorganizaram de forma significativa o trabalho na contemporaneidade. Para o professor Mário Sergio Salerno da Universidade de São Paulo – USP, a intermediação do trabalho pelo computador reorganiza-o profundamente nas linhas de produção. “O trabalho mediado pelo computador em uma indústria química, se o processo funciona normalmente, o empregado não vai fazer nenhuma intervenção física. Aparentemente ele não está fazendo nada, mas na verdade ele está o tempo todo verificando o estado do processo”, explica Salerno, em entrevista concedida por telefone à **IHU**

On-Line. “O melhor operador automatizado é o que menos esforço faz, pois ele antecipa o problema. Então, o conceito do que é um bom operador, como será a formação e a remuneração dele muda”, complementa.

Mário Sergio Salerno é professor do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da USP, onde coordena o Laboratório de Gestão da Inovação. É coordenador do Observatório da Inovação e Competitividade do Instituto de Estudos Avançados da USP. Também é organizador de diversos livros sobre o tema e autor da obra *Projeto de organizações integradas e flexíveis: Processos, grupos e gestão democrática via espaços de comunicação-negociação* (São Paulo: Atlas, 1999).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A revolução tecnológica impactou profundamente a produção. É possível identificar as grandes mudanças em curso resultantes dessa revolução produtiva no mundo do trabalho?

Mário Sergio Salerno – Esse impacto teve várias pontes. Dá para identificar uma tecnologia stricto sensu, que é a hegemonia capitalizada pelas tecnologias de informação e comunicação, ou seja, a computadorização dos meios de produção e a quimificação da indústria. Há processos e produtos mais baseados em química do que em metalurgia. Um exemplo pode ser o para-choque ou o revestimento dos carros. Se entrarmos em um carro dos anos 1960/1970, as partes inter-

nas eram todas metálicas e, hoje, elas têm muitos plásticos, com processos muitos diferentes e, normalmente, poupadores de mão de obra. Fora da mudança tecnológica stricto sensu, existe um conjunto importante de mudanças organizacionais dentro da empresa, entre empresas e de logística que acabam impactando a forma como as pessoas trabalham.

Exemplos

Para exemplificar vamos pensar no contêiner. Você pega uma série de sacos de café na fábrica ou na fazenda, coloca no caminhão, vai para o porto, onde se tem terminal de contêineres. Um guindaste pega-o e coloca dentro do navio. Antes do contêiner

você precisava carregar saco a saco ao caminhão, chegar ao porto e descarregar em determinado local, colocar no guindaste e, em alguns casos, estivadores levavam saco a saco para o navio. Quando a carga chegava ao destino, tinha que repetir o mesmo processo. Já nos contêineres, que em alguns caso mal podem ocupar o espaço, porque nem sempre ele está repleto até o teto e sobra espaço dentro do navio, não ocupam tão bem os espaços como o carregamento a granel, mas o tempo logístico total é muito menor, o número de pessoas que trabalha nesse processo também é menor, porém com atividades diferentes, menos de estiva e muito mais atividades de manipulação de massas.

Se formos pensar em edição de texto, como são feitos os jornais e as revistas, são exemplos muitos simples. Antigamente os redatores datilografavam a matéria, iam a um editor especial onde tinham os tipógrafos ou linotipistas, em que colocavam em ordem as letras do texto, que gerava a chapa da impressão, aí então se imprimia. Hoje o jornalista senta ao computador, existe um editor de texto que já vai corrigindo uma parte dos erros de digitação; o envio para a impressão é por sistema informatizado. Há alguns lugares que nem tem máquina de impressão; vai tudo via internet.

Hoje se fazem livros e tudo é enviado diretamente pelo autor para a gráfica. O processo muda radicalmente, e isso vale para piloto de avião, para torneiro mecânico. Vamos pegar o Lula, por exemplo, cuja profissão é torneiro mecânico. Torneiro mecânico é uma profissão difícil até hoje. Ele precisa conhecer os processos de fabricação, saber ler os desenhos técnicos, conhecer materiais. Então, ela pega a peça e planeja a execução do seu trabalho. É por isso que os torneiros de um tempo para cá precisam de uma formação escolar. Esse é o topo dos torneiros, o ferramenteiro, o profissional, que é diferente do torneiro operacional que aperta o botão e tira a peça do outro lado. Esse torneiro ferramenteiro vai planejar e executar isso manualmente. Ela precisa ter habilidade manual. Isso é muito difícil, porque você pode até planejar, mas precisa da habilidade manual que não é tão trivial.

Hoje, você planeja a atividade (ou programa essa atividade) em computador, o que não é muito difícil de fazer, e manda a máquina executar. Isso significa que a sua relação com o meio de trabalho muda a passa a ser mais abstrata, porque no modo operacional você vai executando e pode ir mudando o planejamento. Mas, quando você programa, isso vai até o fim. A abstração é maior, a sua relação com o produto que está sendo feito é diferente.

IHU On-Line – O chão de fábrica brasileiro assimilou os princípios de organização do trabalho toyotista ou ainda majoritariamente prevalece o taylorismo-fordismo?

Mário Sergio Salerno – Essa é um discussão de três meses e eu pre-

cisaria entender o que você chama de toyotismo e taylorismo. Existem análises no Brasil que alguns setores industriais sequer entraram no taylorismo-fordismo. Tem de tudo. Primeiro, o taylorismo-fordismo não entra em todos os setores produtivos, o que grosso modo se chama de toyotismo muito menos. O que dá para dizer é que existe uma heterogeneidade muito grande nos locais de trabalho; têm experiências muito avançadas de trabalho em equipe autônoma, sem chefe, em que operários trabalham em turnos contínuos, 24 horas por dia, onde os superiores trabalham em turno administrativo. Assim, a maior parte das horas operacionais só tem operário na fábrica e são experiências muito exitosas, que são antitaylorismo e antitoyotismo. O toyotismo é uma extensão dos princípios clássicos do taylorismo, mas isso são coisas do século XIX.

Tendência

A tendência para a indústria de ponta é ela trabalhar com esquemas mais flexíveis, menos hierárquicos, no qual o trabalhador tem muito mais liberdade para tomar decisões e muito mais responsabilidade nas decisões que toma, o que é o contrário do taylorismo e do fordismo, que são muito regrados. Pensamos muito em produção de alto volume, produção de automóvel, mas essa é uma pequena parte dos processos produtivos, embora seja muito importante porque tem um peso enorme no PIB. Do ponto de vista das pessoas que trabalham, mesmo na indústria automobilística, está havendo uma redução dos níveis hierárquicos, do número de cargos dentro de um mesmo nível hierárquico e isso tem a ver com a necessidade de flexibilidade e eficiência da indústria moderna. Essa talvez seja a mudança mais importante que está em curso em termos organizacionais.

IHU On-Line – O crescente recurso do “trabalho em equipe” no chão de fábrica tem sido adotado com o discurso de uma maior autonomia aos trabalhadores. De fato, isso tem ocorrido, ou se trata de uma estratégia para alavancar a produtividade?

Mário Sergio Salerno – Essas são duas coisas que não são anta-

gônicas. É possível uma maior autonomia e maior produtividade. Todos os casos que eu conheço de maior autonomia estão ligados à eficiência, pois nenhuma empresa vai introduzir um sistema que diminua a produtividade. Não tem nenhuma pesquisa no Brasil que consiga dizer que o trabalho em equipe esteja aumentando ou diminuindo, se é majoritário ou se os grupos têm mais autonomia ou não. O que existem são inúmeros estudos de caso onde se pode dizer: em tal caso os trabalhadores têm mais autonomia, em tal caso têm menos. Minha percepção é de que estão aumentando os casos em que os trabalhadores têm autonomia decisória, ou seja, no trabalho que ele faz. Às vezes as pessoas confundem e pensam em decisões em geral, mas os operários continuam operários e os gerentes financeiros continuam gerentes financeiros.

Nos sistemas muito automatizados onde há variação de produção, a autonomia é muito funcional para a empresa, pois os grupos de trabalho antecipam problemas. A autonomia versus produtividade, e que está bem escrito em literatura de pesquisa, indica que há uma tendência para o trabalho mais autônomo, em que a pessoa controla mais o seu tempo, tem uma carga de responsabilidade maior e é cobrada por isso, a “faca de dois gumes”.

IHU On-Line – Como remunerar esse tipo de atividade que envolve a tomada de decisões e autonomia?

Mário Sergio Salerno – Todo o trabalho tem um grau de subjetividade inserida, mesmo da pessoa que trabalha na linha de montagem. Existe um mundo de trabalho não fabril e não operário onde esse tipo de coisa existe há séculos. O mundo operário, numa acepção historicamente ampla, nas atividades mais diretas, quem trabalha no comércio, banco, etc., por muito tempo reduziu os salários dos trabalhadores por motivos de economia. Depois houve as lutas sindicais para reduzir abusos, houve muita regulamentação das atividades, trabalho igual, salário igual. Quando a lógica do trabalho passa a ser menos pelo movimento que ele faz e mais pelo raciocínio, fica muito difícil comparar uma atividade com outra.

Mediação

Por exemplo, no trabalho mediado pelo computador em uma indústria química, se o processo funciona normalmente, o empregado não vai fazer nenhuma intervenção física. Aparentemente ele não está fazendo nada, mas na verdade ele está o tempo todo verificando o estado do processo. O padrão operador é se antecipar e não deixar que haja alteração na temperatura, que uma chapa não grude na outra, fazendo correções antes que o problema aconteça. O melhor operador automatizado é o que menos esforço faz, pois ele antecipa o problema. Então, o conceito do que é um bom operador, como será a formação e a remuneração dele muda.

Quando o empregador contrata, ele contrata o potencial das pessoas e não necessariamente o que eles vão fazer. Quando eu contrato um advogado eu não estou pensando que ele vai escrever 300 mandados de segurança em um mês ou mais 50 petições. Eu não pago por isso, eu pago pelo potencial de trabalho por meio de um contrato. Esse tipo de coisa está chegando ao trabalho direto e a tendência é que essa remuneração seja pelo aumento do potencial dele, conforme vai aumentando a experiência e o potencial dele vai subindo no seu grau de remuneração. O trabalhador que faz mais cursos vai subindo no grau de remuneração, mesmo que aparentemente não use aquilo, mas ele tem o potencial de usar se for necessário. É como o corpo de bombeiros: você é treinado para várias situações, mas o ideal é que você nunca precise utilizar.

IHU On-Line – Fala-se muito que com as inovações tecnológicas falta mão de obra qualificada no mercado de trabalho brasileiro. Qual é o real tamanho do problema?

Mário Sergio Salerno – Não sei e ninguém sabe. O Brasil está crescendo em uma condição de pleno emprego, então falta qualquer tipo de mão de obra qualificada. Nós temos um problema no atacado escolar e temos um ponto importante porque o Brasil forma poucos engenheiros atualmente. Tem aumentando o número de engenheiros, mas ainda é pouco. Tem muita análise impressionista de

que está aumentando, mas se você faz uma análise comparativamente com países no mesmo nível de industrialização, vemos que temos menos engenheiros, uma escolaridade mais baixa. Existe relação, embora não seja muito direta, entre formação escolar e trabalho, com as novas tecnologias, principalmente as mediadas por computador.

Com o trabalho mediado pelas inovações tecnológicas existe um grau de abstração um pouco diferente, pois tem uma mediação diferente, já que às vezes você não está vendo o que está acontecendo, mas recebe informações pela tela de um computador. Então a pessoa tem que interpretar o que está acontecendo a partir de dados sintéticos e tomar uma decisão. É diferente de estar lá olhando, pois no tipo de raciocínio que se usa para construir uma abstração do que está acontecendo estão presentes etapas da formação escolar que ajudam. Por exemplo, quando aparece na tela do computador um gráfico do conteúdo de processo e mostra que aquelas peças em fabricação estão com o diâmetro crescendo, eu vou tomar uma decisão antes que a peça cresça e saia do padrão.

Um operário que fez ensino médio e estudou física deve ter feito experiências de velocidade, quando ele trabalha com gráfico, seja da física ou da química. A pessoa que estuda matemática tem muito mais facilidade de trabalhar com abstrações do que uma pessoa que não estuda matemática. Então, tem um tipo de formação que não é tão instrumental, de decorar fórmula, mas de lógica de pensamento, que é dada pelo ensino formal. Isso tem uma relação importante com o trabalhar com novas tecnologias. Independentemente disso, se o sujeito vai trabalhar como robô ou não, ele como cidadão tem direito a uma boa formação. Nesse contexto, eu entendo que há uma relação funcional, sim. O trabalhador melhor escolarizado, em geral, tende a ter um desempenho melhor no trabalho.

IHU On-Line – A indústria brasileira tem produzido tecnologia ou é meramente importadora da tecnologia de fora?

Mário Sergio Salerno – Tem de tudo. A maior parte das cadeias

produtivas brasileiras está dominada por empresas multinacionais nos ramos automobilístico, da química e eletrônica. Isso veio do Juscelino¹, que optou por fazer uma internacionalização para produzir aqui para o mercado interno. Poucos países fizeram esse tipo de política. Desde lá que a governança das cadeias e das redes produtivas está dominada por empresas multinacionais. Tais empresas, como é esperado, têm seu centro decisório fora do Brasil. Há exceções de praxe como a Embraer, por exemplo. O centro decisório é composto pela diretoria e são levadas em conta as decisões financeiras e a estratégia de produto, o que está ligado ao centro de estratégia de pesquisa e engenharia.

Por outro lado, existem as empresas brasileiras e, nesse universo, há um conjunto de organizações que estão investindo mais em pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Assim, existe um problema na estrutura de que se inova pouco. Tem um apoio do Estado muito significativo. Depois de 2004 a Finep² aumentou o investimento em várias vezes.

IHU On-Line – Quais são as exigências do mercado de trabalho para o trabalhador do século XXI?

Mário Sergio Salerno – Escolaridade, trabalho em equipe com outras pessoas de formação diferente e autonomia para tomar decisões e assumir a responsabilidade pelas decisões tomadas.

¹ Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, *A imaginação no poder*. JK, 50 anos depois, disponível para download em <http://migre.me/qkeQ>. (Nota da IHU On-Line)

² Financiadora de Estudos e Projetos - www.finep.gov.br. É uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia que promove o desenvolvimento econômico e social por meio do fomento público à inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas do país. Criada em 1967, a entidade já financiou milhares de iniciativas de sucesso, entre elas o desenvolvimento da Embrapa e do agronegócio brasileiro, projetos para exploração de petróleo e o desenvolvimento do avião Tucano da Embraer. (Nota da IHU On-Line)

A organização do trabalho e a manipulação da subjetividade

Segundo Roberto Heloani, uma característica muito forte do novo modelo de organização do trabalho é a solidão. “Se está rodeado de pessoas, mas verdadeiramente se está só”, explica

POR GRAZIELA WOLFART



A partir da experiência que possui ao longo dos anos na área da Psicologia do Trabalho, o professor Roberto Heloani, da Unicamp, identifica que foi se criando uma cultura dentro das organizações cujo mote é o seguinte: “aproveite enquanto der; o futuro ninguém sabe; nem você tem controle desse futuro”. Na entrevista que aceitou conceder por telefone à **IHU On-Line**, ele argumenta que, em uma situação como essa, “não se pode esperar dos jovens sonhos de longo prazo, uma lealdade estrita às pessoas e à organização e, muito menos, uma dedicação incondicional. Ele pode até trabalhar muito, até 16 horas por dia, como alguns trabalham, mas é um trabalho voltado para si, que quer uma recompensa rápida, imediata e de preferência segura. Ele construiu uma lógica que não é perversa”. E continua: “temos uma organização do trabalho que exige uma nova modelagem, uma nova subjetividade – chamo isso de manipulação da subjetividade – e responde com uma nova subjetividade: sendo individualista para melhor se adaptar a essa realidade. Quem é perverso não é o jovem, nem o gestor, nem o chefe. Se tem alguém perverso é a própria forma de organi-

zar o trabalho. Essa forma diferenciada de organizar o trabalho tem obviamente benefícios, pontos positivos, mas também tem muitos pontos negativos”.

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo – USP e em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, José Roberto Montes Heloani é mestre em Administração pela Fundação Getúlio Vargas/SP e doutor em Psicologia pela PUC-SP. É professor e pesquisador da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, na área de Gestão, Saúde e Subjetividade. Também é professor conveniado junto à Université de Nanterre (Paris X). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho, Saúde no Trabalho e Psicodinâmica do Trabalho. É membro-fundador do site www.assediomoral.org, coautor de *Assédio moral no trabalho* (São Paulo: Cengage Learning, 2008), e autor de, entre outros, *Gestão e organização no capitalismo globalizado – História da manipulação psicológica no mundo do trabalho* (São Paulo: Atlas, 2003).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que caracteriza o perfil dos jovens no mercado de trabalho? Como a intolerância a problemas e a cobrança por resultados aparece, nesse sentido?

Roberto Heloani – Em primeiro lugar, precisamos reconhecer que o mundo do trabalho mudou de forma significativa, e aqui me refiro à forma de organizar o trabalho. Há 30 anos

uma pessoa entrava para uma grande organização e sabia que poderia permanecer lá a vida toda, caso tivesse um bom desempenho, fosse uma pessoa leal à organização, que se aplicasse, se qualificasse, aproveitasse as oportunidades oferecidas pela organização, e se fosse minimamente disciplinada. E o sonho de muitos jovens era justamente fazer carreira na

organização e depois ser substituído pelo próprio filho. Isso caracterizou o que chamamos de modelo fordista de produção, que era piramidal, com uma hierarquia mais explícita – não é que não se tenha hierarquia hoje em dia, apenas pessoas ingênuas pensam que ela não existe. Em consequência disso, o grande sonho era fazer certos sacrifícios, postergar a felicidade para

depois ter os louros, a recompensa. O próprio modelo de produção era de longo prazo. Hoje não. Esse jovem já entra na escola e logo acaba recebendo a ideologia da internet, da informação virtual, na qual não se exige do sujeito grande reflexão, mas muito mais uma pró-atividade de resposta. Isso não quer dizer que o sujeito está pensando, mas que ele está sendo treinado para responder rapidamente. O resultado disso é que, quando ele entra no mundo corporativo, começa a ouvir comentários de que aquela pessoa que estava lá outro dia já não está mais e que a média de permanência naquela organização é de 2 a 3 anos. Daí ele para e pensa: afinal de contas, me é permitido pensar que vou passar minha vida toda aqui? Será que essa será a minha casa? Será que devo compartilhar minhas angústias e incertezas com esse grupo? É outra lógica. Uma coisa é ter um amigo, uma pessoa com a qual você compartilha as ansiedades, desejos, medos, receios, neuras. E outra coisa é ter uma amizade profissional. Esse jovem, desde cedo, aprende que no mundo do trabalho atual é preciso construir amizades profissionais, o que é diferente de construir amizades. A amizade profissional dura enquanto for do interesse de ambos. São raras as pessoas que saem de uma organização e mantêm contato com seus ex-colegas. Será que é porque são pessoas perversas e frias? Nada disso. São pessoas “normais”, que aprenderam que ter uma relação afetiva e efetiva pode ser até perigoso, porque essas amizades são datadas, não são verdadeiras. A relação que se estabelece com os colegas é a mesma que se acaba tendo com as empresas. E esse perfil vai sendo moldado. Mais do que isso: vai se criando uma cultura dentro das organizações, e hoje boa parte delas está moldada por essa lógica, cujo mote é o seguinte: *aproveite enquanto der; o futuro ninguém sabe; nem você tem controle desse futuro*. É claro que em uma situação como essa não se pode esperar dos jovens sonhos de longo prazo, uma lealdade estrita às pessoas e à organização e, muito menos, uma

“Esse jovem, desde cedo, aprende que no mundo do trabalho atual é preciso construir amizades profissionais, o que é diferente de construir amizades”

dedicação incondicional. Ele pode até trabalhar muito, até 16 horas por dia, como alguns trabalham, mas é um trabalho voltado para si, que quer uma recompensa rápida, imediata e de preferência segura. Ele construiu uma lógica que não é perversa. Temos uma organização do trabalho que exige uma nova modelagem, uma nova subjetividade – chamo isso de manipulação da subjetividade – e responde com uma nova subjetividade: sendo individualista para melhor se adaptar a essa realidade. Quem é perverso não é o jovem, nem o gestor, nem o chefe. Se tem alguém perverso é a própria forma de organizar o trabalho. Essa forma diferenciada de organizar o trabalho tem obviamente benefícios, pontos positivos, mas também tem muitos pontos negativos. Não é à toa que ainda nesta década, até 2020, segundo relatórios internacionais, a segunda causa de afastamento do trabalho será o transtorno mental, sendo que a mais recorrente será a depressão. Isso é gravíssimo. Uma característica muito forte desse modelo de organização do trabalho é a solidão. Encontra-se rodeado de pessoas, mas verdadeiramente se está só.

IHU On-Line – Quais são os novos formatos da agressão no trabalho?

Roberto Heloani – Quando comecei a trabalhar com o tema do assédio moral, há mais de 15 anos, o assédio era mais explícito. Mas de uns tempos para cá ele está cada vez mais sofisticado, mais sutil. Temos o assédio a jornalistas, na área de serviços, na justiça, tem assédio a médicos, na academia, até nas grandes universidades, como USP e Unicamp. Ou seja, não é que o assédio não existisse há décadas. É óbvio que sim, mas por que hoje se fala tanto e por que ele tanto se disseminou? Essa nova lógica do trabalho tende a reificar a coisificação das pessoas. Hoje não tenho grandes amigos, pois as pessoas que trabalham comigo poderão vir a ser meus concorrentes para uma futura vaga. Isso para um jovem de 20 e poucos anos é muito duro. É muito deseducativo saber que ele vai ter que desejar que tantas pessoas se deem mal para que ele garanta sua vaga. O próprio modelo de organização prega o trabalho coletivo. No entanto, as avaliações continuam sendo individuais. Isso causa na cabeça das pessoas uma sensação de guerra constante. Esse é o modelo indutor de agressão. Então, teremos desde agressões mais grosseiras e explícitas até aquelas bem sutis, acompanhadas de elogio, com grande cinismo. Não é à toa que o assédio moral se sofisticou, está complexo, mas extremamente destrutivo.

IHU On-Line – Qual o preço que os trabalhadores do mundo inteiro estão pagando em função da crise financeira internacional? Qual a especificidade do Brasil?

Roberto Heloani – A crise nos países europeus nos mostrou muito bem isso. A gente sabe que a União Europeia é algo difícil de se estabelecer, uma ficção. Não quero ser pessimista, mas me diga o que um português tem a ver com um grego? O que um grego tem a ver com um alemão? Sabemos que foi uma tentativa de fazer um acordo econômico. No entanto, a Europa tem línguas e culturas muito diferentes. Já não era

uma união fácil. O que mantinha unidos povos tão diversos, que há pouco tempo se digladiavam, era o interesse econômico e o Welfare State – Estado-previdência. Os países capitalistas centrais tentaram – e conseguiram – bolar um sistema na lógica keynesiana de redistribuição, que é a lógica da social-democracia. O projeto keynesiano é um estado, dentro do capitalismo, minimamente protetor. Isso, até certo ponto, manteve as coisas a contento. Quando, a partir da década de 1980, esse projeto vai sendo paulatinamente substituído pelo projeto neoliberal, teremos o seguinte: o projeto neoliberal vai pregar, afinal de contas, outra lógica, que é a do “salve-se quem puder”, a lógica do Estado mínimo. Não compete ao Estado ficar pensando muito em educação, saúde, segurança, mas compete ao indivíduo. Esse projeto neoliberal diz o seguinte: *você é o principal responsável por você próprio*. Esse negócio de sociedade é um “lero”. O neoliberalismo vai, pouco a pouco, minando o Estado protetor, vai tornando esse Estado cada vez menor, menos interventor, menos positivo. E o mercado vai fazendo a vez do Estado.

É claro que, quando se tem uma concepção de Estado dessa forma, se acaba tendo outra concepção de sociedade e de homem, que vai induzir as pessoas a terem projetos voltados a um pequeno grupo social: a si e a família. Essa nova lógica econômica respinga nos países latino-americanos. Por que o Brasil foi um dos menos afetados? Porque ele foi, na América Latina, um dos poucos países que não aderiu ao projeto neoliberal. Ao contrário da Argentina e principalmente do Chile, onde a previdência foi privatizada. O respingo da financeirização no Brasil ocorreu e ocorre até hoje. Temos uma inflação latente, um medo latente; porém, apesar de tudo isso, por termos um Banco Central com políticas de intervenção, graças ao governo Lula e ao Bolsa Família, conseguimos incluir como consumidores uma parcela significativa da população que

“Não é a toa que ainda nesta década, até 2020, segundo relatórios internacionais, a segunda causa de afastamento do trabalho será o transtorno mental, sendo que a mais recorrente será a depressão. Isso é gravíssimo”

estava totalmente à margem. É a política interna e as políticas públicas, as ações concretas do governo que amortecem os efeitos, ou, pelo contrário, exponenciam e os aumentam. Nunca tivemos Estado de bem-estar social no Brasil. O emprego formal aumentou recentemente. Tem mais gente com carteira assinada, mas ainda temos subemprego. Onde se tem um capital financeiro muito forte em detrimento da produção, é claro que isso trará consequências para a questão do emprego. Há setores que estão se automatizando cada vez mais. Há também a questão dos terceirizados, que será regulamentada agora. Temos uma situação de uma classe média que perdeu muito, temos as chamadas classes C, D e E que se mantiveram, mas permanece no Brasil um percentual mínimo de pessoas, da ordem de 2%, que detêm uma quantidade de riqueza estonteante. Isso é justamente consequência do processo de financeirização da economia.

IHU On-Line – Quando se fala de finanças e trabalho/emprego, o que podemos identificar como crise real e como crise imaginária?

Roberto Heloani – Ao contrário do que as pessoas pensam, a lógica financeira trabalha muito com o imaginário social. Temos a especulação, que também usa e abusa dos medos, receios e ilusões das pessoas. Investir em ações pode ser até um ótimo negócio. Não sou contra a bolsa de valores. Só que para ganhar dinheiro nessa área ou a pessoa tem uma sorte absurda – então é melhor jogar na loteria – ou ela entende muito de negócios, é um profissional. A maior parte da população não tem nem uma coisa nem outra. Temos situações surrealistas, não de medo explícito, mas um receio, um temor latente, que faz com que as pessoas tenham atitudes que podem ser vistas como irracionais.

IHU On-Line – Como se configuram os processos de migração internacional de trabalhadores e de deslocamentos de empresas? Quais suas implicações no mundo do trabalho?

Roberto Heloani – Essa é uma questão complexa, que envolve aspectos financeiros, culturais e de violência simbólica. A questão dos expatriados, por exemplo. Há pouco tempo, ser expatriado era um prêmio para um executivo. As pessoas comemoravam com champanhe e uísque escocês quando iam ser expatriadas. Hoje a coisa não é bem assim. Isso acontece menos e alguns sabem que, sendo expatriados, estão correndo um risco muito grande, mesmo que seja apresentado como uma promoção. Isso porque o grau de exigências a curto prazo é muito forte. Se a pessoa for vista pelo grupo que está lá à frente como alguém que veio roubar o cargo de outra ou obstaculizar a promoção de alguém, ela pode ser até boicotada, colocada de lado. É interessante como essa lógica atinge desde o jovem até o executivo sênior. A expatriação, em consequência disso, é vista com outros olhos.

Organização do trabalho: uma mudança de paradigma

Marcia de Paula Leite acredita que é possível pensar em uma legislação que melhore a situação do mercado de trabalho atual. E cita, pontualmente, a regulamentação da terceirização

POR GRAZIELA WOLFART



Na opinião da professora Marcia de Paula Leite, o aumento dos postos de trabalho formais, com carteira assinada, não representa o fim do trabalho precarizado. “Estamos tendo uma melhoria no sentido de que há mais trabalho com carteira assinada. No entanto, segundo alguns estudos, a maior parte desses novos empregos paga até dois salários mínimos. Isso mostra uma precariedade. Não estamos vivendo um processo de precarização, porque a situação está melhorando. Apesar de o salário mínimo ter aumentado de forma significativa nos últimos anos, ainda é um salário baixo”. Na entrevista a seguir, concedida à **IHU On-Line** por telefone, a professora percebe que, desde a década de 1980, “a forma de organização do trabalho mudou muito. Em termos de organização do trabalho, nós efetivamente

mudamos de paradigma”. O que permanece, continua, “é o princípio básico do capitalismo, que é a necessidade de sempre aumentar a produtividade, diminuir os tempos mortos e aumentar o lucro. Isso faz com que continue havendo controle sobre os trabalhadores para que eles produzam a maior quantidade possível no menor tempo possível. No entanto, as formas de controle mudaram”.

Márcia de Paula Leite possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP, mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e doutorado em Sociologia pela USP. Atualmente é professora da Unicamp. É coautora de, entre outros, *Novas configurações do trabalho e economia solidária* (São Paulo: Anablume, 2012).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são as permanências e rupturas do novo chão de fábrica? O que o caracteriza hoje em comparação com o cenário de 30 anos atrás?

Marcia de Paula Leite – Desde a década de 1980 mudou muita coisa. A forma de organização do trabalho mudou muito. Em termos de organização do trabalho, nós efetivamente mudamos de paradigma. Aquele sistema que tínhamos de divisão do trabalho muito rígida, dentro da fábrica, com uma organização taylorista e fordista do trabalho, está sendo transformado e substituído por novas formas de organização do trabalho mais baseadas nos princípios japoneses. Essas novas técnicas mudam a forma de a fábrica produzir. Hoje temos uma organização

da produção que vai de trás para frente, quando comparamos com os princípios tayloristas e fordistas. A fábrica começa a funcionar a partir do pedido. Ao contrário de antigamente, quando as fábricas produziam a partir da entrada da matéria-prima, porque o mercado era garantido. O que permanece é o princípio básico do capitalismo, que é a necessidade de sempre aumentar a produtividade, diminuir os tempos mortos e aumentar o lucro. Isso faz com que continue havendo controle sobre os trabalhadores para que eles produzam a maior quantidade possível no menor tempo possível. No entanto, as formas de controle mudaram.

IHU On-Line – Como seriam essas novas formas de controle?

Marcia de Paula Leite – Temos o controle pelas máquinas, que é muito maior. Nas equipes de trabalho o controle passa a ser dos próprios colegas, porque muitas vezes as empresas fazem competição e comparação entre as equipes. Além disso, temos as metas e participação nos lucros e resultados, o que causa o controle dos companheiros de equipe para que ninguém saia perdendo. Por exemplo, o colega pressiona você por sua parada a fim de tomar um café, e isso diminui a produção. Trata-se de um controle efetivo.

IHU On-Line – O que significa, na prática, o aumento dos postos de trabalho formais, com carteira assinada? É o fim do trabalho precarizado?

Marcia de Paula Leite – Não, infelizmente não. Estamos tendo uma melhoria no sentido de que há mais trabalho com carteira assinada. No entanto, segundo alguns estudos, a maior parte desses novos empregos paga até dois salários mínimos. Isso mostra uma precariedade. Não estamos vivendo um processo de precarização, porque a situação está melhorando. Apesar de o salário mínimo ter aumentado de forma significativa nos últimos anos, ainda é um salário baixo.

IHU On-Line – Quais os desafios de pensar em uma legislação trabalhista tendo em vista uma divisão do trabalho no interior da cadeia produtiva?

Marcia de Paula Leite – Podemos, sim, pensar em uma legislação que melhore. E pontualmente aquela que pode fazer isso é a regulamentação do trabalho da terceirização. A lógica das empresas, para aumentar o lucro, é de terceirizar o máximo possível, tudo o que podem e até o que não podem. Isso acaba gerando situações que precarizam o trabalho quando se tem trabalhadores que estão saindo de uma empresa e indo para empresas menores, com menos condições de oferecer um trabalho mais razoável.

IHU On-Line – Como se configuram as novas articulações entre vida profissional e vida privada, submetidas aos princípios de flexibilidade e disponibilidade?

Marcia de Paula Leite – Por um lado, vemos uma intensificação do trabalho, especialmente no setor de serviços e no trabalho não industrial. Neste, há o esquema das horas extras, que continuam ocorrendo e acabam gerando uma jornada mais longa. Por outro lado, a flexibilização da jornada não é algo que tenha influenciado muito nessa dinâmica. Há realmente a existência de um pouco mais de trabalho em casa do que há alguns anos, mas isso não é um movimento muito significativo no mercado de trabalho como um todo. Há algumas profissões em que isso ocorre mais. O que eu vejo é que as pessoas continuam trabalhando e trabalhando muito.

IHU On-Line – Qual é a marca que a mulher imprime ao mundo do trabalho, mesmo ganhando menos do que os homens, apesar de possuir, algumas vezes, um nível de formação superior a eles?

Marcia de Paula Leite – Não sei se há uma marca da mulher no mundo do trabalho. A questão é que a mu-

lher continua carregando uma carga muito grande do trabalho doméstico, que não é distribuído entre os gêneros de modo que possa aliviar essa responsabilidade. Isso acontece mesmo quando a mulher tem um cargo importante, ou tenha mais formação. Outra coisa que podemos perceber é o estereótipo das empresas de que as mulheres não devem fazer serviço pesado, que elas são boas para a comunicação, mas não são boas para mandar. Tudo isso acaba segregando a mulher em determinados nichos que, em geral, são os menos remunerados, pouco valorizados, com menor possibilidade de carreira. A marca não é da mulher, mas do trabalho que se oferece a ela.

Leia mais...

>> Marcia de Paula Leite já concedeu outra entrevista à **IHU On-Line**.

Confira:

- *A permanência de um passivo social e trabalhista no Brasil*. Publicada na edição número 390, de 30-04-2012, disponível em <http://bit.ly/14WmqaG>

LEIA OS CADERNOS IHU

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Ser-mercadoria num momento histórico de crise radical da forma-mercadoria

Giovanni Alves confirma que desde o começo da década de 2000 alterou-se de forma significativa a morfologia do trabalho industrial no Brasil por conta das inovações tecnológicas e organizacionais

POR GRAZIELA WOLFART



Segundo a reflexão do professor Giovanni Alves, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a década de 2000 foi de reorganização do capitalismo brasileiro com as grandes empresas aumentando investimentos produtivos, reordenando suas estratégias de negócios na perspectiva da concorrência internacional acirrada. Para ele, o que se coloca hoje é “a formação da consciência de classe e, portanto, a formação da classe social capaz de promover mudanças históricas profundas no Brasil”. Seguindo seu raciocínio, ele afirma que “na época de crise estrutural do capital, a renúncia do sindicalismo à formação da consciência de classe é deveras muito perversa, pois o que a história está cada vez mais mostrando é que não existe futuro com o capitalismo”. E dispara: “a ‘captura’ da subjetividade do trabalho vivo adquiriu dimensões amplas e intensivas. A lógica da gestão toyotizada invadiu não apenas o chão de fábrica, mas os escritórios e repartições públicas e até

a vida cotidiana (no plano léxico-locucional, por exemplo, trabalhador assalariado tornou-se mero ‘colaborador’, linguagem apropriada por lideranças sindicais). Enfim, a reestruturação produtiva assumiu novas dimensões no plano do controle laboral”.

Giovanni Alves é professor da Faculdade de Filosofia e Ciências do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Campus de Marília. Livre-docente em teoria sociológica, é mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Atualmente, desenvolve o projeto de pesquisa “A derrelição de Ícaro - Sonhos, expectativas e aspirações de jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil (2003-2013)”. É autor de, entre outros, *Dimensões da Precarização do Trabalho - Ensaios de sociologia do trabalho* (Bauru: Práxis, 2013).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como a revolução tecnológica tem afetado o chão de fábrica, pensando na realidade brasileira dos últimos anos?

Giovanni Alves – As grandes fábricas no Brasil têm passado por profundas transformações produtivas nos últimos anos. Desde o começo da década de 2000 alterou-se de forma significativa a morfologia do trabalho industrial no Brasil por conta das inovações tecnológicas e organizacionais. Nos polos mais desenvolvidos da indústria – e também do setor de servi-

ços, as novas tecnologias informáticas de base microeletrônica e tecnologias informacionais em rede alteraram o processo de produção de mercadorias e a organização dos serviços de distribuição e serviços financeiros e telecomunicações.

Se a década de 1990 foi a década da reestruturação produtiva que atingiu de forma disruptiva o mundo do capital e, por conseguinte, o mundo do trabalho no Brasil, então a década de 2000 foi a década de reorganização do capitalismo brasileiro com as

grandes empresas aumentando investimentos produtivos, reordenando suas estratégias de negócios na perspectiva da concorrência internacional acirrada.

A ofensiva do capital adquiriu uma dimensão progressiva no sentido do investimento não apenas em capital fixo, mas principalmente investimentos em novas estratégias organizacionais e de gestão da força de trabalho. Nesse sentido, disseminou-se o que eu denomino o “espírito” do toyotismo, que assumiu um caráter

sistêmico. A “captura” da subjetividade do trabalho vivo adquiriu dimensões amplas e intensivas. A lógica da gestão toyotizada invadiu não apenas o chão de fábrica, mas os escritórios e repartições públicas e até a vida cotidiana (no plano léxico-locucional, por exemplo, trabalhador assalariado tornou-se mero “colaborador”, linguagem apropriada também por lideranças sindicais).

Enfim, a reestruturação produtiva assumiu novas dimensões no plano do controle laboral. Por ironia da história, o “choque de capitalismo” prescrito em 1989 pelo candidato a presidente da República pelo PSDB, Mário Covas, foi aplicado pelo presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, do PT – é claro, não o choque do capitalismo neoliberal, mas sim o choque do capitalismo neodesenvolvimentista.

IHU On-Line – Quais as transformações que a luta operária sofreu no Brasil nos últimos anos? Quais as mudanças de valores pelas quais passaram trabalhadores, empresas e sindicatos?

Giovanni Alves – No contexto do choque de capitalismo neodesenvolvimentista com dominância financeira, a luta operária assumiu um novo perfil político-ideológico. Por um lado, o sindicalismo reavivou-se nos anos do lulismo e as centrais sindicais consolidaram-se institucionalmente. Não podemos deixar de reconhecer a positividade do renascimento sindical no país depois dos anos de chumbo da “década neoliberal”. Foram fechados bons acordos coletivos com reajuste salarial acima da inflação.

Mas, por outro lado, o renascimento sindical possui um caráter perverso no plano da consciência de classe. Primeiro, porque o sindicalismo em geral, com destaque para a CUT, maior central sindical do país, tornou-se um sindicalismo “oficialista”, integrado financeiramente às disposições político-estatais, perdendo não apenas o caráter contestatório da ordem burguesa (o que já ocorrera desde a década de 1990), mas o caráter de crítica da ordem política, na medida em que se identificou com os projetos dos governos **Lula** e **Dilma**. Tornou-se um sindicalismo “chapa branca”.

Aprofundou-se no polo de esquerda social-democrata, o viés concertativo-propositivo e neocorporativo do sindicalismo hegemônico no Brasil. Diante da ofensiva ideológica do capital nos locais de trabalho, os sindicatos ficaram passivos, incapazes de enfrentar o capital no campo da luta ideológica. Pelo contrário, incorporaram o discurso da ordem produtivista, rendendo-se aos valores empresariais. Aliás, na década de 2000, com o choque de capitalismo neodesenvolvimentista, a hegemonia empresarial aumentou no Brasil.

A subordinação do PT

Para não perder espaço político, o PT, partido da ordem e com força protagônica no governo federal, subordinou-se ao discurso vigente. Enfim, a crise ideológica do sindicalismo rendido às idiosincrasias empresariais decorre da crise ideológica do partido hegemônico no movimento sindical: o Partido dos Trabalhadores, subsumido, mais do que nunca, à ordem burguesa hipertardia. A lição da falência da social-democracia na Europa não foi aprendida no Brasil. Aqui, a sucata ideológica da concertação social está a pleno vapor rumo ao abismo (como diria Robert Kurz¹).

¹ **Robert Kurz** (1943-2012): sociólogo e ensaísta alemão, co-fundador e redator da revista teórica *Krisis - Beiträge zur Kritik der Warengesellschaft* (*Krisis - Contribuições para a Crítica da Sociedade da Mercadoria*). A área dos seus trabalhos abrange a teoria da crise e da modernização, a análise crítica do sistema mundial capitalista, a crítica do Iluminismo e a relação entre cultura e economia. É autor de *O Colapso da Modernização* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993) e *Os Últimos Combates* (Petrópolis: Vozes, 1998). A **IHU On-Line** entrevistou Kurz na 98ª edição, de 26 de abril de 2004, sob o título *A globalização deve se adaptar às necessidades das pessoas, e não o contrário*, disponível para download em <http://bit.ly/9fGZ4W>. Na edição 161, de 24 de outubro de 2006, Kurz concedeu a entrevista *Novas relações sociais não podem ser criadas por novas tecnologias*, disponível para download em <http://bit.ly/cPi0xB>. Confira, ainda, as entrevistas *O trabalho abstrato se derrete como substância do sistema*, publicada na edição 188 de 10-07-2006, disponível para download em <http://bit.ly/9Xl3hj>, e *O vexame da economia da bolha financeira é também o vexame da esquerda pós-moderna*, publicada na edição 278 da **IHU On-Line**, de 21-10-2008, disponível para download em <http://bit.ly/ZKvsnZ>. Leia também uma entrevista sobre seu legado, concedida por Ricardo Antunes e Dieter Heidemann

A burocracia sindical não se atentou que a crise profunda do capitalismo no centro desenvolvido do sistema, impulsiona com mais intensidade, a perversão do sindicalismo concertativo de cariz social-democrata, incapaz de conduzir a luta ideológica não apenas entre suas bases de trabalhadores assalariados, mas principalmente na sociedade em geral. O viés neocorporativo isolou, por exemplo, a CUT e os grandes sindicatos das lutas sociais em geral.

O choque de capitalismo neodesenvolvimentista colocou no centro da disputa social e política, a luta ideológica que é essencialmente uma disputa por valores. Com a crise europeia assiste-se à falência irremediável dos valores social-democratas. A perspectiva de um capitalismo humanizado é não apenas uma impossibilidade histórica, hoje, mais do que nunca, mas uma ideologia farsesca que persegue o discurso social-democrata. Enfim, o que se coloca hoje é a formação da consciência de classe e, portanto, a formação da classe social capaz de promover mudanças históricas profundas no Brasil.

IHU On-Line – Com a crise financeira internacional, o Estado de bem-estar social está se esfacelando na Europa. E no Brasil? Que impactos aparecem nesse sentido? Podemos dizer que os direitos sociais e trabalhistas não estão sendo postos em risco em nosso país, diante da crise? E como será dentro de 20 anos, por exemplo?

Giovanni Alves – A crise europeia como crise do Estado de bem-estar social é, depois da queda do muro de Berlim, uma crise histórica ruptural da civilização do capital constituída no pós-guerra. Possui impactos radicais no plano político-ideológico. Com um intervalo de pouco mais de vinte anos, cai por terra mais uma ilusão histórica do século XX: a ilusão social-democrata. Depois da falência da ilusão do socialismo estatal, cai por terra o projeto social da concertação entre capital e trabalho na União Europeia.

à **IHU On-Line**, intitulada *Um crítico da economia política*, publicada na edição número 400, de 27-08-2012, disponível em <http://bit.ly/NZa8ls> (Nota da **IHU On-Line**)

É claro que há tempos, pelo menos desde a implantação da União Europeia em seu formato neoliberal, o modelo de Estado social europeu, construído no pós-guerra, dava sinais de falência social, com o crescimento do desemprego de longa duração, principalmente entre jovens trabalhadores, e a ampliação da mancha de precariedade laboral.

O que presenciamos hoje com a crise da zona do Euro é apenas o tiro de misericórdia no projeto socialdemocrata europeu. Todo social-democrata é hoje um neoliberal envergonhado; ou então, um Dom Quixote de La Mancha pós-moderno incapaz de perceber a falência irremediável do modelo civilizatório do capitalismo concertativo. Na verdade, a crise europeia exige de nós hoje, intelectuais críticos, a crítica radical do modo de produção capitalista e modo de civilização burguesa.

Cenário brasileiro

No caso do Brasil, país capitalista hipertardiado e sociedade burguesa dependente e carente de modernização, o tsunami da crise europeia ainda não chegou às nossas praias tropicais. Parte significativa da intelectualidade política e social da esquerda reformista no país ainda está fascinada pelo modelo social europeu ou Estado de bem-estar, o qual hoje nem os próprios europeus acreditam que possa se sustentar nas próximas décadas de desenvolvimento de capitalismo financeirizado.

A mediocridade das nossas lideranças de esquerda reformista é indiscutível. O reformismo social e político no Brasil não se deu conta de que vive uma profunda crise ideológica. Muitos intelectuais neokeynesianos de esquerda acreditam que o modelo neodesenvolvimentista com dominância financeira possa se sustentar por muito tempo, sem expor seus limites irremediáveis como projeto civilizatório.

Os limites do projeto lulista no Brasil, com o aprofundamento da crise europeia e os impasses do capitalismo central sob a hegemonia financeira, tornam-se, com o avançar da conjuntura da década de 2010, cada vez mais explícitos, exigindo medidas mais ousadas de controle social e intervenção na economia (o

que arrepiava os escrúpulos da social-democracia quixotesca ou neoliberais envergonhados incrustados no governo).

No Brasil, o mais forte do capitalismo hegemônico na América Latina, a incapacidade (ou tibieza) da social-democracia em aprofundar reformas de controle social e democratização do sistema político-jurídico e econômico e, *the last but not the least*, o sistema midiático, só abre espaço, como na Europa em crise, para o avanço das forças conservadoras e reacionárias da direita tupiniquim.

Na verdade, é o pêndulo perverso da crise estrutural do capital que, no plano político, oscila entre governos sociais-democratas medíocres e governos conservadores e reacionários impenitentes, que ameaça nos próximos anos os parques sociais dos trabalhadores brasileiros; pêndulo perverso lastreado num sistema político radicalmente corrompido, ineficaz e ineficiente para expressar a representação popular.

Portanto, a maior ameaça aos direitos sociais dos trabalhadores brasileiros não é a direita reacionária, mas sim a tibieza de parte da esquerda reformista hegemônica incapaz de aprofundar, sem aventuras, mas com ousadia, as reformas sociais no país. É claro que a incapacidade política da esquerda social-democrata deriva estruturalmente da miséria histórica dos intelectuais de esquerda radical no Brasil, incapazes de hegemonia social num cenário de violência simbólica e manipulação midiática historicamente estrutural da direita socialmente organizada.

Enfim, na medida em que não se investe num processo de formação da consciência de classe social capaz de negar o estado de coisas existentes, com uma esquerda política e sindical capaz de travar a luta ideológica, com mais criatividade e menos sectarismo, ampliando alianças sociais e políticas sem perder a radicalidade, fragiliza-se a capacidade de resistência ao tsunami da crise europeia que se aproxima e, ao mesmo tempo, azeita-se a máquina do pêndulo perverso do capital em sua etapa de crise estrutural. Como diria **Marx**, *hic Rhodus, hic salta*.

IHU On-Line – Como podemos interpretar a presença do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, no evento de lançamento de um veículo da Ford do Brasil?² Trata-se de uma mudança nas relações entre capital e trabalho na região considerada berço do sindicalismo brasileiro?

Giovanni Alves – Trata-se apenas da comprovação da estratégia de concertação social adotada pelo **Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SMABC**. No lugar da luta de classes e do sindicalismo de confronto, o SMABC adotou, há mais de vinte anos, a estratégia do sindicalismo propositivo, negociando com o capital as inovações produtivas no local de trabalho e colaborando com as grandes empresas montadoras. Pode-se dizer que existe uma “parceria” entre as montadoras e o **SMABC**, “parceria conflituosa” que ocasionalmente provoca ruzgas entre os parceiros, mas nada que abale a confiança ideológica na ideia da concertação social.

Primeiro, é preciso salientar que o sindicalismo brasileiro não nasceu na região do ABC paulista. O que nasceu lá foi o saudoso “novo sindicalismo”, que surgiu nas grandes greves de 1979 e 1980, berço do **PT** e da **CUT**. Entretanto, nos últimos trinta anos, o novo sindicalismo envelheceu muito rapidamente e tornou-se um sindicalismo pragmático, propositivo, neocorporativo e bastante eficaz na prática da negociação coletiva tendo como base a organização por local de trabalho (as comissões de fábrica). O **SMABC** é enraizado nas fábricas e isso é uma singularidade local construída historicamente pela negociação e luta operária. Poucos sindicatos têm essa base nos locais de trabalho.

IHU On-Line – A partir das novas relações de trabalho, podemos identificar ainda uma solidariedade entre classes? O que pesa mais diante das negociações trabalhistas em nossos dias?

Giovanni Alves – As novas relações de trabalho nascem constrangidas pela realidade da crise estrutural do capital que pressiona as empresas

² Saiba mais em <http://bit.ly/WTcBEE> (Nota da IHU On-Line).

a inovarem vorazmente visando garantir melhores custos de produção e pressionam os sindicatos a renunciarem à ideologia da luta de classes e assumirem o sindicalismo propositivo e de colaboração de classes. Visando preservar suas bases, muitos sindicatos aderem de modo pragmático à nova realidade da concorrência capitalista, aproximando-se do horizonte ideológico das empresas. Fazem greve, mas por empresas, evitando politizá-las, isto é, generalizá-las e dar-lhes um conteúdo político-ideológico da luta de classes.

A luta sindical tornou-se mais amesquinhada pelo economicismo, em parte devido às próprias condições da ofensiva do capital na produção que reduziu o poder de barganha de muitos sindicatos; muitas vezes também as novas condições da acumulação capitalista, a acumulação flexível, colocam imensas dificuldades para a negociação coletiva nos termos da preservação da consciência de classe, fazendo com que sindicalistas com baixa formação político-intelectual sucumbam à mediocridade geral, tornando-se meros gestores da força de trabalho e dos negócios capitalistas.

O sindicalismo brasileiro – tal como ocorre na maioria dos países capitalistas – não está preparado para aquilo que **David Harvey**³ intitulou “condição pós-moderna”. O que significa que se fecharam no burocratismo, neocorporativismo e pragmatismo venal, amesquinhando mais ainda a luta sindical (que **Lenin** denominava de “luta cinzenta”). Este fechamento do horizonte ideológico do sindicalismo muitas vezes fez os sindicatos tornarem-se eficazes tecnicamente na negociação coletiva, mas em detrimento da sua capacidade moral-política de formação da consciência de classe. O que pode ser constatado pelo desprezo pela formação sindical com caráter político-ideológico. O caso exemplar é a **CUT** que adotou o discurso da cidadania (sindicato-cidadão) e deixou de lado o discurso da classe trabalhadora como sujeito protagonista da constru-

3 **David Harvey** (1935): geógrafo marxista britânico, formado na Universidade de Cambridge. É professor da City University of New York e trabalha com diversas questões ligadas à geografia urbana. (Nota da **IHU On-Line**)

ção de uma sociedade sem exploradores e explorados.

Mas, como dizemos, a crise da **CUT** é a crise do **PT**. Não adianta responsabilizar o sindicalismo pela crise do intelectual orgânico de classe. Na época de crise estrutural do capital, a renúncia do sindicalismo à formação da consciência de classe é deveras muito perversa, pois o que a história está cada vez mais mostrando é que não existe futuro com o capitalismo. Entretanto, caso não seja construído o sujeito histórico-político de classe capaz de negar o estado de coisas existentes, por meio de um processo de democratização radical da sociedade, a crise capitalista só tenderá a aprofundar mais ainda a barbárie social como modo de reprodução do capital em sua etapa de crise estrutural.

IHU On-Line – O que é o “trabalho ideológico” e como ele pode ser medido, mensurado, avaliado?

Giovanni Alves – Apresentei o conceito de “trabalho ideológico” no meu novo livro – intitulado *Dimensões da precarização do trabalho* (Práxis, 2013). O trabalho, como categoria ontológica fundante (e fundamental) do ser social, é formado por posições teleológicas que, em cada oportunidade, põem em movimento séries causais; como disse **Vygotsky**⁴, ele implica tanto instrumentos quanto signos, elementos de mediação das posições teleológicas compositivas do processo de trabalho (**Lukács** diria: posições teleológicas primárias e posições teleológicas secundárias).

Todo trabalho humano, incluindo o trabalho ideológico, implica a articulação de instrumentos e signos. Entretanto, no caso do “trabalho ideológico”, os signos tornam-se essenciais para a realização da posição teleológica secundária: por isso a ação sobre outros homens. Na medida em

que se desenvolve a sociedade de serviços e amplia-se a escala dos conflitos sociais, o trabalho ideológico, formado por posições teleológicas secundárias, constitui hoje amplamente a esfera das ocupações profissionais vinculadas à reprodução e controle social.

O trabalho ideológico constitui a natureza material de diversas ocupações profissionais no interior da divisão social do trabalho. Por exemplo, ele caracteriza o trabalho de formação e informação (professores e jornalistas), o trabalho de regulação e normatividade (juizes e policiais), o trabalho de convencimento (publicitários), o trabalho do cuidado (médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais), etc. O trabalho ideológico das profissões vocacionadas exige, do homem-que-trabalha, cuidado, abnegação e doação (como, por exemplo, o trabalho do formador ou o trabalho assistencial). Finalmente, enquanto modalidades de trabalho assalariado no setor privado ou no setor público, elas são regidas pela lógica do trabalho abstrato, subsumindo-se diretamente ou por derivação, aos parâmetros de produtividade. O que significa que, na sociedade do capital, o trabalho ideológico impregna-se da lógica do trabalho estranhado.

Na medida em que a forma material do trabalho ideológico impregna-se da forma social do capital, caracterizada pelo trabalho estranhado, constitui-se uma implicação subjetiva de natureza perversa. O que explica, de certo modo, o crescimento do adoecimento laboral, principalmente transtornos mentais, nas categorias de trabalhadores assalariados vinculados ao “trabalho ideológico”. Devido à sua forma de ser (trabalho imaterial), o trabalho ideológico como trabalho concreto é recalcitrante à quantificação e às medidas da lei do valor. Ele não pode ser medido ou avaliado de acordo com a “régua” da lei do valor. De forma arbitrária, o capital utiliza para avaliar a produção da “saúde” ou “educação”, a mesma régua que avalia a produção de carros e salsichas”. Na verdade, os critérios de produtividade do “trabalho ideológico”, imbuídos do produtivismo capitalista, são me-

4 **Lev Semenovitch Vygotsky** (1896-1934): cientista humano bielo-russo. Pensador importante em sua área, foi pioneiro na noção de que o desenvolvimento intelectual das crianças ocorre em função das interações sociais e condições de vida. Veio a ser descoberto pelos meios acadêmicos ocidentais muitos anos após a sua morte, que ocorreu em 1934, por tuberculose, aos 37 anos. (Nota da **IHU On-Line**)

ros simulacros próprios da época do capitalismo fictício, um capitalismo descolado da própria objetividade da lei do valor-trabalho (que o diga a predominância, hoje, do capital fictício).

Na verdade, como explico no livro, esta é uma das naturezas da crise do capital: a desmedida do valor, tendo em vista que muitas atividades de serviços capitalistas que implicam “trabalho ideológico” não se adequam materialmente à forma social do capital. É o típico caso de inadequação da forma material à forma social do valor, elemento crucial da crise de valorização nas condições da crise estrutural do capital.

IHU On-Line – O que marca as novas formas de controle sobre os trabalhadores contemporâneos? Quais os desafios se considerarmos um controle sobre a subjetividade do trabalhador?

Giovanni Alves – As novas formas de controle sobre os trabalhadores contemporâneos são marcados pelo “espírito” do *toyotismo*, conceito tratado por mim no livro *Trabalho e subjetividade* (Boitempo, 2011). Não se trata meramente de dispositivos organizacionais próprios do modelo japonês, mas sim de uma pletera de valores-fetiches que impregnam o metabolismo social do trabalho estranhado nas condições da acumulação flexível.

O “espírito” do *toyotismo* caracteriza-se então pela “captura” da subjetividade do homem-que-trabalha pelas disposições estranhadas do capital. É a lógica da gestão hegemônica não apenas na indústria, mas nos serviços e administração pública, que articula novas modalidades de remuneração baseada em cumprimento de metas e jornada de trabalho flexível, além de uma crescente carga ideológica nos treinamentos que assumem mais um caráter psicológico-comportamental do que técnico-profissional.

Na verdade, os treinamentos das empresas atuam mais sobre o trabalho vivo do que sobre a força de trabalho: treina-se hoje nas empresas mais para se manipular e conformar o operário ou empregado na linha da “autoajuda” empresarial, incutindo-

-lhes valores-fetiches do capital; do que para formar tecnicamente e operacionalmente a força de trabalho. Ao mesmo tempo, *pari passu* ao ambiente do “trabalho em equipe” e a proclamação da ideologia da colaboração, disseminam-se, nos novos locais de trabalho reestruturados, formas perversas de pressão psicológica que os gestores fazem sobre o trabalho vivo (o assédio moral).

No plano do mercado de trabalho, as novas formas de contratação flexível que se disseminam fecham o cerco sobre a subjetividade do trabalhador assalariado na medida em que contribuem para a dessubjetivação de classe, tendo em vista que são os trabalhadores precarizados, trabalhadores assalariados em geral pouco organizados, que perdem o referencial coletivo do em si da classe, ocorrendo, desse modo, a subordinação total da individualidade pessoal à condição de “classe” ou condição de proletariedade.

IHU On-Line – Como ocorre a articulação entre mente e corpo do homem-que-trabalha no século XXI?

Giovanni Alves – Como salientei acima, a ideia de “captura” da subjetividade do homem-que-trabalha pressupõe uma nova articulação entre mente e corpo, muito mais sofisticada do que aquela que havia na época do fordismo-taylorismo. Por isso, a vigência da lógica do *toyotismo* como “espírito” intelectual-moral da gestão capitalista. Com as novas tecnologias de base informacional e a crise estrutural do capital, que produz contradições insanas no plano da produção e reprodução do valor, as estratégias de gestão capitalista baseiam-se cada vez mais no envolvimento do trabalho vivo na produção do capital. É uma perversa ironia da história que o capitalismo da grande indústria, que “negou” o lugar do trabalho vivo na produção de valor, seja obrigado a repô-lo contraditoriamente nas novas condições do desenvolvimento capitalista e produção do capital. É por isso que estamos numa nova forma social de produção do capital que eu denomino (no meu livro chamado *Dimensões da precarização do trabalho*) de “maquinofatura”.

A “maquinofatura” é a forma social no interior da qual o capital, em sua etapa de crise estrutural, reproduz suas candentes contradições. Portanto, a maquinofatura, como a manufatura e a grande indústria, não é apenas um “modelo” de organização da produção de mercadorias, mas principalmente um modo de controle estranhado do metabolismo social e, portanto, de articulação entre mente e corpo. É uma forma de produção social no interior da qual ocorre o desenvolvimento da produção do capital. É a vigência da terceira forma de produção do capital (a maquinofatura) que explica, por exemplo, a presença enquanto momento predominante da reestruturação produtiva do capital, da “captura” da subjetividade do homem-que-trabalha e das novas formas de estranhamento que dilaceram o núcleo humano-genérico.

Nesse caso, o capital atinge seu limite radical, isto é, o capital atinge a sua própria raiz, o homem, ou melhor, as relações sociais no sentido da constituição/deformação do sujeito histórico como homem-que-trabalha. O *toyotismo* como ideologia orgânica da produção de mercadorias surgiu no seio da maquinofatura, na medida em que a “captura” da subjetividade do homem-que-trabalha pelo capital tornou-se seu nexos essencial. O capitalismo manipulatório inaugura a era da maquinofatura como derivação lógica (e ontológica) da grande indústria.

Ao mesmo tempo, a epidemiologia laboral nas condições históricas da maquinofatura caracteriza-se pelo predomínio do adoecimento da mente, na medida em que o que está sob tensão é (como na manufatura) o homem integral. Entretanto, enquanto na manufatura o que está posto é o homem como força de trabalho, na maquinofatura o que está posto em questão é o homem como trabalho vivo. Nas condições do capitalismo manipulatório opera-se de modo radical a redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria – e pior: ser-mercadoria num momento histórico de crise radical da forma-mercadoria.

A condição de insegurança é a regra do mundo do trabalho, hoje

Para Ruy Braga, as principais tendências do mercado de trabalho brasileiro na última década tendem a combinar a formalização do emprego e a precarização das condições de trabalho

POR GRAZIELA WOLFART



Ao descrever a recente dinâmica do mundo do trabalho, o professor Ruy Braga, da USP, explica que “os trabalhadores jovens entram no mercado de trabalho, são rapidamente absorvidos pelas empresas, consumidos por um regime fabril despótico, e quando adoecem são também rapidamente demitidos e substituídos por outro trabalhador jovem, que recomeça o mesmo ciclo”. Na entrevista a seguir, concedida por telefone à **IHU On-Line**, ele considera que faltam hoje, no Brasil e na sociologia do trabalho internacional, mais estudos sobre a discriminação por orientação sexual dos trabalhadores. E continua: “nós temos grandes desafios do ponto de vista do mundo do trabalho, da mobilização sindical pela frente, de defesa e ampliação dos direitos trabalhistas. Penso que a melhor maneira de se lidar com esses desafios, do ponto de vista da sociologia crítica e do trabalho, é pensar a fundo esses

problemas em uma perspectiva independente dos governos e das empresas, assumindo o ponto de vista da sociedade civil e dos trabalhadores”.

Ruy Braga é especialista em Sociologia do Trabalho e leciona no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, onde coordenou o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – Cenedic. É graduado em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas – Unicamp, onde cursou mestrado em Sociologia e doutorado em Ciências Sociais. É pós-doutor pela Universidade Califórnia/Berkeley, nos Estados Unidos, e livre-docente pela USP. Entre outros, é autor de *Por uma sociologia pública* (São Paulo: Alameda, 2009) e *A política do precariado* (São Paulo: Boitempo, 2012).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que medida a política do precariado reflete a situação do mundo do trabalho brasileiro?

Ruy Braga – Vamos começar falando do que seria a política do precariado. Parto da ideia de que a reprodução do capitalismo na semiperiferia, em vez de produzir o consentimento operário, como foi, de alguma maneira, mais frequente nos países de capitalismo avançado, em especial nos setores monopolistas, promove, na realidade, o que eu costumo chamar de inquietação operária. O regime de acumulação, nessas condições semi-periféricas, tem dificuldade de garan-

tir e ampliar concessões materiais aos trabalhadores, o que acaba fazendo com que esses mesmos trabalhadores sejam levados compulsoriamente a um processo de automobilização em busca tanto da efetivação quanto da ampliação dos direitos trabalhistas. Muitas vezes, esse processo de automobilização pela efetivação e ampliação dos direitos trabalhistas é feito contra a vontade dos próprios sindicatos. Os trabalhadores têm que se mobilizar contra o controle da burocracia sindical. Esse processo encontra-se em curso, ainda hoje, no Brasil. É de flagrante atualidade, a despeito de

que se consegue identificar hoje uma dinâmica um pouco mais fragmentada. Sem dúvida, essa dinâmica encontra-se presente, por exemplo, no atual ciclo grevista das obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, em especial em Belo Monte¹, onde

¹ **Usina Hidrelétrica de Belo Monte:** central hidrelétrica que está sendo construída no Rio Xingu, no estado brasileiro do Pará, nas proximidades da cidade de Altamira. Sua potência instalada será de 11.233 MW; mas, por operar com reservatório muito reduzido, deverá produzir efetivamente cerca de 4.500 MW (39,5 TWh por ano) em média ao longo do ano, o que representa aproximadamente 10%

os trabalhadores se encontram em greve, ou paralisados, ou se mobilizando. Além disso, encontramos esse processo de política do precariado, de mobilização daqueles que são os trabalhadores mais precarizados e pior remunerados, também, por exemplo, no Estado, com o precariado associado à educação, principalmente da educação do ensino fundamental e secundário. Temos greves acontecendo em escala nacional dos professores, temos dinâmicas grevistas de trabalhadores pobres precarizados, como é o caso dos trabalhadores dos correios. Então, é possível dizer que essa dinâmica política do precariado reflete a situação do mundo do trabalho brasileiro de diversas maneiras e tem efetivamente uma atualidade.

IHU On-Line – Qual o poder e a força da insegurança na trajetória dos assalariados em nossos dias?

Ruy Braga – A reprodução do capitalismo na semiperiferia transformou a condição de insegurança em regra. Podemos identificar aqui a insegurança salarial, com os baixos salários e as poucas garantias trabalhistas. Entre 2002 e 2010 foram criados 2.1 milhões de empregos formais, todo ano, no mercado de trabalho brasileiro, mas 94% desses empregos pagava até 1.5 salário mínimo, ou seja, até 900 e poucos reais. Isso significa que os baixos salários correspondem à regra, o que evidentemente implica em uma insegurança monetária. Temos associado a isso a insegurança do processo de trabalho, com o aumento

do número de acidentes trabalhistas, que praticamente duplicou nos últimos 10 anos, além de um aumento também significativo no número de adoecimentos, em especial aqueles associados a Lesão por Esforço Repetitivo (LER), a Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (DORT) e a doenças de fundo psicossomático.

Temos uma insegurança imposta pela própria reprodução do regime fabril, ou seja, basta olhar as taxas de rotatividade ao longo dos últimos 10 anos para ver como houve um aumento nelas. Como no Brasil não há efetivamente uma cláusula contra demissão imotivada, isso favorece o que costumamos chamar, em sociologia de trabalho, de manejo predatório da força de trabalho. Isto é, os trabalhadores jovens entram no mercado de trabalho, são rapidamente absorvidos pelas empresas, consumidos por um regime fabril despótico, e quando adoecem são também rapidamente demitidos e substituídos por outro trabalhador jovem, que recomeça o mesmo ciclo. E eu diria também que existe uma flagrante insegurança nas condições de vida nas cidades. A violência urbana está associada com as condições de vida precárias, ocupações irregulares, ilegalismo, favelização. De acordo com os dados oficiais do IBGE, coletados pelo Censo 2010, temos praticamente 12 milhões de pessoas, ou seja, 6% da população brasileira, vivendo em favelas. Isso implica uma flagrante insegurança do ponto de vista das condições de vida nas cidades e aponta para uma ampliação da insegurança do trabalhador brasileiro.

IHU On-Line – Quais são as principais tendências do mercado de trabalho no país na última década?

Ruy Braga – Eu destacaria duas tendências principais. Por um lado, é flagrante o que poderíamos chamar de formalização do emprego, ou seja, a criação de milhões de empregos formais, o que praticamente inverte aquela relação entre formal e informal que tínhamos na década de 1990. De fato, em termos de formalização do emprego formal no Brasil. Isso é evidentemente positivo porque, junto com o emprego formal, existem

algumas garantias trabalhistas. Mas, por outro lado, existe também uma ampliação da precarização das condições de trabalho. A precarização normalmente está muito associada à precarização contratual. No entanto, existe uma outra forma de precarização do trabalho, que é mais complexa, porque é multifacetada e se associa ao problema das condições de trabalho, ou seja, as condições de consumo da mercadoria “força de trabalho”. Temos o aumento da taxa de rotatividade, o aumento da flexibilização, do número de acidentes de trabalho e a generalização do que podemos chamar de trabalho assalariado sub-remunerado, apesar de formal. Ou seja, as principais tendências do mercado de trabalho brasileiro nessa última década tendem a se polarizar, a combinar essas duas principais dinâmicas: de um lado, a formalização do emprego e, de outro lado, a precarização das condições de trabalho.

IHU On-Line – O que faz dos operadores de telemarketing um “retrato” do precariado pós-fordista?

Ruy Braga – Eu tenho insistido nessa ideia de que o grupo de teleoperadores é uma espécie de retrato do precariado brasileiro pelo fato de que podemos identificar uma certa coincidência das principais características desse grupo com as grandes tendências do mercado de trabalho brasileiro nos últimos 10 anos. Existe basicamente uma sobreposição de características. Eu destacaria, em primeiro lugar, a questão do emprego formal, ou seja, não existe praticamente o emprego informal na indústria do call-center brasileiro, o que coloca o precariado vinculado a essa tendência. No entanto, existe também um baixo nível de qualificação dessa força de trabalho, que acaba implicando na multiplicação de baixos salários que, por sua vez, colocam esses trabalhadores em condições efetivamente precárias de vida. Além disso, esse grupo é um retrato do precariado pós-fordista brasileiro porque é fundamentalmente formado por trabalhadores jovens. De fato, a indústria do call-center se tornou, nos últimos 15 anos, a principal porta de entrada para o emprego formal, para os jovens, assalariando predominantemente mulheres não brancas.

do consumo nacional (388 TWh em 2009). Em potência instalada, a usina de Belo Monte será a terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás apenas da chinesa Três Gargantas (20.300 MW) e da brasileira e paraguaia Itaipu (14.000 MW); e será a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira. O leilão para construção e operação da usina foi realizado em abril de 2010 e vencido pelo Consórcio Norte Energia. A usina está prevista para entrar em funcionamento em 2015. Desde seu início, o projeto de Belo Monte encontrou forte oposição de ambientalistas brasileiros e internacionais e de algumas comunidades indígenas locais. Essa pressão levou a sucessivas reduções do escopo do projeto, que originalmente previa outras barragens rio acima e uma área alagada total muito maior. Em 2008, o CNPE decidiu que Belo Monte será a única usina hidrelétrica do Rio Xingu. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – Quais são hoje as demandas das pautas operárias e em que elas se diferem da sociedade trabalhista de 30 anos atrás?

Ruy Braga – Existem diferenças relacionadas às pautas específicas, ou algumas demandas históricas. Por exemplo, há 30 anos uma das demandas era a oficialização ou a efetivação do salário mínimo, ou a conquista do direito ao décimo terceiro salário. O que me chama atenção, na verdade, é uma certa permanência, uma similaridade. Se analisarmos hoje as principais campanhas nacionais e mobilizações de trabalhadores no Brasil, iremos perceber claramente uma tentativa de articulação de demandas que exigem uma ampliação da proteção social com a busca da ampliação do progresso material dos trabalhadores. Ou seja, temos uma demanda por melhores salários, mas ao mesmo tempo temos demandas por garantia de proteção do trabalhador contra a demissão imotivada, por diminuição da jornada de trabalho para garantir o emprego, mas sem diminuição de salários, temos demandas por proteção contra a precarização das condições de trabalho, pela efetivação dos direitos trabalhistas para os trabalhadores domésticos, pelo fato de que esses constituem o principal grupo sócio-ocupacional brasileiro, com mais de 7 milhões de trabalhadores.

IHU On-Line – O que deve ser contemplado nos estudos da sociologia do trabalho do século XXI?

Ruy Braga – A agenda da sociologia do trabalho no Brasil e em escala internacional tem sido dominada por um tripé muito correto, conveniente e importante que busca, por um lado, aprofundar o estudo da relação entre a política e o trabalho, ou seja, aprofundar a pesquisa sobre as diferentes relações entre estados, sindicatos, trabalhadores em diferentes contextos nacionais; por outro lado, temos um exponencial aumento dos estudos de caso que se dedicam a perscrutar as formas atuais de precarização do trabalho. E finalmente o que tem se consolidado nos últimos anos na sociologia brasileira e internacional são os estudos concentrados nessa nova composição da força de trabalho pós-fordista: uma flagrante preocupa-

“Se a relação entre desemprego alto e inflação baixa fosse efetivamente verdadeira, a Alemanha, nas décadas de 1920 e 1930, seria o país com as menores taxas de inflação do mundo. Essa relação não é mecânica”

ção com a feminização da força de trabalho. No caso de países como o Brasil, precisamos pensar evidentemente em estudos que colocam num primeiro plano o problema racial, ou seja, a questão de que essa força de trabalho é predominantemente não branca. O que está faltando são estudos que destaquem diferentes formas de dominação não tradicionais ou menos conhecidas. Faltam no Brasil e na sociologia do trabalho internacional mais estudos sobre a discriminação por orientação sexual dos trabalhadores.

IHU On-Line – Qual sua opinião sobre a opção de apostar no desemprego como controle da inflação?

Ruy Braga – Essa é uma tese de economistas ortodoxos, neoclássicos que imaginam que o problema da inflação passa fundamentalmente por uma, dentre tantas variáveis. Isso não procede. Se a relação entre desemprego alto e inflação baixa fosse efetivamente verdadeira, como defendem esses economistas, a Alemanha, para citar um exemplo histórico que muitos conhecem, nas décadas de 1920 e 1930, seria o país com as menores

taxas de inflação do mundo. Essa relação não é mecânica. A realidade da inflação é marcada por um arranjo complexo de variáveis e de causas. Deve-se evitar o descontrole inflacionário, porque isso prejudica principalmente o trabalhador. No entanto, eu não apostaria no desemprego. Essa é a pior maneira de se lidar com isso. Sou favorável que o governo lance mão de medidas mais agressivas de administração dos preços, principalmente daqueles produtos que compõem a cesta básica. Essa é uma maneira, do ponto de vista do mundo do trabalho, mais eficiente de controlar o que chamo de inércia ou descontrole inflacionário.

IHU On-Line – Tendo em vista o cenário de desaceleração econômica, o que podemos esperar da realidade do mundo do trabalho no Brasil para os próximos anos?

Ruy Braga – Em primeiro lugar, não acredito que vá haver uma mudança drástica do atual cenário político, do ponto de vista do mundo do trabalho, no curtíssimo prazo. Coloco essa mudança mais no médio e longo prazo. No entanto, se acompanharmos a evolução da curva das greves no Brasil, de 2000 para cá, houve, de fato, um aumento discreto permanente na atividade grevista. Eu aposto que esse cenário marcado por um baixo crescimento econômico vai continuar alimentando esse aumento progressivo, permanente e constante das mobilizações grevistas no Brasil.

IHU On-Line – Qual a inspiração que Robert Castel pode oferecer para os desafios do mundo do trabalho em nossos dias?

Ruy Braga – Robert Castel foi um dos mais importantes sociólogos do trabalho do segundo pós-guerra. Eu diria que ele foi um dos mais importantes sociólogos do período. As pesquisas que ele desenvolveu nos últimos 40 anos sobre, principalmente, o processo de institucionalização dos direitos trabalhistas ao longo do século XX, destacando evidentemente a Europa e, em especial, a Europa ocidental, é uma das mais importantes contribuições sobre o tema para a sociologia do trabalho. Robert Castel é incontornável nesse sentido. É uma

grande perda para a sociologia, para a sociologia do trabalho e para a sociologia crítica internacional. No entanto, vejo questões problemáticas também no seu trabalho que, evidentemente, inspiram a sociologia do trabalho hoje e continuarão inspirando, sendo fonte permanente de inquietação, de levantar desafios para o tema na contemporaneidade. Por exemplo, Robert Castel, ao enfatizar aquela dinâmica de institucionalização dos direitos e seus desdobramentos, a relação do Estado com os sindicatos e os trabalhadores, naquilo que ele chamava de salarizados (a classe dos trabalhadores assalariados), acabou tendo alguma dificuldade em interpretar a centralidade que a insegurança social inerente ao processo de mercantilização do trabalho ocupa no mundo do trabalho contemporâneo. Eu vejo uma área problemática na teoria de Castel que, por sua vez, tem alguma dificuldade de refletir sobre essa relação entre a

insegurança inerente à mercantilização do trabalho e o processo de crise do Estado de bem-estar social, crise da relação salarial fordista, crise financeira e econômica. Ele acabou tentando dar conta disso através de um conceito de precariado que colocava muita ênfase num certo comportamento político regressivo, autoritário, antidemocrático, que ele chamava de novas classes perigosas na Europa, em especial na França. Não vejo o precariado dessa forma, nem que essa seja uma boa solução para o caso europeu e, sem dúvida, não é uma boa solução teórica para o caso brasileiro.

IHU On-Line – O senhor gostaria de acrescentar mais algum comentário sobre o tema?

Ruy Braga – Nós temos grandes desafios do ponto de vista do mundo do trabalho, da mobilização sindical pela frente, de defesa e ampliação dos direitos trabalhistas. Penso que a me-

lhor maneira de se lidar com esses desafios, do ponto de vista da sociologia crítica e do trabalho, é pensar a fundo esses problemas em uma perspectiva independente dos governos e das empresas, assumindo o ponto de vista da sociedade civil e dos trabalhadores.

Leia mais...

>> Ruy Braga já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. Confira:

- *O desmantelamento do estado de bem-estar social é o DNA do capitalismo*. **Notícias do Dia** 28-09-2012, disponível em <http://bit.ly/VSYdd4>;
- *A política do precariado e a mercantilização do trabalho*. **Revista IHU On-Line** número 411, de 10-12-2012, disponível em <http://bit.ly/YOFNuS>

Baú da IHU On-Line

Para pesquisar e consultar outras edições da revista **IHU On-Line** sobre o tema do trabalho, confira:

- *As mutações do mundo do trabalho. Desafios e perspectivas*. Edição número 390, de 30-04-2012, disponível em <http://bit.ly/KfpF2D>
- *Trabalho imaterial e apropriação da subjetividade humana*. Entrevista com Sílvio Camargo, número 387 de 26-03-2012, disponível em <http://bit.ly/Hafd5c>
- *Biocapitalismo e trabalho. Novas formas de exploração e novas possibilidades de emancipação*, número 327, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/JwXRSa>
- *O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crise e horizontes*, número 301, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/9ZMEXs>
- *O mundo do trabalho e a crise sistêmica do capitalismo globalizado*, número 291, de 04-05-2009, disponível em <http://bit.ly/aJI0Bi>
- *O mundo do trabalho no Brasil de hoje. Mudanças e novos desafios*, número 256, de 28-04-2008, disponível em <http://bit.ly/bHjG51>
- *O trabalho no capitalismo contemporâneo. A nova grande transformação e a mutação do trabalho*, número 216, de 23-04-2007, disponível em <http://bit.ly/b7yjJN>
- *Mais inovação tecnológica e... piores condições de trabalho. Um paradoxo!*, número 188, de 10-07-2006, disponível em <http://bit.ly/9XI3hj>
- *Trabalho. As mudanças depois de 120 anos do 1º de maio*, número 177, de 24-04-2006, disponível em <http://bit.ly/9hpxec>
- *As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho*, número 161, de 24-10-2005, disponível em <http://bit.ly/cPi0xB>
- *A crise da sociedade do trabalho*, número 98, de 26-04-2004, disponível em <http://bit.ly/9fGZ4W>
- *Economia Solidária e a crise do mundo do trabalho*, número 66, de 30-06-2003, disponível em <http://bit.ly/9BUpq7>
- *1º de maio: trabalho e memória*, número 57, de 28-04-2003, disponível em <http://bit.ly/c1Vjpb>

Multifuncionalidade e precarização dos laços de trabalho

“O tempo de trabalho se adequa às exigências do processo produtivo tornando menos claras as fronteiras entre o espaço do trabalho e o da vida da casa, da família”, afirma José Ricardo Ramalho

POR GRAZIELA WOLFART E CESAR SANSON



“A crise de produtividade do sistema de produção capitalista em anos recentes e as demandas dela decorrentes, em um mercado cada vez mais globalizado, resultaram em mudanças importantes no mundo do trabalho”. A conclusão é do professor José Ricardo Ramalho, que concedeu a entrevista a seguir para a **IHU On-Line** por e-mail. Ele não tem dúvida de que o trabalho “continua sendo uma importante atividade constituinte da sociedade contemporânea, mas abre-se agora um leque de outras possibilidades que precisam ser exploradas pelo investigador social preocupado em desvendar as novas estratégias postas em prática no processo de acumulação e o que

acarretam para os que vivem do trabalho, até no que se refere às manifestações de resistência que irão emergir”.

José Ricardo Ramalho é sociólogo e professor no Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Fez doutorado e mestrado em Ciências Sociais (Ciência Política) na Universidade de São Paulo, e pós-doutorados na Universidade de Londres e na Universidade de Manchester. É autor de, entre outros, *Sociologia do Trabalho no Mundo Contemporâneo* (2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A partir de uma perspectiva histórica e tendo presente a evolução das forças produtivas, particularmente a Revolução Tecnológica, quais são os novos temas – ou paradigmas – que se colocam para a análise do mundo do trabalho?

José Ricardo Ramalho – A crise de produtividade do sistema de produção capitalista em anos recentes e as demandas dela decorrentes, em um mercado cada vez mais globalizado, resultaram em mudanças importantes no mundo do trabalho. O processo de reestruturação das empresas, nos países industrializados, se fez com a criação de novos meca-

nismos de controle e de organização da produção, amparado no uso intenso de tecnologias de informação, e teve consequências nas formas de assalariamento vigentes. A introdução de relações de trabalho marcadas pela flexibilidade colocou em xeque os empregos de longa duração e disseminou ocupações atípicas e precárias. Um contexto como este, combinando intensificação do trabalho com insegurança no emprego, trouxe para o debate, por um lado, a necessidade de rever os argumentos construídos em situações de trabalho formal e assalariado e, por outro, a insegurança com relação à pertinên-

cia do trabalho como formador de identidade social.

Não há dúvida de que o trabalho continua sendo uma importante atividade constituinte da sociedade contemporânea, mas abre-se agora um leque de outras possibilidades que precisam ser exploradas pelo investigador social preocupado em desvendar as novas estratégias postas em prática no processo de acumulação e o que acarretam para os que vivem do trabalho, até no que se refere às manifestações de resistência que irão emergir.

Para a sociologia do trabalho, as teorias construídas a partir do conhe-

cimento sobre o controle gerencial exercido pela unidade fabril fordista, de produção em massa, não são mais suficientes para explicar o que acontece hoje dentro de empresas dos diversos setores, tal como o de serviços, marcado pela flexibilização das relações de trabalho, pelo crescimento do emprego precário e inseguro, e pela ausência de proteção da legislação trabalhista. Além do fato de a elaboração teórica a partir do trabalhador formal não captar com a devida acuidade as manifestações de trabalho informal, a domicílio, que se multiplicam nesse novo contexto.

IHU On-Line – A reflexão acadêmica acerca das mudanças no mundo do trabalho tem conseguido acompanhar o que está acontecendo no mundo real ou há defasagens significativas? O que dizer das críticas à sociologia do trabalho por continuar analisando o mundo do trabalho com as mesmas categorias da sociedade industrial? Qual é a sua visão?

José Ricardo Ramalho – Embora já seja possível identificar um conjunto expressivo de pesquisas voltadas para a investigação das transformações no mundo do trabalho e seus desdobramentos sobre a vida dos trabalhadores, sobre a estrutura das empresas e sobre as formas de emprego que emergem na sociedade contemporânea, creio que ainda há lacunas importantes a ser preenchidas pelos estudos dedicados a essa temática.

No caso do Brasil e da América Latina, por exemplo, a referência bibliográfica tradicionalmente utilizada se inspira em uma literatura produzida a partir da realidade de sociedades industrializadas, no contexto de um mercado de trabalho formalizado. O que se tem percebido, neste caso, é a incapacidade de, com esse corpo conceitual, explicar as particularidades do emprego, do mercado de trabalho com a marca da informalidade, do processo de industrialização tardio e, em consequência, das características diferenciadas assumidas pela organização sindical. Trata-se, portanto, do desafio que se coloca para a sociologia do trabalho: refazer ênfases e

“A introdução de relações de trabalho marcadas pela flexibilidade colocou em xeque os empregos de longa duração e disseminou ocupações atípicas e precárias”

aprofundar pesquisas também sobre o que é o trabalho “não clássico”.

Outras tradições além das fábricas

Por outro lado, pensar o trabalho em outras dimensões além de sua manifestação dentro das fábricas tem exigido uma abertura maior para dialogar com outras tradições de análise social. A organização das empresas em rede, por exemplo, colocou relevância nas localidades e regiões onde se estabelecem as atividades econômicas e trouxe para o debate a dimensão da participação dos trabalhadores e sindicatos nas discussões públicas sobre projetos de desenvolvimento e sobre atuação política. Importante também é atentar para a necessidade de revisar as instituições de representação dos trabalhadores. Os sindicatos ainda passam por grandes dificuldades para enfrentar as novas estratégias das empresas, e as práticas políticas anteriores não têm sido eficazes na resistência aos efeitos negativos para os que vivem do trabalho. Novas pesquisas precisam avaliar o modo como a instituição sindical poderia retomar sua capacidade de contestação e regulação das atividades no mercado de trabalho.

IHU On-Line – Há novidades nos estudos sobre trabalho? Qual tem

sido a contribuição da sociologia do trabalho brasileira nesse debate e quais são as principais ausências?

José Ricardo Ramalho – A ampliação do escopo de estudos sobre o trabalho tem demonstrado novos interesses de pesquisa e o despertar de outros tipos de curiosidade, muitas vezes a partir da revisita aos velhos temas discutidos em períodos históricos anteriores. Isso se aplica também à sociologia do trabalho brasileira. Alguns desses temas tem sido objeto de investigação continuada aqui e nos países industrializados, principalmente no que se refere às mudanças nas formas de organização das empresas e do trabalho. Assim, os estudos sobre a consolidação do padrão flexível têm garantido debates acirrados sobre seu caráter positivo ou negativo e sobre suas consequências sociais. Por um lado, argumenta-se a favor da multifuncionalidade como algo que dá autonomia ao trabalhador; por outro lado, enfatiza-se a “precariedade” dos novos laços de trabalho como forma de tornar o trabalhador mais vulnerável na relação com as empresas.

Tempo de trabalho

No Brasil e no exterior, uma discussão que avançou se deve à alteração da concepção de “tempo de trabalho”, tendo em vista que cada vez mais vem ocorrendo uma extensão da jornada de trabalho à revelia das legislações existentes. O “tempo de trabalho” se adequa às exigências do processo produtivo tornando menos claras as fronteiras entre o espaço do trabalho e o da vida da casa, da família. Ao mesmo tempo, algumas ausências no debate sobre o trabalho na sociedade atual começam a ser objeto de novos investimentos de pesquisa. Como mencionei acima, identifica-se a importância do aprofundamento de estudos sobre o chamado trabalho não clássico marcado por atividades não assalariadas, ocupações atípicas, precárias e inseguras. Da mesma forma, é preciso avaliar a dimensão do chamado “trabalho imaterial” – aquele cujo produto não se evidencia de imediato como resultado do esforço humano – e chegar à compreensão de outro tipo de trabalhador que se

forma a partir das atividades assim designadas.

Um fato do mundo contemporâneo do trabalho é, sem dúvida, o crescimento da participação das mulheres, que tem provocado a sensibilidade dos pesquisadores no sentido de discutir, por exemplo, a importância da flexibilização no mundo do trabalho para a organização e a reprodução da vida familiar, associando as questões do trabalho às questões de gênero.

Outra questão incontornável se refere à relação entre o trabalho oferecido e as condições de vida dos trabalhadores. Para pensar positivamente vale a pena lembrar os escritos de Robert Castel, que ressaltavam a relevância do trabalho na construção de redes de sociabilidade e de presença do trabalhador, na estrutura social.

Entretanto, agora como em qualquer outro período da história, o tema traz à tona os mecanismos pelos quais a inserção no trabalho, reincidentemente, leva à exacerbação da pobreza e à exclusão social. O contexto atual das relações de trabalho no Brasil também aponta para uma ênfase necessária na investigação sobre a existência de laços de trabalho tão precarizados que chegam a configurar trabalho infantil e formas de trabalho análogas à escravidão.

IHU On-Line – No que Marx continua indispensável para o estudo do mundo do trabalho e no que deve ser revisto e ampliado?

José Ricardo Ramalho – Não vejo como pesquisar o tema do trabalho sem fazer referência a Marx e a sua análise fundamental sobre o funcionamento do sistema capitalista e do

“Outra questão incontornável se refere à relação entre o trabalho oferecido e as condições de vida dos trabalhadores”

seu processo de acumulação. A cada crise do capitalismo, como a mais recente de 2008, a atualidade da obra de Marx se confirma e fornece elementos para um entendimento geral dos mecanismos do sistema econômico. Mas os estudos sobre o mundo do trabalho, hoje, não podem prescindir de outros enfoques e de considerar os diferentes contextos nos quais as formas e usos do trabalho se manifestam. Preocupações em compreender o trabalho imaterial, por exemplo, ou a formação de diferentes subjetividades associadas ao trabalho não clássico, demandam abordagens elaboradas em situações sociais inexistentes no período histórico ao qual Marx dedicou as suas análises.

IHU On-Line – Em que medida a pesquisa acadêmica sobre o mundo do trabalho pode contribuir para uma mudança na legislação trabalhista? Há necessidade de uma revisão nesse sentido?

José Ricardo Ramalho – O estudo sistemático dos efeitos do padrão fle-

xível sobre o mercado de trabalho no Brasil, e das estratégias empresariais para abolir parte considerável da proteção legislativa traz bons elementos para a reflexão e o debate político sobre alterações necessárias na legislação trabalhista. Pesquisas acadêmicas e a decisiva contribuição do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese para a elucidação dos principais problemas que afetam o mundo do trabalho têm demonstrado a necessidade de discutir e, eventualmente, fazer alterações nas leis que não amparam ou não regulam como deviam os laços de trabalho, deixando que se reproduzam os casos de terceirização de atividades, e de condições de trabalho análogas à escravidão. O mesmo se aplica aos escritos dedicados ao sindicalismo no passado e no presente que, ao abordarem questões relativas à pluralidade sindical e ao imposto sindical, por exemplo, contribuem não só para o debate político no interior do próprio movimento sindical como oferecem argumentos para tornar os sindicatos menos dependentes do Estado.

Leia mais...

>> José Ricardo Ramalho já concedeu outra entrevista à **IHU On-Line**.

Confira:

- *Trabalho flexível: a crise das representações trabalhistas*. Publicada na edição n. 256, de 28-04-2008, disponível em <http://bit.ly/11E8Brp>

**LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR**

A virtuosa relação crescimento/emprego/renda

Para Claudio Dedecca, aumentar a renda e o poder de consumo das famílias é algo que favorece a arrecadação do Estado, o que permite uma ampliação do seu gasto social com infraestrutura e políticas sociais

POR GRAZIELA WOLFART



Na visão do professor Claudio Dedecca, da Unicamp, a década passada mostrou que “foi possível para o país voltar a crescer, gerar empregos, elevar os salários e realizar políticas públicas de proteção e desenvolvimento do trabalho. Portanto, nosso grande desafio a partir de agora, em termos de país, é darmos continuidade de sustentação a essa trajetória positiva que conhecemos nos últimos tempos”. Na entrevista a seguir, concedida por telefone à **IHU On-Line**, ele defende que “a política econômica tende a ter uma trajetória própria e a política de infraestrutura, isto é, investimento em saneamento, transporte, etc., acaba ocorrendo na brecha permitida pela política econômica”, o que já estaria melhorando, mas ainda precisa avançar. E aponta: “o tra-

balhador depende que o mercado de trabalho funcione bem, o desemprego seja baixo, a renda aumente, as condições de emprego sejam favoráveis, mas ele depende igualmente do desenvolvimento de um conjunto importante de políticas de Estado em termos da sua condição de vida”.

Claudio Salvadori Dedecca é professor do Instituto de Economia da Unicamp. Possui graduação, mestrado e doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas. Dentre outros, é autor de *Trabalho e Gênero no Brasil: Formas, Tempo e Contribuição Sócio-Econômica* (Brasília: UNIFEM - ONU, 2005) e *Racionalização e Trabalho no Capitalismo Avançado* (Campinas: Unicamp - IE, 1999).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais as novidades no Brasil em relação às políticas públicas de trabalho, renda e proteção social?

Claudio Dedecca – A experiência recente brasileira nega um conjunto de expectativas que havia sido constituído no final de década de 1990 no país sobre as perspectivas do mercado de trabalho. Ao longo da década de 1990, a avaliação que se tinha do ponto de vista do mercado de trabalho é de que nós tínhamos uma situação de desemprego recorrente, em que não seria mais possível ampliar o setor formal ou realizar a geração de emprego e desenvolver políticas públicas de proteção e desenvolvimento do trabalho. A década passada mostra que essa avaliação da década de 1990

era totalmente falaciosa. Foi possível para o país voltar a crescer, gerar empregos, elevar os salários e realizar políticas públicas de proteção e desenvolvimento do trabalho. Portanto, nosso grande desafio a partir de agora, em termos de país, é darmos continuidade de sustentação a essa trajetória positiva que conhecemos nos últimos tempos.

IHU On-Line – Qual a importância para o mundo do trabalho brasileiro do fato de o Lula ter reconstituído uma visão nacional no país, de que temos que ter um projeto que atenda aos interesses dos diversos segmentos da sociedade brasileira?¹

Claudio Dedecca – O impacto é enorme e extremamente positivo, porque obviamente a reconstituição do projeto nacional para o país restabelece uma confiança dos diversos segmentos da sociedade em relação ao futuro que esse país pode ter. E nesse exato momento existe uma razoável convergência em boa parte dos setores da sociedade brasileira, que possuem a confiança de que é possível que o país estabeleça uma trajetória própria de desenvolvimento com benefícios sociais, com redução da desigualdade, com geração de emprego,

entrevista “O governo Lula e a reconstituição de uma visão nacional no país”, publicada na **IHU On-Line** número 413, de 01-04-2013, disponível em <http://bit.ly/XVHGvY> (Nota da **IHU On-Line**)

¹ Reflexão levantada pelo professor na

com proteção social. Esse é um fato extremamente positivo porque tira o país de uma situação de pessimismo muito radical, que ele havia conhecido na década de 1990 e insere na sociedade brasileira uma visão de que ela pode fazer um desenvolvimento econômico e social mais justo.

IHU On-Line – Como esse projeto pode preservar questões básicas, como o crescimento, a estrutura produtiva, a renda e o emprego?

Claudio Dedecca – Nos últimos anos o Brasil tem buscado desenvolver um conjunto de medidas com o objetivo de fortalecer o crescimento. Alguns fatores têm jogado negativamente em relação a esse processo como, por exemplo, o cenário internacional. É fundamental que o cenário internacional melhore, que tenhamos uma perspectiva de crescimento da economia internacional. E do ponto de vista da política interna, o desenvolvimento e a articulação das políticas econômicas e sociais ainda se estrutura. O Brasil sofre uma articulação muito baixa entre esses três conjuntos de política. A política econômica tende a ter uma trajetória própria e a política de infraestrutura, isto é, investimento em saneamento, transporte, etc., acaba ocorrendo na brecha permitida pela política econômica. O mesmo ocorre com a política social. Nos últimos tempos, essa relação entre a política de infraestrutura, as políticas sociais e a política econômica tem melhorado. A decisão do governo em reduzir a taxa de juros, em defender o crescimento como um instrumento fundamental para a execução de políticas de infraestrutura e políticas sociais, tem sido uma conduta muito favorável. Mas precisamos melhorar ainda mais esse processo. É fundamental que a política econômica tenha não só objetivos, metas, inflação, busque manter o superávit econômico e ampliar as reservas internacionais que o país tenha, mas também é importante que faça parte da política econômica os objetivos sociais, isto é, avanços no campo da educação, do saneamento, que ela tenha como parâmetro desafios sociais e não só desafios econômicos, como tem sido

“Nos últimos anos o Brasil tem buscado desenvolver um conjunto de medidas com o objetivo de fortalecer o crescimento”

a marca da condução da política econômica nesses últimos 30 anos.

IHU On-Line – Em que implica a ação do governo do PT de ter conseguido vincular de modo estreito a necessidade de provocar um desenvolvimento na base produtiva com a geração de emprego?

Claudio Dedecca – As implicações desta relação são extremamente importantes, por dois motivos: em primeiro lugar, em termos gerais, para o país ter uma base produtiva mais desenvolvida e para poder competir internacionalmente. Apesar de que o país tem encontrado dificuldade para concretizar esse objetivo. O segundo aspecto é que o desenvolvimento da base produtiva em uma perspectiva de fortalecimento do emprego e do fortalecimento da renda gera um duplo impacto: de um lado, o aumento do emprego e da renda melhora as condições de poder de compra das famílias e isso é fundamental, porque boa parte da população depende do trabalho e do salário para viver e manter seu padrão de consumo. Ampliar a estrutura produtiva, o emprego e a renda é algo que beneficia as famílias, ainda mais com políticas envolvendo o salário mínimo, para reforçar esse processo. Por outro lado, se temos o aumento da atividade econômica, do emprego e da renda, o Estado também é beneficiado, porque a arrecadação cresce, portanto esse processo permite que o Estado não só amplie sua capacidade de investimento, mas também de gastos na área social e de infraestrutura. Portanto, como no Brasil a população é muito carente em termos de infraestrutura e de políticas sociais, favorecendo a arrecadação do estado, obviamente se propicia uma ampliação do gasto social do Estado.

IHU On-Line – Como as políticas de renda (salário mínimo, Bolsa Família, etc.) impactam no âmbito do trabalho e do emprego em nosso país?

Claudio Dedecca – Há uma ampla convergência entre os analistas de que essas políticas têm sido muito boas para o mundo do trabalho. Não podemos olhar apenas para o trabalhador, temos que olhar para sua família. Os efeitos do aumento da renda e a melhora do mercado de trabalho aumentou a capacidade de gasto do Estado. Essa melhora na renda das famílias – seja por meio de transferência de renda ou pelo salário mínimo – favoreceu o poder de compra. A questão que é necessária ressaltar é de que as necessidades de uma família de baixa ou média renda é muito mais complexa do que pura e simplesmente a renda do trabalho ou a renda da transferência do Bolsa Família. É preciso ter acesso à educação, à saúde, habitação, saneamento. Nesse sentido, ainda estamos nos movendo lentamente em relação às políticas sociais e à importância que elas têm para o trabalhador. Isto é, o trabalhador depende que o mercado de trabalho funcione bem, o desemprego seja baixo, a renda aumente, as condições de emprego sejam favoráveis, mas ele depende igualmente do desenvolvimento de um conjunto importante de políticas de Estado em termos da sua condição de vida.

IHU On-Line – Pensando em salário mínimo, podemos dizer que o salário atual é condizente com as necessidades dos trabalhadores brasileiros?

Claudio Dedecca – Não, o salário mínimo atual não é condizente. Entretanto, devemos ressaltar que

temos uma política de estado para o salário mínimo. E se privilegiarmos o crescimento e entendermos que a relação crescimento/emprego/renda é virtuosa, mantida a política do salário mínimo atual, poderemos ter, ao final desta década, uma situação garantida de renda para os trabalhadores brasileiros que ganham remuneração mais baixa. Não temos ainda hoje, mas constituímos um mecanismo extremamente importante para viabilizar que os salários baixos no Brasil deixem de ser irrisórios e passem a ter um valor substantivo. Estamos no caminho certo.

IHU On-Line – Que relação pode ser estabelecida hoje entre tempo e trabalho? Como é feito uso do tempo no capitalismo do século XXI, tendo em vista o mundo do trabalho no Brasil?

Claudio Dedecca – Existe toda uma discussão de que as transformações tecnológicas mais gerais e recentes do capitalismo nos propiciariam a ampliação do tempo livre e diminuição do tempo de trabalho. Infelizmente essa tese não tem nenhum respaldo na realidade. O mundo do trabalho vem ampliando a distorção do tempo disponível das pessoas. Nos últimos 15 anos, no Brasil, tínhamos uma legislação que falava em jornada de 44 horas semanais de trabalho, concentrada de segunda a sábado até a hora do almoço. No entanto, permitimos a abertura do comércio aos domingos, colocamos banco de horas e permitimos a realização de trabalho em horários que escapam do período normal de traba-

“Do ponto de vista da evolução da apropriação do mundo do trabalho em relação ao tempo das pessoas, nós não estamos indo bem”

lho. Do ponto de vista da evolução da apropriação do mundo do trabalho em relação ao tempo das pessoas, nós não estamos indo bem. E essa situação não é própria do Brasil. No mundo inteiro, a população dedica cada vez mais tempo para o mercado de trabalho.

IHU On-Line – Considerando a crescente imaterialização das atividades como uma tendência do trabalho no século XXI, como isso aparece no Brasil?

Claudio Dedecca – O Brasil ainda tem um espaço muito grande para geração de empregos caracterizados pelo trabalho manual e material. O desenvolvimento desse trabalho e a geração desses empregos são muito importantes para o mercado de trabalho brasileiro nos próximos anos. O que temos que fazer é nos preocupar menos se o trabalho está vinculado a atividades

materiais ou imateriais, mas fundamentalmente promovermos o desenvolvimento dos setores e gerarmos empregos que temos a possibilidade de gerar. E, mais do que isso, buscarmos melhorar a qualidade desses empregos.

IHU On-Line – Qual a importância e a força dos sindicatos na democracia atual, tendo em vista o desemprego?

Claudio Dedecca – É enorme, até porque a Constituição brasileira determina que o sindicato participe de várias políticas públicas. E mais, se a economia e o mercado de trabalho vão bem, também avança a negociação coletiva e melhoram as relações de trabalho. E o sindicato tem um papel decisivo nesse processo. As condições do mercado de trabalho têm favorecido os sindicatos.

Leia mais...

>> Claudio Salvadori Dedecca já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. Confira:

- *Salário mínimo: “É preciso abandonar a postura de pensar o Brasil a curto prazo”*. Entrevista publicada no sítio do IHU em 15-02-2011, disponível em <http://bit.ly/11p3sUb>
- *O governo Lula e a reconstituição de uma visão nacional no país*. Entrevista publicada na **IHU On-Line** n. 413, de 01-04-2013, disponível em <http://bit.ly/XVHGVy>

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR

Acabou a fase do trabalho seguro e por tempo indeterminado

Para Christian Marazzi, não há nenhuma chance de sairmos da crise sem que o capital retome a via do endividamento. “Uma nova bolha financeira está por explodir nos próximos meses”, prevê

POR GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO DE SANDRA DALL ONDER



Os efeitos da crise na Europa sobre o mercado de trabalho até agora têm sido devastadores, aponta o economista suíço Christian Marazzi, “com o aumento do desemprego, o fechamento de muitas pequenas e médias empresas, a deterioração da qualidade de vida dos cidadãos, o aumento do número de suicídios. Na Grécia, tudo isso atingiu proporções dramáticas, mas também no resto da Europa as coisas estão indo nesta direção”. Ele fez esta e outras afirmações na entrevista que concedeu por e-mail para a **IHU On-Line**, onde acrescenta que “o principal objetivo do capital, perfeitamente coerente com a política neoliberal, é o de minimizar o custo do trabalho, com o aumento do exército de desempregados, a redução das aposentadorias, o aumento na cobrança de impostos e a destruição definitiva dos sindicatos. O que não está claro é o significado desta estratégia macroeconômica, uma vez que não é possível sair da crise atual, na esperança de uma recuperação da competitividade de todas as economias europeias”. E Marazzi iden-

tifica um panorama assustador: “uma coisa parece clara: não há nenhuma chance de sair da crise sem que o capital retome a via do endividamento. O problema é que, mesmo que os bancos centrais estejam criando liquidez, mais do que devem, essa liquidez não desemboca na economia real, permanece nos circuitos financeiros e, portanto, alimenta uma nova (e enorme) bolha financeira. Que está por explodir nos próximos meses”.

Christian Marazzi é professor e diretor de investigação socioeconômica na Universidade della Svizzera Italiana. Também foi professor na Universidade Estadual de Nova York e na Universidade de Pádua, dentre outras. Entre suas obras, citamos *Autonomia* (Cambridge: MIT Press, 2007), *Capital and language* (Cambridge: Mit Press, 2008), em parceria com Michael Hardt e Gregory Conti, e *O lugar das meias: A virada linguística da economia e seus efeitos na política* (São Paulo: Civilização Brasileira, 2009).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como o senhor percebe a crise na Europa considerando a situação particular de cada país? Como falar do mundo do trabalho, a partir da crise, em uma situação como a da Alemanha e da Grécia, por exemplo?

Christian Marazzi – Na Europa, a crise começou “oficialmente” no outono de 2009, quando a Grécia foi atacada pela primeira vez pelos mercados financeiros e da União Europeia

em função da situação da sua dívida pública. A partir daquele momento, e até agora, tem havido uma sucessão de crises da dívida soberana, com países como a Irlanda, Portugal, Espanha e, no fio da navalha, a Itália, mais recentemente, o Chipre, alvo dos mercados que têm como objetivo impor medidas de austeridade para restaurar (“consolidar”) a despesa pública e sair da crise. Na verdade, o que aconteceu é que as medidas de austerida-

de, ou seja, os cortes de gastos públicos e o aumento de impostos, têm contribuído para agravar a situação econômica e social dos países periféricos da zona do euro, provando que a austeridade, em vez de facilitar a recuperação da recessão, ao contrário, piora. Os efeitos sobre o mercado de trabalho até agora têm sido devastadores, com o aumento do desemprego, o fechamento de muitas pequenas e médias empresas, a deterioração da

qualidade de vida dos cidadãos, o aumento do número de suicídios.

Na Grécia, tudo isso atingiu proporções dramáticas, mas também no resto da Europa as coisas estão indo nesta direção, especialmente no que diz respeito ao desemprego entre os jovens, por exemplo, que na Espanha ou na Itália atingiu proporções inacreditáveis, de mais de 40%.

Na Alemanha, que certamente é o país economicamente mais forte, esta situação do mercado de trabalho e do desemprego começou muito antes da crise, especialmente no início de 2000, com os planos de trabalho do governo *vermelho-verde*, que optaram por um mercado de trabalho cada vez mais flexível e temporário (“pleno emprego do trabalho temporário”, dizia-se), também com base no trabalho imigrante para reduzir os salários.

IHU On-Line – Com a crise na Europa e os desafios impostos por ela ao mundo do trabalho, quais as principais transformações recentes no que se refere à geração de renda e de consumo?

Christian Marazzi – É difícil responder a essa pergunta, porque não está claro qual é (se houver) o projeto por trás deste ataque frontal ao mundo do trabalho. Na verdade, o principal objetivo do capital, perfeitamente coerente com a política neoliberal, é o de minimizar o custo do trabalho, com o aumento do exército de desempregados, a redução das aposentadorias, o aumento na cobrança de impostos e a destruição definitiva dos sindicatos. O que não está claro é o significado desta estratégia macroeconômica, uma vez que não é possível sair da crise atual, na esperança de uma recuperação da competitividade de todas as economias europeias, ao mesmo tempo, através da retomada das exportações. Os países mais afetados pela crise da dívida soberana estão se tornando um grande grupo de força de trabalho pobre, prontos a migrar para os países do norte da Europa. Talvez esta seja a referência que emerge da estratégia da crise, criar um Sul de serviços (e emprego) para os ricos do Norte. De toda forma há anos, quando algum novo emprego é criado, ele é certamente temporário

“A austeridade, em vez de facilitar a recuperação da recessão, ao contrário, piora”

e por tempo determinado. Acabou a fase do trabalho seguro e por tempo indeterminado.

IHU On-Line – Em que medida a transformação das finanças em “ferramenta” ativa para suportar a demanda se relaciona com o desmantelamento do Estado social e com a crescente privatização dos bens públicos?

Christian Marazzi – Na fase de expansão do capitalismo financeiro, desde os anos 1980, tem havido uma privatização dos mecanismos de criação da demanda agregada de Keynes¹. O endividamento das famílias e empresas tem, gradualmente, tomado o lugar da dívida pública dos países na sua função de criação da demanda adicional (a salarial) necessária para obter lucros. Não que a dívida pública tenha diminuído. Pelo contrário, o seu aumento se deve principalmente à redução da carga fiscal sobre o capi-

tal e rendimentos elevados, aumento de demandas geradas pelo envelhecimento da população e ao aumento dos custos com a saúde. Com a crise da dívida privada, por meio da intervenção dos países para ajudar o sistema bancário à beira da falência, foi novamente transformada em dívida pública. Assistimos à socialização da dívida e a privatização dos lucros. E este aumento da dívida pública oportunizou o ataque aos gastos públicos do *welfare state* e a privatização de bens públicos.

IHU On-Line – Na última entrevista que nos concedeu², o senhor afirmou que “é a cooperação, a troca de saberes e conhecimentos, as competências adquiridas no âmbito do não trabalho que são recursos estratégicos para o desenvolvimento do capital”. Como reflete sobre essa afirmação a partir da crise na União Europeia?

Christian Marazzi – Posso apenas reiterar que, em lugar do uso capitalista do “comum”, justamente o trabalho de cooperação, do conhecimento e da experiência, podemos e devemos agora responder com a luta por uma renda de cidadania, uma renda que seja uma forma de monetização de todo o trabalho gratuito que fazemos para (simplesmente) viver, mas que se insere na estratégia do capital de captar a mais-valia absoluta, através de dispositivos de externalização da exploração do trabalho.

IHU On-Line – Com a crise no emprego/trabalho, quais os impactos que as grandes empresas sofrem em função da quebra do mecanismo da dívida (aqui pensando no cartão de crédito e nas hipotecas imobiliárias, por exemplo)?

Christian Marazzi – A crise é sempre um momento de cortes de gastos, mesmo que apenas para reduzir as dívidas acumuladas em fase de expansão. E isso, para as empresas em geral, significa redução da demanda por bens de consumo e de investimento. Para as grandes empresas significa

¹ John Maynard Keynes (1883-1946): economista e financista britânico. Sua Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não-comunistas. De Keynes, publicamos um artigo e uma entrevista na 139ª edição, de 02-05-2005, disponível para download em <http://migre.me/4b8NA> e outra entrevista na 144ª edição, de 06-06-2005, disponível para download em <http://migre.me/4b8NR>. Confira, também, dois artigos na 145ª edição, de 13-06-2005, disponíveis para download em <http://migre.me/4b8Ob> e um artigo nos Cadernos IHU Ideias número 37, de 2005, intitulado As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes, de autoria do Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho, disponível para download em <http://migre.me/4b8Pq>. Leia, também, a edição 276 da Revista IHU On-Line, de 06-10-2008, intitulada A crise financeira internacional. O retorno de Keynes, disponível para download em <http://migre.me/4b8OK>. (Nota da IHU On-Line)

² Confira: *A sociedade: uma grande fábrica de produção de valor*. Publicada na revista IHU On-Line n. 327, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/xnP2oq> (Nota da IHU On-Line)

direcionar as estratégias de vendas para os países emergentes, criando novamente a armadilha da dívida para esses mesmos países. De fato, países como a China, e outros, estão agora se confrontando com um aumento acentuado da dívida dos seus bancos em direção aos países ocidentais. Uma coisa parece clara: não há nenhuma chance de sair da crise sem que o capital retome a via do endividamento. O problema é que, mesmo que os bancos centrais estejam criando liquidez, mais do que devem, essa liquidez não desemboca na economia real, permanece nos circuitos financeiros e, portanto, alimenta uma nova (e enorme) bolha financeira. Que está por explodir nos próximos meses.

IHU On-Line – Quais as peculiaridades da crise europeia em relação ao mundo do trabalho se compararmos com os impactos sofridos nos EUA, por exemplo, com a crise de 2008/2009?

Christian Marazzi – A principal peculiaridade em relação aos Estados Unidos e Europa diz respeito à natureza das moedas criadas em seus res-

“Há anos, quando algum novo emprego é criado, ele é certamente temporário e por tempo determinado”

pectivos continentes. O dólar é uma moeda soberana cuja criação e circulação dentro dos Estados Unidos permitem o crescimento econômico (e, conseqüentemente o emprego) em todos os estados federados. Na Europa, o euro veicula um processo de desenvolvimento divergente entre os países do Norte e dos países do Sul. Isso acontece porque o euro é uma moeda sem um Estado, uma moeda sem uma política fiscal e econômica comum aos países membros da União

Europeia. Isso significa que, dentro da zona do euro, o desenvolvimento de um país (como a Alemanha) é feito à custa do subdesenvolvimento de outros países (como a Grécia, a Espanha ou a própria Itália).

Leia mais...

>> Christian Marazzi já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**. Confira:

- *Política do comum: uma fonte direta de valor econômico*. Publicada nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU, em 23-03-2009, disponível em <http://bit.ly/d4AqGP>;
- *A vida no centro do crescimento econômico*. Publicada na revista **IHU On-Line** n. 301, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/cmubdm>;
- *A sociedade: uma grande fábrica de produção de valor*. Publicada na revista **IHU On-Line** n. 327, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/xnP2oq>

Acompanhe o IHU no Blog no endereço www.unisinos.br/blogs/ihu



O sindicalismo europeu precisa se refundar

Para o sociólogo português Elísio Estanque, as razões da crise do trabalho na Europa partiram de uma mudança no paradigma econômico, que começou há cerca de três décadas com o advento do modelo neoliberal, estreitamente vinculado ao poder crescente do capitalismo financeiro sobre a economia real

POR GRAZIELA WOLFART E CESAR SANSON



“O ataque aos direitos laborais na Europa está sendo conduzido pelos interesses do capitalismo selvagem e por uma doutrina hiperliberal, que nega a existência de estruturas e desigualdades sociais como fontes de atraso, e para quem os indivíduos / trabalhadores devem estar o serviço da performance da macroeconomia, e não o contrário”. A afirmação é do professor e sociólogo português Elísio Estanque, que concedeu a entrevista a seguir para a **IHU On-Line** por e-mail. Para ele, “a crise atual e as subsequentes políticas de austeridade (impostas pela Alemanha e países do norte da Europa) orientam-se para uma retomada do mercantilismo e um destroçar do Estado de bem-estar e dos direitos trabalhistas”. Neste

caminho, continua, “pretende-se desmantelar e se possível pôr fim ao sindicalismo mais combativo”. E conclui: “a Europa sairá desta crise modificada e será obrigada a alterar o seu posicionamento nas relações globais e com os continentes do hemisfério Sul”.

Elísio Estanque é professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em Portugal, onde também é pesquisador do Centro de Estudos Sociais. É professor visitante na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, onde se encontra desde janeiro deste ano. É licenciado em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, de Lisboa, e doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é o tamanho da crise do trabalho na Europa (pensando particularmente na realidade de cada país)? Quais são os setores mais atingidos?

Elísio Estanque – A crise econômica atinge, em primeiro lugar, os trabalhadores (incluindo os segmentos da classe média). Para além das medidas de austeridade que se traduziram em cortes de salários muito violentos (variando entre 20 a 30% conforme os níveis de renda), a crise atinge praticamente a todos. Mesmo os setores mais pobres e que vivem de pensões mínimas e da previdência social (cujos valores nominais se mantêm) são atingidos, porque o aumento do imposto sobre o consumo (IVA), que incide sobre produtos elementares e sobre o comércio em geral, e o aumento do custo da gasolina e dos transportes públicos atingem também esses setores

excluídos. Além de que o brutal aumento do desemprego (em meia dúzia de anos aumentou de 9% para 18%) atinge em especial as camadas de menores recursos. Depois as ditas classes médias – que em Portugal incluem os trabalhadores dos serviços e os funcionários públicos com uma qualificação mediana, além dos quadros intermediários do setor público e privado – são as que maiores cortes salariais e maiores penalizações sofreram na carga fiscal, porque se situam nos níveis intermediários dos escalões de renda.

IHU On-Line – Quais são as razões de fundo da crise do trabalho na Europa?

Elísio Estanque – As razões de fundo, em minha opinião, partiram de uma mudança no paradigma econômico, que começou há cerca de três décadas com o advento do modelo ne-

oliberal, estreitamente vinculado ao poder crescente do capitalismo financeiro sobre a economia real. Desde a era Thatcher/Reagan que a pressão sobre as políticas sociais e o Estado-previdência não parou de aumentar, em favor de uma igualmente crescente sacralização dos mercados e do privado. Entretanto, perante a redução do crescimento econômico, o envelhecimento da população o aumento da despesa pública (em especial nas áreas da saúde, educação e previdência) favoreceram as opções da maioria dos governos europeus (incluindo os de filiação social-democrata) por políticas de reestruturação do Estado, de privatização de diversos serviços públicos (ou partes deles), ao mesmo tempo em que abriam mão do controle sobre os lucros e os fluxos financeiros, admitindo uma crescente desregulação, facilitando os movimentos de

capitais e pressionando cada vez mais os direitos laborais e o valor do trabalho. Por outro lado, a ideologia da desindustrialização, da competitividade individual e do consumismo desenfreado ajudou a inebriar setores importantes do funcionalismo e da classe média, que aderiram cada vez mais ao crédito (inicialmente fácil e barato) para comprarem a crédito, se endividarem (em especial na aquisição de casas e apartamentos próprios) com isso ajudando o setor bancário, dos seguros e a especulação financeira a enriquecerem enquanto ficavam cada vez mais dependentes. O ataque aos direitos laborais na Europa está sendo conduzido pelos interesses do capitalismo selvagem e por uma doutrina hiperliberal, que nega a existência de estruturas e desigualdades sociais como fontes de atraso, e para quem os indivíduos / trabalhadores devem estar ao serviço da performance da macroeconomia, e não o contrário.

IHU On-Line – A crise vem impondo uma revisão das conquistas do Estado de bem-estar social? É irreversível?

Elísio Estanque – A crise atual e as subseqüentes políticas de austeridade (impostas pela Alemanha e países do norte da Europa) orientam-se para uma retomada do mercantilismo e um destroçar do Estado de bem-estar e dos direitos trabalhistas. Neste caminho, pretende-se dismantelar e, se possível, pôr fim ao sindicalismo mais combativo. Eu acredito que o Estado social não vai voltar ao que já foi um dia, pelo menos enquanto a economia europeia não voltar a crescer significativamente.

IHU On-Line – Caminha a Europa para a “insegurança social”, como dizia Castel¹?

Elísio Estanque – Creio que o Estado social do futuro passará por modelos de trabalho diferentes e formas de exercício democrático também distintas. Mas as sociedades europeias, em especial as da Europa do sul, não aguentam uma economia completamente mercantilizada e um trabalho que volte aos padrões do que foi no século XIX. A cultura democrática e os

padrões de vida que sucessivas gerações de trabalhadores foram assimilando tornam a cidadania ativa uma realidade, mesmo no cotidiano da vida. E esse sentido de liberdade, essa expectativa de progresso, essa ambição de desenvolvimento e de justiça social (presentes no legado do Estado e da social-democracia europeia) ajudarão a mobilizar os cidadãos e a uma profunda renovação dos sistemas políticos democráticos da Europa. Com o projeto de integração em risco – em especial perante a eventualidade do fim da moeda única –, a Europa vai ser obrigada a reinventar-se. Mas estou convencido de que não vai deixar de lutar pelas ideias progressistas e emancipatórias que (embora sob diferentes ideologias) nela tiveram o seu berço. A Europa sairá desta crise modificada e será obrigada a alterar o seu posicionamento nas relações globais e com os continentes do hemisfério Sul.

IHU On-Line – O movimento sindical tem conseguido reagir?

Elísio Estanque – O movimento sindical tem reagido. Porém, por continuar amarrado a modelos organizativos e a práticas dos tempos do fordismo, revela enormes dificuldades em se aliar e em se aproximar dos novos setores descontentes e camadas da força de trabalho precarizada. O sindicalismo europeu precisa se refundar, e isso deve acontecer em articulação com os novos movimentos juvenis e de trabalhadores precários que emergiram recentemente na Europa.

IHU On-Line – O que ainda difere o mercado de trabalho europeu do brasileiro?

Elísio Estanque – Lá (na Europa) a memória dos direitos trabalhistas está bem presente e os governos neoliberais ainda não dismantelaram todos esses direitos. No Brasil os trabalhadores – pelo menos os segmentos mais frágeis – não possuem um passado de conquistas, mas sim de miséria. Hoje, muitos se beneficiam de uma efetiva melhora salarial e de direitos. Uma parte deles está seduzida por esse fascínio encantatório que é o consumismo, estão inebriados pelo aparente facilitismo do “ter”, mas isso não está sendo acompanhado por um sentido do “ser”, por um reforço efetivo da consciência dos direitos de cidadania.

IHU On-Line – O senhor está no Brasil desde janeiro. Que relações já consegue estabelecer entre o mundo do trabalho aqui em relação à realidade europeia?

Elísio Estanque – O mercado de trabalho brasileiro continua muito flexível, com muita rotatividade, bastante jovem, e apenas está iniciando um ciclo de conquista de direitos e de reconhecimento. Falta qualificação, que existe mais na Europa, mais presença reguladora do Estado e capacidade de consolidação da esfera pública. Tal como nos países europeus, está se acentuando um dualismo entre funcionalismo (servidores públicos) e os trabalhadores do setor privado. Há uma economia pujante, mas uma dificuldade na renovação, inovação tecnológica e modernização do tecido produtivo.

IHU On-Line – Comparando as realidades portuguesa e brasileira, o que o senhor pode dizer sobre a desigualdade social e as características da classe média, principalmente em relação ao trabalho e ao emprego?

Elísio Estanque – A concentração de renda é mais intensa no Brasil. Os contrastes de classe, entre riqueza e pobreza, são bem mais chocantes aqui. Os trabalhadores europeus querem continuar a ver a porta aberta da classe média. Os trabalhadores brasileiros, ao verem fechar-se a porta da miséria, já se julgam parte da “nova” classe média (ou serão os interesses do marketing que trabalham para criar essa imagem?). Em ambos os casos, trata-se de classes trabalhadoras em intensa recomposição. Enquanto na Europa a fragmentação reflete um recuo social (e isso se ressentem no pessimismo e no descontentamento da classe média, dos trabalhadores e dos desempregados), no Brasil as conquistas sociais criam uma subjetividade positiva e de alguma euforia quanto a melhorias de poder de compra e de status social. O futuro é muito incerto em ambos os casos, mas é importante que em cada um dos lados do Atlântico se saiba aprender com a experiência histórica (a recente e a mais antiga) do outro lado. Em qualquer dos casos, creio que a cooperação será fundamental. E espero que Portugal e Brasil possam ser protagonistas centrais nesse processo.

¹ Sociólogo francês recentemente falecido. Sobre ele, leia uma entrevista publicada nesta edição, com Liliana Segnini. (Nota da IHU On-Line)

A contribuição da universidade na modelagem das relações de trabalho

Para Lucas Henrique da Luz, um dos coordenadores do curso de Administração da Unisinos, o espaço acadêmico não deve se voltar apenas ao desenvolvimento de tecnologias

POR GRAZIELA WOLFART E RICARDO MACHADO



Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Lucas Henrique da Luz considera que a universidade, antes mesmo de abordar o tema do trabalho nos cursos que oferece, “contribui para a modelagem das relações de trabalho”, sobretudo porque opera sob lógicas na qual é pensada a formação do aluno. “Ao afirmar que o ensino universitário e sua pesquisa contribuem para a construção da realidade e de seus significados, coloca-se sobre ele relevantes implicações éticas. Assim, penso que devemos cada vez mais pensar em termos de ética na pesquisa e no ensino e não o fazer de maneira normativa-instrumental, bem como evitando dissociar ciência, tecnologia e ética”, avalia o coordenador.

Lucas Henrique da Luz possui mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, graduação em Administração de Empresas – Hab. Recursos Humanos pela mesma universidade e especialização em Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atualmente, é doutorando em Administração na Unisinos. É um dos coordenadores do curso de Administração da Unisinos (ao lado de Silvia Polgati e Dagmar Sordi), e professor nesse mesmo curso e no de Graduação Tecnológica em Gestão de Recursos Humanos. É integrante do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Confira entrevista.

IHU On-Line – Como avalia que o ensino universitário, de modo geral, aborda o tema do trabalho e suas relações em nossos dias? Quais os avanços e as lacunas, nesse sentido?

Lucas Henrique da Luz – A análise precisa ser vista de maneira mais ampla e, portanto, para além da ideia de como o ensino universitário aborda a temática do trabalho e suas relações. Se fosse responder diretamente à questão, diria que na maioria das vezes aborda-se o tema de forma um tanto reducionista, com uma ideia predominante ainda de racionalidade econômica e eficiência como principal e/ou único motor das relações de trabalho. Isso me parece um tanto perigoso. Por isso proponho uma reflexão um pouco diferente.

Ensino

O ensino universitário, antes mesmo de abordar esse tema (trabalho) em aulas, em espaços de debate, ele contribui para modelagem das relações de trabalho, seja pelos cursos que oferece seja pelas lógicas em que se pensa a formação dos alunos e os resultados e externalidades dessa formação e dos sujeitos dela. Também contribui para a modelagem exposta acima por meio de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias, de técnicas aplicadas ao governo da vida, das instituições em geral e dos seus sujeitos, enfim, da realidade contemporânea. Para não tornar muito abstratas essas colocações iniciais, o desenvolvimento de tecnologias de conectividade, a promoção de novas

modalidades de ensino, a implementação de currículos baseados em competências, a lógica de uma formação empreendedora, os planejamentos de vida e de carreiras que são feitos com os alunos, as opções apresentadas – debatidas, etc., com certeza são (re) produtoras de relações de trabalho. E nesse momento nem se trata de avaliar se boas ou ruins, se melhores ou piores, mas constatar que isso ocorre e perceber que não são relações neutras. Como mostra Agamben¹ em

¹ **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da Facoltà di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer*:

*O Reino e a Glória*²: a forma como as coisas são dispostas influencia no agir das pessoas, sendo uma *dispositio* que induz a liberdade.

Falta de pluralidade

Assim, pergunto se muitas vezes o ensino universitário não reforça quase que uma única forma de dispor as coisas, diminuindo a pluralidade de possibilidades. Jean-François Chanlat vem alertando para a falta de pluralidade de perspectivas, a necessidade de espaços de trabalho pensados, concebidos de forma mais plural. Stefano Zamagni³ tam-

o poder soberano e a vida nua I (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002); A linguagem e a morte (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005); Infância e história: destruição da experiência e origem da história (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); Estado de exceção (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007); Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007); e Profanações (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007 o site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível para download em <http://migre.me/uNk1>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin. Para conferir o material, acesse <http://migre.me/uNkY>. Confira, também, a entrevista Compreender a atualidade através de Agamben, realizada com o filósofo Rossano Pecoraro, disponível para download em <http://migre.me/uNme>. A edição 81 da Revista IHU On-Line, de 27-10-2003, tem como tema de capa O Estado de exceção e a vida nua: A lei política moderna, disponível em <http://migre.me/uNo5>. Leia, ainda, as edições 344, de 21-09-2010, intitulada Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate, disponível em <http://migre.me/5WjQm> e 343, de 13-09-2010 O (des) governo biopolítico da vida humana, disponível em <http://migre.me/5WjSa>. Acompanhe e participe dos eventos do IHU em 2013 sobre Agamben: Seminário O pensamento de Agamben: técnicas biopolíticas de governo, soberania e exceção, cuja programação completa pode ser conferida em <http://bit.ly/WdV0ca> e Minicurso de Giorgio Agamben - 2013, cuja programação pode ser acessada em <http://bit.ly/VUjR2V>. (Nota da IHU On-Line)

2 AGAMBEN, Giorgio. *O Reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II*. (São Paulo: Boitempo, 2011). (Nota da IHU On-Line)

3 Stefano Zamagni: economista italiano, é professor da Universidade de Bolonha, na Itália, e vice-diretor da sede italiana da Johns Hopkins University. Leia no site www.ihu.unisinos.br os Cadernos IHU

bém demonstra preocupação com a falta de pluralidade de concepções que pode dificultar a construção de uma sociedade mais feliz. Para ele não há espaços à pluralidade de concepções e formas de agir no mercado que acaba baseado em uma única racionalidade, capaz de eliminar bens relacionais e reciprocidade, gerando uma sociedade com um futuro provavelmente comprometido e certamente sem condições de satisfazer à demanda de felicidade de seus membros. Assim, em termos de ensino universitário e suas influências no mundo do trabalho, nas relações de trabalho, cabe a reflexão sobre se o espaço universitário mostra aos seus interlocutores, à sua comunidade acadêmica, essa pluralidade de possibilidades ou se reforça uma das possibilidades como o caminho a ser trilhado e seguido, como a liturgia a ser proferida e seguida.

O mesmo autor (Zamagni) ao falar da identidade e missão da universidade católica na atualidade⁴, coloca que elas devem ter seu genoma fundamentado em três elementos: geratividade, reciprocidade e o dom como gratuidade. Penso que esses elementos devem servir de análise de como se está construindo o meio universitário, até no que diz respeito ao trabalho, fomentando reflexões e análises sobre as contribuições deste à geração de novos conhecimentos na busca de ver-

Ideias número 185 (A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade); número 183 (A Europa e a ideia de uma economia civil); número 159 (A ética católica e o espírito do capitalismo); número 157 (Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento); número 155 (Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica), todos de autoria de Stefano Zamagni. A IHU On-Line também já entrevistou Zamagni em duas oportunidades. Confira: "Eficiência e justiça não bastam para assegurar a felicidade: o valor do princípio do dom na economia", entrevista publicada na edição número 360 da Revista IHU On-Line, de 09-05-2011, disponível em <http://migre.me/4lIu>; e "Reciprocidade, fraternidade, justiça: uma revolução da concepção de economia", entrevista publicada na edição número 364 da Revista IHU On-Line, de 06-06-2011, disponível em <http://bit.ly/ku0lv0> (Nota da IHU On-Line)

4 Leia no site www.ihu.unisinos.br o Cadernos IHU Ideias número 185 (A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade) (Nota da IHU On-Line)

dades (geratividade), ao fortalecimento da ideia de comunidade que pode contribuir para devolver a relevância da reciprocidade e do dom nesse espaço e, conseqüentemente, recolocá-los como importantes na economia e nas relações de trabalho. O contrário disso pode tornar o espaço universitário como *locus* de competição e de compra de insumos que o estudante revenderá ao mercado para obter um bom emprego, como mostra Zamagni.

Construção da realidade

Analisando ainda de outra perspectiva, ao afirmar que o ensino universitário e sua pesquisa contribuem para a construção da realidade e de seus significados, colocam-se sobre ele relevantes implicações éticas. Assim, penso que devemos cada vez mais pensar em termos de ética na pesquisa e no ensino e não o fazer de maneira normativa-instrumental, bem como evitando dissociar ciência, tecnologia e ética. Como mostra Vázquez (2008, p. 26), em uma época em que história, antropologia, psicologia e ciências sociais proporcionam relevantes materiais para o estudo do fato moral, não se justifica mais a existência de uma ética puramente filosófica, especulativa ou dedutiva, divorciada da ciência e da própria realidade humana moral. Em um artigo que estou elaborando, proponho refletirmos sobre ética no ensino e na pesquisa a partir de algumas "categorias", baseadas em Souza (2007), quais sejam: ética em seu lugar de realização, o que Souza (2007) denomina de ética e ecologia; entendendo que elas estão imbricadas, pois a primeira é que permite ao sujeito pensar e agir a partir de seu lugar no mundo, numa pluralidade de possibilidades e percebendo os reflexos delas, em consonância com a ideia de ecologia da ação de Morin (2000); na continuidade dessa categoria, devemos pensar ética e alteridade, ou seja, influências do que fazemos na busca, na tentativa das relações, do viver juntos, entendendo as atividades de ensino e pesquisa, da comunidade acadêmica na sua relação com o outro, com o viver em comum, com o fazer em sociedade; também a categoria ética e racionalidade, ou seja,

o conjunto de relações da ética com o cotidiano mundano do ensino e das pesquisas – que racionalidades são construídas e o que dá base a elas, aos seus resultados e processos. Teriam ainda outras categorias, mas penso que essas já demarcam a necessidade de uma constante reflexão sobre como nossas práticas de ensino e pesquisa modelam as relações de trabalho e o que se (re) produz com isso. Então, parece-me que pensar avanços e lacunas não deve ser algo pontual, mas sim deve ser avaliado nessa perspectiva mais de fundo, do sentido que ser e fazer universidade (ensino, pesquisa e extensão) assume cotidianamente e, aí sim, seus reflexos no mundo do trabalho.

Avanços

Por fim, os avanços localizam-se mais na esfera de ambientes de trabalho menos violentos em termos de questões físicas, de melhorias nos níveis educacionais dos trabalhadores, de tímidas melhorias de rendas e diminuição de falta de trabalho no Brasil. Porém, é difícil falar de avanços quando temos quase que semanalmente denúncias de trabalho escravo e países com altíssimos índices de desempregados, independentemente de serem países ricos ou pobres no quesito econômico-financeiro. Enquanto lacunas, penso ser necessário discutir mais fortemente a financeirização das relações de trabalho; a diversidade dos trabalhadores, analisando-os enquanto multidão; potencialidades e problemas das relações entre tecnociência e trabalho; a relação entre trabalho e saúde mental, entre outros exemplos, bem como aproximar os estudos de diferentes áreas sobre trabalho, imbricá-los fazendo novas conexões, para poder sair das mesmas análises que se repetem ao longo do tempo. Porém, volto a enfatizar que a reflexão de fundo, proposta acima, me parece mais pertinente que partir para aspectos pontuais.

IHU On-Line – Como o filme *Inside Job* pode ser analisado do ponto de vista da crise financeira e seus impactos no mundo do trabalho?

Lucas Henrique da Luz – A análise de Agamben da genealogia da

“Saímos de uma ideia de conhecimentos do trabalhador, dele aplicar no trabalho conhecimentos e habilidades e ingressamos numa lógica de competências, que envolve capacidade”

economia e do governo, apresentada em pelo menos duas oportunidades pelo professor Castor Ruiz na revista **IHU On-Line**, é também uma boa base para análise do filme, da crise e dos impactos no mundo do trabalho. A partir das ideias de Agamben, algumas instituições como o mercado estão sacralizadas atualmente. Uma instituição sacralizada acaba retirando das pessoas sua capacidade de agir, pois resulta inalcançável para as “pessoas comuns”. Somente os especialistas podem agir em relação a elas. Esses especialistas seriam os tecnocratas que assumem a função de novos sacerdotes (para mais detalhes, cf. edição n. 414 da revista **IHU On-Line** – artigo professor Castor Bartolomé Ruiz – confira em <http://bit.ly/15qqZK7>). Porém, essas instituições interferem na vida das pessoas. E o filme mostra também isso, um conjunto de especialistas (desde pesquisadores acadêmicos até operadores de títulos de prime e subprime e os avaliadores das agências de risco, passando por políticos) que acaba montando toda uma engenharia financeira que as pessoas não entendem, não alcançam, mas a têm como solução para seus problemas de moradia, como relevantes a

geração de postos de trabalho ao movimentar a economia, como paradigma de desenvolvimento.

Adoração

É uma adoração que deve ser feita a esse mercado sagrado, financeirizado que, no momento em que alguns fiéis percebem e resolvem “duvidar” da sua divindade, desconfiar da maquinaria de governo criada, acaba mostrando sua insustentabilidade e vindo a entrar em colapso, desacelerando a economia mundial e retirando postos de trabalho em todo o mundo. Claro que os especialistas, os sacerdotes desse mercado, continuam com seus trabalhos e com suas desculpas especializadas, ganhando altos bônus remuneratórios e a catequizar investidores e trabalhadores no mundo todo. Então, para além de outras análises que já fiz do filme (cf. análise feita na revista **IHU On-Line** n. 391, disponível em <http://bit.ly/IH8KEX>), creio que é importante ressaltar esses aspectos, que mostram a financeirização não somente da economia, mas de diferentes dimensões da vida das pessoas, incluindo o trabalho, e, assim como a vida das pessoas, que dependem dessas engenharias financeiras.

Como a financeirização é volátil, incerta, especulativa e não necessariamente produtiva, ela acaba mostrando o esgotamento do modelo atual de desenvolvimento, de economia, de trabalho – financeirizados e secularizados, bem como os conflitos de interesses que nele existem e a lógica unitária, de uma só direção a seguir, que resultou em crises enormes do mundo do trabalho. Parece incrível, mas a promessa da modernidade de um trabalho mais realizador e emancipatório travestiu-se de efficientismo sacralizado e colocou todos a correr, não sabendo bem para onde, como apontou Sennett (2006) e, sob o governo da “providência” do mercado, cujos efeitos colaterais podem ser violentos – como mostra o filme, principalmente para os trabalhadores, para aqueles que não são sacerdotes dessa providência.

IHU On-Line – Em que medida o mundo do trabalho atualmente desvela um modelo econômico e social

esgotado? Que tipo de “nova economia” poderia ser pensada para vislumbrar alternativas à crise do trabalho/emprego?

Lucas Henrique da Luz – Creio que o modelo que está esgotado não seja econômico apenas, mas sim um modelo de sociedade. Esse esgotamento olhado a partir do mundo do trabalho revela-se em questões como o adoecimento dos trabalhadores; a falta de tempo constante (é importante para as pessoas poderem pronunciar, a cada momento, que estão com muitas coisas a fazer, para aprender, para buscar – já pensou alguém dizer hoje que está ocioso? – isso seria profanar o sistema, a lógica do modelo atual). A combinação das tecnologias, que aceleraram brutalmente o ritmo de trabalho, com a financeirização das suas relações, só poderia resultar em espaços de trabalho bastante instáveis, com falta de vínculo, de memória, de trajetória, superficiais, que não podem ser sustentáveis. Como bem escreveu Enéas Costa de Souza⁵, há uma “insustentável leveza do capital financeiro” e é ela que está na base das relações de trabalho hoje, no bojo do modelo econômico e social.

Outra coisa que parece revelar o esgotamento do modelo via trabalho é que, por mais que se tenha aumentado a produção material e imaterial, não se alcançou um paradigma sustentável e de maior justiça social; pelo contrário, nosso modelo é ambiental e socialmente insustentável. Destruímos a natureza e aumentamos diferenças entre os mais ricos e os mais pobres – concentramos riqueza e, mesmo os trabalhadores com altas faixas de renda, em sua maioria, revelam-se não felizes, não realizados, segundo pesquisas feitas com executivos, por exemplo.

Contexto

Apontar possibilidades na complexidade do contexto atual, de crise epocal, é algo sempre muito difícil. Podemos pensar na perspectiva de economia solidária, da economia de

⁵ Confira a entrevista “A insustentável leveza do capital financeiro”, concedida por Enéas Costa de Souza e publicada no sítio do IHU em 10-04-2013 e disponível em <http://bit.ly/ZoyUyL> (Nota da IHU On-Line)

comunhão, nos movimentos ligados ao *slow* – penso que são tentativas. Porém, alguma possibilidade de superação desse esgotamento passa obrigatoriamente pela necessidade de reinventarmos usos para uma série de coisas, como as tecnologias da comunicação e informação, utilizando-as para celebração, para ócio, para devolver ao centro da economia e do nosso modelo de sociedade a vida em suas diferentes formas. O papel da universidade como potencializadora de um pensamento que pensa e não somente de um pensamento que calcula – como definiu Zamagni – parece ser fundamental para que entendamos melhor as técnicas que governam, os espaços de trabalho e assim iluminar caminhos e alternativas.

IHU On-Line – Em que sentido o contexto cultural na pós-modernidade, na sociedade capitalista, contribui para as metamorfoses no mundo do trabalho?

Lucas Henrique da Luz – Aqui ter-se-ia que discutir se o termo pós-modernidade é o mais adequado, pois também usam-se termos como hipermodernidade (Lipovetsky), modernidade líquida (Bauman), modernidade tardia (Giddens), dentre outros e se ela representa principalmente continuidade (Habermas) ou superação (Lyotard, Levinas) em relação à modernidade. Porém, para o propósito do questionamento, isso não é o essencial e tomarei o termo pós-modernidade. Nela emergiu ou vem emergindo um contexto cultural que reforça os paradigmas atuais de trabalho e é reforçada por eles, num movimento de retroalimentação. Reforça o individualismo, a perspectiva de perceber o outro como objeto, assim como um hiperconsumo e a preocupação com o curto prazo. Ela coloca uma cultura de identidades em curso, construídas em processos transitórios, fugazes, temporais, de constante negociação (Santos, 2001), gerando uma certa descontextualização da (s) identidade (s). Assim, forja uma cultura que rompe com as narrativas de espaço e tempo, forjando uma cultura do efêmero; que valoriza talento numa perspectiva de utilidade, onde a “vida útil” de

quase tudo e todos tende a ser cada vez mais curta, onde a tecnologia e a ciência invalidam e criam/renovam capacitações e competências a cada momento; que incentiva e/ou pede a não vinculação, a superficialidade onde o relevante é a experimentação e a constante reformulação de “vínculos”. Então, como sintetizou Sennett (2006), o contexto cultural pós-moderno é um contexto da efemeridade, fragilidade e superficialidade dos vínculos com tudo e todos, das transações e não relações, da fragmentação do político, do econômico, do social e do seguir em frente como premissa básica.

Claro que tudo isso impacta nas relações de trabalho, de forma a torná-las instáveis, com vínculos superficiais, com valorização da dimensão imaterial fazendo com que as pessoas, os trabalhadores (que são hoje cada vez mais múltiplos em identidades) precisem estar buscando “qualificação” (novos talentos e utilidades) constantemente, preocupados com suas competências em potencial e não com o que fazem ou fizeram apenas. Eles precisam estar dispostos a abandonar trajetórias, partir para novos desafios, descontextualizar-se novamente a qualquer momento. Pegando aspectos mais macro das relações de trabalho, podemos dizer que saímos de uma ideia de conhecimentos do trabalhador, dele aplicar no trabalho conhecimentos e habilidades e ingressamos numa lógica de competências que envolve capacidade, ou seja, além dos conhecimentos e habilidades envolve comportamentos, ocupa-se do conjunto de experiências das pessoas, da sua cultura, enfim, das subjetividades. Então, os reflexos da cultura pós-moderna se dão nessa instabilidade, incerteza, na constante efemeridade e insegurança nas relações de trabalho, colocando o trabalho imaterial como decisivo e, podem, ao mesmo tempo, ameaçar a saúde dos trabalhadores, colocá-los em relações cada vez mais individualizadas, como, quicá, podem gerar relações que permitam certa emancipação, seu desenvolvimento como sujeito, para que eu não seja tão pessimista. O certo é que isso modifica mecanismos de controle, técnicas de governo.

Tema
de
Capa

**Destques
da Semana**

IHU em
Revista

Memória

Robert Castel (1933-2013)

POR GRAZIELA WOLFART

Faleceu no último dia 12 de março o sociólogo francês Robert Castel, aos 79 anos, em Vincennes, próximo a Paris, como informou a Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais – EHESS, onde era diretor desde 1990. Castel nasceu em 1933 em Brest (França) em uma família operária. A morte de sua mãe, devido ao câncer, quando tinha 10 anos e o suicídio de seu pai dois anos depois marcaram sua infância. Na Faculdade, Castel foi aluno de Raymond Aron e Pierre Bourdieu, junto ao qual abandonou a filosofia pelas Ciências Sociais. Durante sua trajetória acadêmica, dirigiu o Centro de Estudos dos Movimentos Sociais – CNRS (sigla em francês). Nos anos 1970 começou sua carreira com estudos sobre a psiquiatria e a doença mental, na linha de Michel Foucault e Franco Basaglia. Mas foi sua análise da formação do mundo de trabalho assalariado, as transformações trabalhistas e as políticas sociais o que lhe rendeu amplo reconhecimento. Estudou as consequências do trabalho assalariado sobre as relações sociais e o indivíduo contemporâneo devido ao surgimento de um mundo de precariedade, flexibilização e desemprego.

Robert Castel é autor de inúmeros livros, dentre os quais citamos: *L'insécurité sociale. Qu'est-ce qu'être protégé?* (Le Seuil/La République des idées, Paris, 2003), traduzido como *A insegurança social. O que é ser protegido?* (Petrópolis: Vozes, 2005) e *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat* (Paris: Fayard, 1995), traduzido como *As metamorfoses da questão social* (Petrópolis: Vozes, 1998).

IHU On-Line – De forma geral, qual o principal legado que o pensamento e a obra de Robert Castel deixam para a contemporaneidade?

Liliana Segnini – As epígrafes selecionadas por Robert Castel para o livro *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (Rio de Janeiro:

Vozes, 1998) são primorosas para a formulação da síntese de seu pensamento, do legado que deixa para as ciências sociais. Em primeiro lugar, sua constante preocupação em reiterar que a análise sociológica do presente implica na compreensão do passado. Assim, Castel, avesso às ortodoxias,

Robert Castel esteve na Unisinos proferindo a conferência “O futuro da autonomia e a construção de uma sociedade de indivíduos”, no dia 23-05-2007, durante o **Simpósio Internacional O futuro da autonomia. Uma sociedade de indivíduos?**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU naquele ano. Da palestra, resultou o artigo “O futuro da autonomia. Uma sociedade de indivíduos?”, publicado em no livro *O futuro da autonomia e a construção de uma sociedade de indivíduos: uma leitura sociológica* (São Leopoldo: Unisinos, 2009, 132 páginas).

A professora Liliana Segnini, da Unicamp, analisa o legado do pensamento e da obra de Robert Castel. Na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, ela considera que Castel reconstitui a história do trabalho na França. “Fim do trabalho? Indaga [Castel] para expressar um pensamento na moda nos anos 1990. Discorda veementemente. Ressalta que é a relação com o trabalho que mudou: em lugar de um pilar sólido de direitos regulamentado, hoje é vivido com a angústia das incertezas face à sua supressão e as formas instáveis de vivenciá-lo. Justifica: – Desemprego? Não significa estar longe do trabalho. O que deseja o desempregado? Emprego”.

Liliana Rolfsen Petrilli Segnini é doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professora e pesquisadora na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. É autora de, entre outros, *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios* (São Paulo: Editora 34, 2000).

Confira a entrevista.

recorreu a cientistas sociais vinculados a diferentes perspectivas teóricas que marcaram a opção metodológica presente em sua obra: o sociólogo Émile Durkheim¹ e o historiador Fernand

¹ “Por mais que recuemos no tempo, nunca perdemos de vista o presente”.

Braudel² reiteraram a relevância do resgate histórico, da reconstituição da gênese de um fenômeno social para compreender as metamorfoses da questão social no presente. A filósofa Hannah Arendt³ expressa o sentido e os objetivos da obra por Castel desenvolvida. A questão central do livro é o trabalho, mas esta não era sua intenção primeira. O objeto inicial eram os marginalizados, os fora da norma. No entanto, sempre voltava ao trabalho – ou pela ausência ou pela precariedade do trabalho. Percebia uma lacuna em sua formação para desenvolver o projeto e dizia em aulas, seminários e textos: “não sou sociólogo do trabalho nem historiador”.

IHU On-Line – O que marca o olhar de Castel sobre as relações que envolvem o mundo do trabalho?

Liliana Segnini – A singular contribuição de Castel também está sintetizada no subtítulo de sua obra – uma crônica do salário – ou do processo histórico do assalariamento. Reconhece que o trabalho assalariado quase sempre foi sinônimo de situação miserável, condenando os trabalhadores a viver de forma miserável. No interior de uma história com muitas lutas, contradições, avanços e recuos, constituiu-se um pilar de coesão social, possibilitando garantias e direitos sociais e no trabalho; torna-se consistente e não mais só sinônimo de miserabilidade. A partir da Revolução Industrial assiste-se à construção da sociedade salarial. Esta história se dá de diferentes formas, em diferentes contextos históricos e geográficos. Castel realiza um recorte histórico e geográfico – ele reconstitui a história do trabalho na França.

(Émile Durkheim). (Nota do autor).

² “Gostaria que os especialistas das Ciências Sociais vissem igualmente na história um meio de conhecimento e de pesquisa. Não é verdade que o presente só é pela metade a presa de um passado obstinado em sobreviver, e que o passado, através de suas regras, diferenças e semelhanças, é a chave indispensável de todo o conhecimento do presente?” (Fernand Braudel). (Nota do autor)

³ “O que temos diante de nós é a perspectiva de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, privados da única atividade que lhes resta. É impossível imaginar algo pior.” (Hannah Arendt). (Nota do autor)

Suas análises possibilitam o questionamento em relação a outros contextos, como o Brasil onde se observa, em poucas linhas, que a campanha abolicionista que culmina na Abolição dos Escravos em 13 de maio de 1888 informa histórias de lutas sangrentas, de uma monarquia já decrépita, a vitória da República (que se deu formalmente em 15-11-89) e de um novo modo de produção nascente, apoiado na indústria e no trabalho livre, assalariado. Nesse contexto o positivismo informa uma ideologia e a compreensão científica de mundo. O processo de industrialização, sobretudo a partir dos anos 1930, é acompanhado pela escolarização de massa, necessária formação de trabalhadores vendedores de força de trabalho.

Para o autor, a “sociedade salarial” efetivamente se desenvolve a partir do término da segunda grande guerra, na Europa. No entanto, uma longa história marca sua trajetória. Numa primeira etapa, “o salariado acampou durante muito tempo às margens da sociedade” (Castel, 1998, p. 495), posteriormente foi se instalando, mas não prevalece e permanece de forma subordinada. Na terceira etapa se difunde de tal forma que situa e classifica o indivíduo numa sociedade a partir da vivência de um pilar sólido de direitos vinculados ao trabalho. No Brasil, este período deve ser relativizado, sobretudo no que se refere aos direitos do trabalhador, mas é possível reiterar a análise do autor considerando a crescente participação do operário na População Economicamente Ativa – em 1950, 16,8%; em 1970, 24,96%; em 1980, 32,67%. (FIBGE, 1985). A supressão dos empregos e às ameaças aos direitos outrora conquistados levou Castel a formular a pergunta: “teremos chegado a uma quarta etapa de uma história antropológica da condição do assalariado, etapa em que sua odisseia se transforma em drama?” (op. cit., p. 496) Analisar o contexto socioeconômico no qual as políticas de integração, prevalentes até os anos 1970, são pouco a pouco substituídas pelas ditas políticas de inserção, as rupturas nesta trajetória, constitui o fulcro analítico da “Nova questão social”, aprofundada no seu livro *A insegurança social: O que é ser protegido* (Vozes, 2005).

Fim do trabalho? Indaga para expressar um pensamento na moda nos anos 1990. Discorda veementemente. Ressalta que é a relação com o trabalho que mudou: em vez de um pilar sólido de direitos regulamentado, hoje é vivido com a angústia das incertezas face à sua supressão e as formas instáveis de vivenciá-lo. Justifica: – Desemprego? Não significa estar longe do trabalho. O que deseja o desempregado? Emprego.

Nesse contexto, o Estado é apontado pelo autor como a única instituição capaz de domesticar o mercado, impedindo o aprofundamento das desigualdades sociais.

Leia mais...

>> Robert Castel concedeu uma entrevista à **IHU On-Line**. Confira:

- “*As pessoas não são autônomas por natureza, por essência*”. Publicada na edição número 220, de 21-05-2007, disponível em <http://bit.ly/Y95hHO>
- *O futuro da autonomia e a construção de uma sociedade de indivíduos: uma leitura sociológica* (São Leopoldo: Unisinos, 2009, 132 páginas).

>> Sobre Robert Castel, confira também o seguinte material publicado pelo sítio do IHU:

- *Um mundo sem proteção*. A morte de Robert Castel. Artigo publicado em 07-04-2013, disponível em <http://bit.ly/16HEyQP>
- *O risco do fim da sociedade salarial*. Entrevista com Robert Castel publicada em 12-12-2007, disponível em <http://bit.ly/17mrwuc>
- “*A França deve mudar*”. Entrevista com Robert Castel publicada em 02-09-2008, disponível em <http://bit.ly/13zqFnW>
- *O dobre de finados soou para o liberalismo*. Artigo de Robert Castel publicado em 06-03-2009, disponível em <http://bit.ly/11JzKJt>

Entrevista da Semana

O caso de amor entre a prostituição internacional e o capitalismo

Coordenador do Instituto de Estudos e Pesquisas Feministas da Universidade de Ottawa, no Canadá, Richard Poulin discute a exploração de mulheres em escala mundial

POR RICARDO MACHADO | TRADUÇÃO DE VANISE DRESCH



Para Richard Poulin, a prostituição gerou uma indústria sexual de dimensões mundiais, onde atualmente representa uma verdadeira potência econômica. “Ela [a indústria do sexo] constitui 5% do produto interno bruto da Holanda, 4,5% na Coreia do Sul, 3% no Japão e, em 1998, a prostituição representava de 2% a 14% do total das atividades econômicas da Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia”, sustenta o professor. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o pesquisador destaca que a prostituição está diretamente relacionada às estratégias de consumo, exploração e a lógicas análogas à escravidão. “Os indivíduos estrangeiros prostituídos situam-se no nível mais baixo da hierarquia prostitucional, são social e culturalmente isolados e exercem a prostituição nas piores condições possíveis, sendo ao mes-

mo tempo submetidas a diferentes formas de violência, tanto no cotidiano prostitucional quanto no transporte de um país para o outro”, argumenta.

Richard Poulin é sociólogo e professor titular da Universidade de Ottawa. Dedicou-se a temas relacionados ao feminismo, sobretudo às pesquisas de direitos humanos e exploração sexual de mulheres e crianças. É autor de 11 livros e dezenas de artigos sobre o tema. Suas obras mais recentes são *Les meurtres en série et de masse, dynamique sociale et politique* (Montréal, éditions Sisyphe, 2009), *Exploitation sexuelle, crime sans frontières* (Paris, Les éditions du GIPF, 2009) e Poulin, R. avec la coll. de Mélanie Claude, *Pornographie et hypersexualisation. Enfances dévastées* (Ottawa, L’Interligne, 2008).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Por que a globalização neoliberal é, na avaliação do senhor, o fator dominante no aumento de mulheres em situação de prostituição e do tráfico de mulheres?

Richard Poulin – A submissão às regras do mercado e às leis liberais contratuais de comércio leva a uma aceitação cada vez maior do ato comercial, que, em troca de uma soma

variável de dinheiro, dá acesso ao órgão sexual das pessoas. A prostituição passou a ser atualmente, em grande número de Estados da Europa ocidental e do Pacífico sul, um “trabalho” legítimo e, em alguns casos, um “direito” e uma “liberdade”. A globalização da prostituição criou um vasto mercado de trocas sexuais, em que milhões de mulheres e meninas são transformadas em mercadoria de caráter se-

xual. Esta indústria é atualmente uma grande potência econômica. Ela constitui 5% do produto interno bruto da Holanda, 4,5% na Coreia do Sul, 3% no Japão e, em 1998, a prostituição representava de 2% a 14% do total das atividades econômicas da Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia.

A prostituição é considerada por muitos países um meio de desenvolvimento econômico, o que várias orga-

nizações internacionais reforçam. Assim, o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial incentivam os governos dos países capitalistas periféricos a desenvolverem sua indústria do turismo e do entretenimento como alta fonte de divisas para o pagamento da dívida contraída junto a essas organizações.

IHU On-Line – Quais as características dos países onde as mulheres são traficadas e quais características dos países onde tais mulheres são exploradas sexualmente?

Richard Poulin – Primeiro, em todos os países as mulheres e as meninas das minorias étnicas e nacionais são super-representadas, portanto superexploradas na prostituição. É o caso, principalmente, das minorias étnicas no norte da Tailândia e no Mianmar. As populações originárias da minoria húngara na Romênia, da minoria russa nos países bálticos e das minorias ciganas por toda a parte no Leste Europeu estão “super-representadas” entre as pessoas prostituídas no seu próprio país, bem como na Europa ocidental. Os autóctones do Canadá e indivíduos de muitos países latino-americanos também estão super-representados entre as pessoas prostituídas em seus países respectivos. É igualmente o caso dos afro-americanos nos Estados Unidos. Em escala mundial, os agentes de prostituição do Norte exploram mulheres e crianças do Sul e do Leste, assim como mulheres e crianças pertencentes a minorias étnicas ou nacionais.

Globalização

Segundo, a globalização capitalista acentuou o desenvolvimento desigual entre os países, produzindo uma pressão significativa a favor das migrações internacionais, que se feminizaram. Paralelamente ao crescimento da prostituição local ligada às migrações do campo para as cidades, milhões de jovens mulheres e meninas são transportadas, cada ano, para os centros urbanos do Japão, da Europa ocidental, da América do Norte e de vários países do Terceiro Mundo,

como a Tailândia, para serem prostituídas. Nos lugares onde a indústria da prostituição é muito desenvolvida, inclusive nos países dependentes, criam-se circuitos mundiais de tráfico, num espantoso vaivém. Essas realidades definem as condições e a extensão da globalização capitalista atual para as mulheres e as crianças que são vítimas da indústria sexual. Os indivíduos estrangeiros prostituídos situam-se no nível mais baixo da hierarquia prostitucional, são social e culturalmente isolados e exercem a prostituição nas piores condições possíveis, sendo ao mesmo tempo submetidas a diferentes formas de violência, tanto no cotidiano prostitucional quanto no transporte de um país para o outro.

IHU On-Line – A que tipos de violência as mulheres em situação de prostituição estão sujeitas?

Richard Poulin – O dinheiro é a chave da relação prostitucional: ele liga e submete a pessoa prostituída ao prostituidor, tornando a relação impessoal, reificada e desequilibrada. O sistema prostitucional é uma manifestação particularmente significativa da dominação dos homens pelo sexo na sociedade mercantil. A mercadoria não é apenas uma “coisa”, embora aparente ser; ela é essencialmente uma relação social. A transformação de um ser humano em mercadoria prostitucional significa não somente sua coisificação, mas também sua inserção em relações de submissão sexista e de subordinação mercantil. Alguém se torna uma pessoa prostituída em consequência de um itinerário caótico, que fragiliza, vulnerabiliza e destrói. As brutalidades e outras violências, principalmente as violências sexuais, mas também as violências psicológicas, têm como consequência o fato de instituir a sujeição e de fazer com que a resignação se sobreponha a qualquer veleidade de contestação ou de revolta.

Em qualquer um dos casos, é grande a violência física e sexual, qualquer que seja o regime jurídico que enquadra a prostituição, sejam as

mulheres prostitutas clandestinas ou não, estejam elas na calçada ou não, em bordéis registrados ou não. É uma quimera crer que a legislação seja um fator de segurança para as pessoas prostituídas, pois ela não questiona um dos fundamentos da violência inerente à prostituição: o desequilíbrio de poder fundamental entre o prostituidor e a pessoa prostituída e entre o proxeneta e sua “propriedade”. O índice de mortalidade de mulheres e meninas aliciadas para a prostituição, no Canadá, é 40 vezes superior ao da média nacional.

IHU On-Line – Que paralelos podemos traçar na história entre o período escravagista e a atual exploração do tráfico humano?

Richard Poulin – Em três níveis. Primeiro, na Antiguidade era estreita a relação entre o desenvolvimento da escravidão, o da prostituição de mulheres e crianças (escravos destinados à prostituição) e o status muito inferior das mulheres “livres”. O homem grego pode vender como escravo a mulher livre adúltera. Demóstenes expõe, em termos breves e precisos, o que é a vida sexual ideal dos homens de Atenas: “Casamo-nos com a mulher para termos filhos legítimos e uma fiel guardiã da casa. Temos companheiras de cama para nos servir e dispensar os cuidados cotidianos; temos as *hetairas* para os prazeres do amor.” Segundo, certos bordéis legais dos estados de Nevada e Novo México são protegidos por grades, cães, agentes de segurança, como se, na verdade, não passassem de um universo carcerário em que as pessoas prostituídas se encontram em situação de detenção ou escravidão. Em Hamburgo, os acessos a certos bairros reservados à prostituição são fechados por chicanas. Em Istambul, a entrada dos “complexos de bordéis” é vigiada. Em Calcutá, as prostitutas se oferecem atrás das grades. Na Tailândia, as crianças são tiradas de gaiolas para serem entregues aos turistas sexuais. Terceiro, é impossível combater o tráfico sem combater a causa: a prostituição. A história da luta da abo-

lição da escravatura dos negros bem mostrou isso. Leis contra o tráfico não levaram à abolição da escravatura. Esta teve de ser abolida para que cessasse o tráfico dos negros. Por fim, se a escravidão, o colonialismo, o racismo e, sobretudo, o apartheid foram julgados e condenados como formas históricas de dominação e opressão inaceitáveis, por que não fazer o mesmo com a prostituição?

IHU On-Line – Como a injeção de recursos do Fundo Monetário Internacional – FMI e do Banco Mundial para desenvolvimento da economia, seja para a industrialização ou para obras de infraestrutura, em países emergentes resulta em aumento do turismo sexual local?

Richard Poulin – Desde a crise do endividamento dos países do Sul, no início dos anos 1980, a promoção do turismo como setor de exportação ou provedor de divisas estrangeiras é muitas vezes um elemento essencial das medidas de ajuste estrutural prescritas pelo FMI aos países pobres e muito endividados. O Banco Mundial e suas filiais concedem “auxílio” a projetos de turismo em 60 países. Por exemplo, como a indústria da prostituição era uma importante fonte de renda para o governo coreano, este adotou políticas de “desenvolvimento econômico” que favoreciam o crescimento da indústria sexual. A partir do outono de 1973, ele adotou uma política de expansão do turismo baseado na mercantilização do corpo das mulheres, o turismo *kisaeng*. O número de turistas japoneses – 85% de homens só – disparou. Em 1989, a prostituição representava 5% do produto nacional bruto do país. Durante a guerra do Vietnã, o Banco Mundial recomendou que a Tailândia adotasse como estratégia econômica o desenvolvimento das indústrias do turismo e do entretenimento. Desde então, a prostituição tornou-se uma indústria maciça.

IHU On-Line – Que relações se estabelecem entre neoliberalismo, Estado de Direito, prostituição e ima-

gínários sociais no que diz respeito à naturalização da exploração sexual?

Richard Poulin – Em épocas do liberalismo triunfante, seja nas décadas que antecedem a grande crise de 1929 ou desde a vitória do neoliberalismo dos anos 1980, o confinamento das mulheres nos bordéis, nos quartos-vitrines e em outros locais fechados ou sua rejeição em zonas de “tolerância” e em bairros reservados são muito apreciados. Governos regulamentam a prostituição, legalizando assim a clausura de mulheres ou seu afastamento social em *red light districts* em proveito dos proxenetas. Estes têm suas atividades e suas rendas legitimadas, enquanto os clientes prostituidores têm, oficialmente e com pleno direito, acesso ao corpo e ao órgão sexual das mulheres.

Oriunda da supremacia do homem sobre a mulher, a prostituição se agrava constantemente sob o efeito da globalização neoliberal. Intensifica-se a oferta de jovens mulheres, de crianças ou de pessoas “feminizadas” como instrumentos de prazer. Homens cada vez mais numerosos consideram o uso das pessoas prostituídas como um privilégio que lhes é atribuído de “direito”.

IHU On-Line – Como os Estados se beneficiam economicamente da prostituição ainda que ela não seja uma atividade legalizada?

Richard Poulin – Na era neoliberal, a maioria dos Estados limita a intervenção social à redução dos malefícios: eles investem na distribuição de seringas novas e de preservativos, mas não atacam nem as causas nem as consequências da prostituição. Tais políticas forçam as pessoas prostituídas a permanecerem na prostituição. Quanto menos o Estado intervém para combater os efeitos produtores de desigualdades e de pobreza do capitalismo, mais ele contribui para o confinamento de suas prezas em bordéis regulamentados, os quais lhe rendem lucros consideráveis sob a forma de taxas e impostos. A prostituição e as indústrias sexuais ligadas a ela – os bares, os clubes de dançarinas, as ca-

sas de massagem, as casas de produção de pornografia, etc. – apoiam-se numa importante economia subterrânea controlada pelo crime organizado. A criminalidade financeira e econômica bem como todas as outras formas de criminalidade não são fenômenos marginais que vêm se enxertar na globalização capitalista; esta criminalidade é consubstancial à globalização neoliberal e ao seu princípio de desregulamentação. Os organismos financeiros mais “honráveis” participam das operações de lavagem, o que, na verdade, é um modo de legalização dos lucros criminosos. Mesmo que os Estados não legalizem tais atividades, eles não deixam de ter lucros consideráveis com elas.

IHU On-Line – Ao longo da história, que papel a indústria da guerra ocupa no fomento da indústria do sexo?

Richard Poulin – As invasões e as ocupações militares foram um fator decisivo para a globalização das indústrias sexuais. As guerras modernas geraram um desenvolvimento considerável da prostituição e implicaram em sua organização “racional” em proveito dos exércitos. Centenas de milhares, senão milhões, de mulheres e meninas foram postas ao serviço sexual dos militares em casas fechadas financiadas e organizadas pelos Estados. Os exemplos são numerosos: desde os *comfort women*¹, para os militares japoneses, até os *camptowns*², e *rest and recreation sites*³, para os GI,

¹ Mulheres de conforto ou mulheres de alívio é um eufemismo utilizado para designar mulheres forçadas à prostituição e escravidão sexual nos bordéis militares japoneses durante a II Guerra Mundial. A estimativa é que entre 50.000 e 200.000 mulheres tenham sido conscritas, mas o número pode ser ainda maior.

² Campo de concentração de prostituição na Coreia do Sul durante a ocupação militar os Estados Unidos e Japão na Guerra das Coreias, entre 1950 e 1953. (Nota da IHU On-Line)

³ Termo utilizado por militares norte-americanos como sinônimo de sites de prostituição. Originalmente o termo se refere a locais onde soldados em missão ficam descansando das missões em que estão em operação. É um período extra em relação às férias e datas de visita às famílias.

passando pelos BMC (Bordéis militares de campanha), para as tropas francesas e coloniais, e pelos “estabelecimentos sanitários” alemães durante a Segunda Guerra Mundial. Evidentemente, o planejamento racional da prostituição para os exércitos exigia, entre outras coisas, a organização do tráfico de mulheres e de crianças para fins de prostituição.

IHU On-Line – De que maneira pode ser percebida a contaminação liberal em movimentos sociais (grupos feministas, por exemplo) e partidos de esquerda, considerando a experiência alemã onde os social-democratas e os verdes alemães legalizaram a prostituição?

Richard Poulin – Governos legalizam a exploração da prostituição, sobretudo de jovens mulheres, pretensamente em nome das próprias pessoas prostituídas, transformadas assim em “trabalhadoras do sexo” ou em “prestadoras de serviços sexuais”. Nunca são invocadas as verdadeiras razões dessa regulamentação: garantir que os homens tenham acesso às pessoas prostituídas para alimentarem o prazer viril, perpetuar o poder masculino e garantir rendas substanciais para os cofres do Estado e de outros proxenetas.

Organizações internacionais, regionais e nacionais bem como várias organizações não governamentais e partidos de “esquerda” social-liberais adotaram uma justificação descarada e cínica para a exploração da prostituição de mulheres. Segundo eles, existe, ao lado da prostituição “forçada”, que é insuportável e constitui uma violação dos direitos humanos, uma prostituição que é “voluntária”, uma prostituição aceitável, respeitosa da autonomia das pessoas e do direito de dispor do corpo. Para os “apoia-dores” da prostituição, o “direito” de alienar o seu sexo no mercado passou a fazer parte, nesta era do capitalismo neoliberal, do arsenal dos direitos do “Homem”. Não é mais uma questão de favorecer o “direito” de não ser prostituído, e sim de advogar pelo direito de sê-lo!

Poderes alinhados

Muitos poderes se aliaram para legitimar a indústria da prostituição: governos, o crime organizado, as indústrias do sexo, organizações internacionais, regionais, nacionais e não governamentais. Intelectuais, universitários, jornalistas, progressistas e conservadores promovem e apoiam a prostituição alheia, mas nunca a sua própria nem a de seus filhos, pois o que é bom para o outro não o é necessariamente para si mesmo.

Sem falar do crime organizado, que controla uma parte crescente da economia mundial, assim como os proxenetas e os traficantes, que fazem negócios de ouro. As indústrias do turismo, a mídia (dos rentáveis anúncios de prostituição à promoção e à difusão pornográfica), as companhias de aviação e de hotelaria e os Estados em número cada vez maior se tornam cúmplices. Os bancos e outras instituições financeiras, se não investem diretamente, apressam-se para reciclar o dinheiro acumulado pela exploração da prostituição de milhões de mulheres e crianças. Os Estados angariam taxas e impostos, concedendo licenças e outras autorizações monetariamente lucrativas, quando eles mesmos não organizam esse “setor” em crescimento em sua economia nacional.

Recrutamento

O recrutamento precoce – a idade média de ingresso na prostituição, nos países dominantes do capitalismo, é de mais ou menos 14 anos e é ainda menor nos países dominados – e o tráfico são necessários para substituir as pessoas prostituídas que o desgaste rápido e a morte frequente tiram do mercado.

IHU On-Line – Que pistas indicam um caminho para a redução da exploração sexual? Que dimensão tem o desafio posto?

Richard Poulin – De acordo com recente pesquisa realizada em Vancouver, uma parcela grande (95%) das pessoas prostituídas entrevistadas deseja deixar a prostituição.

(Uma pesquisa semelhante realizada em escala internacional confirmou que 92% das mulheres prostituídas desejam deixar a prostituição.) Esta pesquisa também evidenciou as necessidades imediatas dessas mulheres, em sua maioria autóctones (52%). Aproximadamente 82% delas disseram precisar de um tratamento de desintoxicação (droga ou álcool); 66% dizem precisar de uma moradia ou de um lugar seguro; 67% querem uma formação profissional; 41%, cuidados médicos; 49%, cursos de autodefesa; 58%, serviços de aconselhamento; 33%, assistência jurídica; 12%, serviços de creche para crianças; e 4%, um serviço de proteção física contra os proxenetas.

Lei contra prostituidores

Na Suécia, desde a adoção, em 1999, de uma lei que penaliza os prostituidores, diminuiu o número de mulheres prostituídas, e o recrutamento e o afluxo de pessoas do exterior quase pararam e o número de prostituidores recuou, passando de 12,5% para 8,5%. Os homens jovens não são mais recrutados como prostituidores. Na Suécia, a prostituição é compreendida como uma forma de violência masculina praticada contra as mulheres e as crianças, e por isso as pessoas prostituídas têm acesso a todos os serviços disponíveis às mulheres vítimas de violência. Uma lei que penaliza os prostituidores tem certamente um valor pedagógico: o crime é comprar ou alugar o sexo das pessoas, e não o fato de uma pessoa ser prostituída.

Combate

Travar um combate pela abolição do sistema prostitucional e de tudo aquilo que dele resulta (o tráfico, o turismo sexual, etc.) é trabalhar para pôr fim à submissão de um sexo pelo outro e à mercantilização sexual sob todas as suas formas. Se foi possível abolir a escravidão, que constituiu, durante quatrocentos anos, um dos fundamentos das economias ocidentais, é realista crer que se possa abolir o sistema prostitucional.



Em casa: na agência Cadastra, em Porto Alegre, o ambiente de trabalho é mesclado entre mesas, computadores e o aconchego da sala de estar.

Reportagem da Semana

O “encarpetado” chão de fábrica

POR RICARDO MACHADO

Esqueça tudo o que você aprendeu sobre o termo “chão de fábrica”. Esqueça os uniformes, a esteira de produção e o trabalho repetitivo. Jogue fora a ideia de que o chefe, gestor, encarregado, supervisor, coordenador ou líder estará no seu pé vendo o que você faz. Esqueça também a imagem do trabalhador chegando ao seu trabalho batendo o cartão pontualmente às 8h e fazendo o processo inverso às

17h. Descarte também a importância da carteira de trabalho com os anos e anos de experiência, outros anos e anos do trabalhador dedicando seu esforço laboral a uma só empresa e o “isolamento” do trabalho após o cumprimento da carga horária. Ainda que a realidade apareça muitas vezes como o cenário descrito acima, o trabalho na contemporaneidade, sobretudo em função das novas tec-

nologias, caminha para uma realidade mais leve esteticamente.

Pensar o chão de fábrica sem uma estrutura mental pejorativa é pensar um modelo de trabalho que levou a sala de estar, a sala de jogos e a cozinha para o seu emprego. Fazendo um paralelo com a economia nacional, deve-se ao esforço diário e incessante do chão de fábrica o avanço econômico do país nas últimas dé-

cadras, principalmente o relacionado ao Produto Interno Bruto – que levou o Brasil a ocupar a 6ª economia mundial à frente da Inglaterra, mas que depois recuou. Portanto, deixe para o passado o estereótipo das botas e uniformes, porque agora o chão de fábrica também é elegante, usa terno e gravata, usa tênis All Star e camisa xadrez, usa salto alto e vestido.

Diferenças

Abordar a questão das mudanças no trabalho é como caminhar no fio da navalha, pois não significa que a evolução tecnológica necessariamente tornou o trabalho melhor ou pior, mas que agora opera sobre outra lógica. Na agência de marketing digital Cadastra, em Porto Alegre, cerca de 60 pessoas trabalham diariamente em um local absolutamente aconchegante. A longa e ampla sala se estende sem divisórias, com mesas compridas, onde diversos empregados trabalham em núcleo – conforme a atividade que desenvolvem –, mas todos integrados em um mesmo ambiente. Mais ou menos no meio deste espaço, tem a cozinha – muito bem equipada e onde ocorre diariamente, por volta das 16h, o café da tarde, ocasião em que todos se reúnem para descontraírem e dar uma aliviada na rotina. Junto à cozinha existe e uma espécie de sala de estar com redes, sofás, vídeo-games e alguns brinquedos. Os aniversariantes têm balões de festa com um sorriso colados aos monitores de suas estações de trabalho. Assim, basta ver a bexiga amarela para saber que é dia e dar um abraço especial no colega.

De acordo com a analista de recursos humanos da Cadastra, a psicóloga Nicole Lunardi, a proposta do espaço é proporcionar um ambiente prazeroso de trabalho. “Aqui na Cadastra não controlamos o horário exato em que o empregado chega, temos flexibilidade, pois também queremos que ele faça uma atividade de que gosta, na qual possa estudar. Nós trabalhamos por performance, temos metas para atingir, mas o nosso modelo de trabalho é de autogerenciamento”, explica Nicole. Trocando em miúdos, o autogerenciamento significa uma flexibilidade para o empregado gerir a própria forma de trabalho, ou seja, não existe a figura de um

“Abordar a questão das mudanças no trabalho é como caminhar no fio da navalha, pois não significa que a evolução tecnológica necessariamente tornou o trabalho melhor ou pior, mas que agora opera sobre outra lógica”

chefe em cima da pessoa cobrando o exercício de duas atividades, o que implica no desenvolvimento da autonomia profissional da pessoa, à medida que cabe a ela o envolvimento e a tomada de algumas decisões. “Apesar de nossas metas e nossa flexibilidade ninguém fica aqui trabalhando de madrugada”, complementa Nicole.

Seleção

Para um modelo pouco tradicional de trabalho, há também um modo pouco tradicional de seleção. O único pré-requisito mais formal para trabalhar na Cadastra é que o candidato tenha curso de graduação, seja ele completo ou, digamos assim, quase completo. Portanto, uma carteira de trabalho cheia de assinaturas de antigos empregos e longas experiências não se tornou um instrumento tão importante assim. De resto, espera-se que o candidato seja criativo – daí a importância de um ambiente mais leve e de uma rotina menos pesada, de modo que as subjetividades pos-

sam ser estimuladas –, e que ele tenha vontade de aprender. Não é raro ver alguém lendo um livro durante o expediente, inclusive estimula-se a prática, estudando para as provas de certificação do Google, por exemplo, ou rindo de um vídeo do YouTube. “A gente gosta que nossos colegas leiam e que se distraiam durante o expediente. Queremos que eles se sintam em um clima agradável”, frisa Nicole.

Controle

Embora o trabalho dos empregados se pautem pelo autogerenciamento, há um rigoroso controle das atividades por meio de relatórios, o que permite manter em dia as demandas dos clientes. “O controle é subjetivo e feito pelos relatórios diários sobre o trabalho que as pessoas salvam na rede. Para o controle são levadas em consideração desde as planilhas até o comportamento no trabalho”, esclarece Nicole.

O mal-estar na pós-modernidade do trabalho, fazendo uma analogia a Bauman¹, está relacionado às metas. As equipes, como explicado anteriormente, são divididas em núcleos que atendem a determinados clientes e, por isso, a pressão das metas é bastante diluída nas demandas de cada um. Eventualmente, quando uma meta não é atingida, há um “mal-estar”, como considera Nicole, mas isso raras vezes acontece. “Nossos controles permitem calcularmos os riscos de uma meta não ser atingida. Aí trabalhamos para evitar que isso ocorra”, ressalta a analista de RH.

Quando o trabalho faz bem

Interessada pela área de comunicação digital, Erica Rigo, estudante de Relações Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, entrou na Cadastra há um ano e nove meses para trabalhar na área de links patrocinados. “Eu ainda não conhecia muito sobre como era o trabalho no setor para o qual fui admitida, porém

¹ Zygmunt Bauman: sociólogo polonês, professor emérito nas Universidades de Varsóvia, na Polônia e de Leeds, na Inglaterra. Publicamos uma resenha do seu livro *Amor líquido* (São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2004), na 113ª edição do **IHU On-Line**, de 30-08-2004. Publicamos uma entrevista exclusiva com Bauman na **IHU On-Line** n. 181 de 22-05-2006, disponível para download em <http://bit.ly/agTfsn>. (Nota da **IHU On-Line**)

isso não foi empecilho para não conseguir a vaga. Desde que entrei, participei de treinamentos e fui orientada por supervisores para desenvolver minhas habilidades na área”, explica. Para ela, a integração do trabalho do estagiário com os demais profissionais foi um diferencial em relação às outras empresas em que trabalhou.

Ela conta que, mesmo com as metas a cumprir, se sente bem no trabalho e que o ambiente proporcionou amizades e momentos com colegas fora do expediente. “A Cadastra entende que, por sermos uma empresa voltada à performance, temos sim muitas pressões por resultados e, para amenizar, ela propicia espaços em que podemos aliviar estas tensões e manter uma convivência agradável”, salienta.

Erica acredita que a quebra de barreiras no trabalho e a não hierarquização das relações, embora exista hierarquia de funções, favorece o desenvolvimento profissional. “A proximidade (inclusive física) no ambiente de trabalho também proporciona muitas trocas de experiências entre as próprias equipes, o que enriquece muito o trabalho de todos, pois podemos utilizar os pontos fortes de cada pessoa para a melhoria no trabalho dos demais”, avalia.

“A procura de trabalhos em que a realização pessoal e profissional sejam convergentes é cada vez mais comum”

Quando o trabalho faz mal

Carolina² trabalhou em uma empresa multinacional relacionada à área de criação de software em um modelo de autogerenciamento muito parecido com a da agência Cadastra, mas com metas mais agressivas. Para ela, a experiência foi de intenso aprendizado em vários aspectos, mas como seu ingresso não estava diretamente relacionado à sua área de formação, ela optou por deixar o emprego, pois também considerava que o trabalho exigia muito da carga horária

dela. “O mais negativo foi que eu não me adaptei à tarefa e aos horários, que começaram a atrapalhar minha vida social”, explica Carolina.

Para ela, a mudança no controle do trabalho focado nas metas, sobretudo em uma empresa multinacional com muitos empregados e clientes, implicava uma pressão muito rigorosa, onde a manutenção do emprego, às vezes, estava condicionada à conquista dos objetivos da empresa. Entretanto, ter trocado de emprego permitiu a Carolina voltar à área de formação e novamente a perseguir seu sonho profissional. “De certa forma ter trabalhado em um ambiente tão distante, profissionalmente falando, fez com que a ficha de se fazer aquilo de que realmente gosta caísse”, conta.

Por fim, Carolina reconhece que a experiência também foi importante profissionalmente e que um bom trabalho é “aquele no qual a gente se sente bem e sabe que tem sempre alguma nova e boa oportunidade para aprender e se desenvolver”. Em tempos de gostos ecléticos, a vaidade do emprego em grandes corporações, sejam elas nacionais ou internacionais, a procura de trabalhos em que a realização pessoal e profissional sejam convergentes, são exemplos cada vez mais comuns.

2 O nome verdadeiro da entrevistada foi preservado a pedido dela. (Nota da IHU On-Line)

Acesse o facebook do Instituto Humanitas Unisinos - IHU e acompanhe nossas atualizações [facebook.com/InstitutoHumanitasUnisinos](https://www.facebook.com/InstitutoHumanitasUnisinos)



Artigo da Semana

Povos indígenas não cabem no projeto da atual esquerda

POR CESAR SANSON

“Os povos indígenas são um estorvo ao modelo nacional desenvolvimentista da esquerda latino-americana e brasileira no poder. Esses povos não cabem no projeto da atual esquerda. Mais ainda, são vistos como obstáculo e amarra ao livre desenvolvimento das forças produtivas

portadoras do crescimento econômico”. O comentário é de Cesar Sanson, docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, em artigo para a **IHU On-Line**. Trata-se de síntese da Conjuntura da Semana publicada no sítio do IHU em 22-04-2013¹.

Eis o artigo.

Tributária de um marxismo reducionista que vem as forças produtivas – trabalho e capital – como meio para controlar e transformar os recursos naturais com vistas à produção de bens materiais, base do crescimento econômico, a atual esquerda latino-americana enxerga nos povos indígenas um obstáculo ao pleno desenvolvimento do modelo em curso.

Nesse modelo, as terras, as águas, as matas, o ar, a biodiversidade e os minérios estão subordinados à lógica produtivista, âncora do crescimento econômico e base da distribuição de renda. Na medida em que os povos indígenas ocupam os territórios onde se encontram os recursos vitais para o modelo, eles devem ser removidos. É nesse contexto que devem ser interpretadas as tensões que envolvem os povos indígenas em todo o território latino-americano e, particularmente, no Brasil.

O arsenal de emendas constitucionais, portarias e regulamentações associadas aos grandes projetos e ao braço armado do ruralismo e do Estado – vide o caso do povo Munduruku² – ameaçam não apenas os territórios, mas a própria integridade física dos povos indígenas. O Estado de exceção, na concepção agambeniana, chegou aos povos indígenas.

O caso brasileiro é emblemático nessa perspectiva. O modelo econômico em curso é altamente dependente da exploração e exportação de matérias-primas, em especial de commodities agrícolas e minerais. Nessa perspectiva e para viabilizar o modelo, o Estado brasileiro investe pesado em obras de infraestrutura na área de transporte e geração de energia – rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas, linhas de transmissão, dentre outras.

O modelo necessita do total controle do território e na medida em que

está ocupado por indígenas ou outros povos tradicionais - quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos –, eles se tornam um empecilho e precisam ser removidos. Como destaca análise de conjuntura do Conselho Indigenista Missionário - Cimi³, “é muito evidente que os setores político-econômicos anti-indígenas e antidemocráticos, representantes do agronegócio, das mineradoras, das grandes empreiteiras e o próprio governo brasileiro estão articulados e empenhados para ampliar o acesso, o controle e a exploração dos territórios indígenas, quilombolas, dos pescadores artesanais, dos camponeses, de preservação ambiental, dentre outros”.

Para conseguir seus objetivos, diz o Cimi, os setores anti-indígenas adotaram uma estratégia que tem três objetivos centrais:

- Inviabilizar e impedir o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas.

1 1 - <http://bit.ly/13qc3XV>

2 - <http://bit.ly/Zgx7AC>

3 - <http://bit.ly/ZDnQ0q>

- Rever procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados.
- Invadir, explorar e mercantilizar as terras demarcadas, que estão na posse e sendo preservadas pelos povos indígenas, pelos quilombolas e por outros grupos tradicionais.

É nesse contexto que se assiste ao uso de diferentes instrumentos político-administrativos, judiciais e legislativos para derrogar os frágeis direitos indígenas. A artilharia é pesada e visa atingir os objetivos citados acima. Entre as principais iniciativas dos ruralistas para o desmonte dos direitos indígenas e com o explícito objetivo de “abrir a porteira” dos seus territórios, destacam-se:

- PEC 215: O projeto de emenda constitucional propõe transferir do poder Executivo para o Congresso Nacional a demarcação e homologação de terras indígenas e quilombolas, além de rever os territórios com processo fundiário e antropológico encerrado e publicado.
- PEC 38: Dá ao Senado Federal competência para aprovar processos de demarcação de terras indígenas e determina que a demarcação de terras indígenas ou unidades de conservação ambiental respeite o limite máximo de 30% da superfície de cada estado.
- PEC 237: Permite a posse indireta de terras indígenas por produtores rurais. A PEC acrescenta um parágrafo à Constituição para determinar que a pesquisa, o cultivo e a produção agropecuária nas terras tradicionalmente ocupadas pelos índios poderão ocorrer por concessão da União, tendo em vista o interesse nacional.
- Projeto de Lei 1610: Prevê a mineração em terras indígenas, ou seja, a exploração mineral poderá ocorrer em todo e qualquer espaço no interior da terra indígena.

”O Estado de exceção, na concepção agambeniana, chegou aos povos indígenas”

Os povos indígenas, porém, não enfrentam apenas o agronegócio. Enfrentam também o governo que tem direcionado seu arsenal de instrumentos jurídicos para derrotar os indígenas quando se trata de defender o seu modelo. Dentre as principais iniciativas do governo, destacam-se:

- Portaria 303: De iniciativa da Advocacia-Geral da União (AGU), a portaria confirma o entendimento do STF de que os direitos dos índios sobre as terras não se sobrepõem aos interesses da política de defesa nacional, ficando garantida a entrada e instalação de bases, unidades e postos militares no interior das reservas. A expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas e de “riquezas de cunho estratégico para o país” também não dependerão de consentimento das comunidades que vivem nas TIs afetadas, de acordo com as regras.
- Decreto nº 7.957/13: Cria a Companhia de Operações Ambientais da Força Nacional de Segurança Pública, tendo como uma de suas atribuições “prestar auxílio à realização de levantamentos e laudos técnicos sobre impactos ambientais negativos”. Na prática significa a criação de instrumento estatal para repressão militarizada de toda e qualquer ação de comunidades

tradicionais, povos indígenas e outros segmentos populacionais que se posicionem contra empreendimentos que impactem seus territórios. Foi o que se viu na Operação Tapajós.

- Portaria Interministerial 419/11: Regulamenta a atuação de órgãos e entidades da administração pública com o objetivo de agilizar os licenciamentos ambientais de empreendimentos de infraestrutura que atingem terras indígenas.

Logo, a postura do governo em relação aos povos indígenas é clara: ou os povos indígenas submetem-se ao modelo ou sentirão a mão pesada do Estado. Portanto, a atitude do governo brasileiro não é de descaso, omissão e negligência para com os povos indígenas – o governo tem um lado nesse debate e o seu lado é a defesa do seu projeto.

Toda a insatisfação dos povos indígenas ficou latente quando recentemente não conseguiram audiência com a presidente. Afirmaram os povos indígenas em carta pública: “Perdemos as contas de quantas vezes em que Dilma esteve com latifundiários, empreiteiras, mineradores, a turma das hidrelétricas. Fez portarias e decretos para beneficiá-los e quase não demarcou e homologou terras tradicionais nossas. Deixou sua base no Congresso Nacional entregar comissões importantes para os ruralistas e seus aliados”.

Os povos indígenas, entretanto, resistem como historicamente resistiram. Na sua luta contra os ruralistas e contra a insensibilidade do governo, contam com poucas forças, entre elas, a principal é o Cimi. Os partidos de esquerda não apoiam a luta indígena, apenas alguns parlamentares isolados. Há partidos de esquerda que são claramente anti-indígenas, tal como o PCdoB. O movimento sindical sequer conhece essa luta e raramente se posiciona quanto aos seus conflitos.

Entrevistas em destaque

A revista **IHU On-Line** traz nesta e nas próximas edições resumos das entrevistas especiais mais acessadas durante o recesso, entre janeiro e março de 2013. Os conteúdos estão disponíveis no sítio **IHU On-Line** (www.ihu.unisinos.br).

A multiplicação da internet nas favelas e a visibilidade social dos jovens

Entrevista com Jorge Luiz Barbosa
onfira nas Notícias do Dia de 22-02-2013
Acesse no link <http://bit.ly/XtvpqW>

Uma pesquisa realizada em cinco favelas do Rio Janeiro – Rocinha, Cidade de Deus, Manguinhos e os complexos do Alemão e da Penha – apontou que 90% dos jovens dessas comunidades acessam a internet de seus computadores pessoais. Para o levantamento, foram entrevistados dois mil jovens, e o estudo foi realizado em parceria pela Secretaria Estadual de Cultura juntamente com a ONG Observatório de Favelas. “Na rua o jovem de favela é apenas ‘um jovem da favela’, não é um cidadão. Não possui sua cidadania reconhecida, seu corpo abrigado e sua vida respeitada. Agora em seu Facebook ele se mostra, fala de si, identifica suas preferências, afirma seus gostos, enuncia seus conflitos, tudo isso porque não se sente só. Entra em contato com jovens parecidos com ele e diferentes dele”, destaca o professor e pesquisador Jorge Luiz Barbosa, em entrevista concedida à **IHU On-Line** por e-mail.

“O feminismo transformou o mundo”

Entrevista especial com Rose Marie Muraro
Confira nas notícias do dia de 07-03-2013
Acesse o link <http://bit.ly/YQub8n>

Aos 82 anos, depois de décadas dedicando-se ao estudo do feminismo, a escritora e física Rose Marie Muraro avalia que o movimento “mudou a consciência” do mundo, porque transformou as mulheres. “A mulher muda a consciência dos filhos e mudando a consciência dos filhos, ela muda a consciência das gerações. O homem não tem a mesma relação com a criança, ele se dedica mais às coisas práticas, enquanto a mulher se dedica mais às pessoas. Então, se você muda uma mulher, você muda o correr das gerações. Eu tenho a honra de ter ajudado, com a minha obra, a mudar a cabeça das gerações”, declara. Na entrevista concedida à **IHU On-Line** por telefone, em ocasião do Dia Internacional da Mulher, Rose Marie assinala que, após terem conquistado espaço em diversas áreas, as mulheres devem se inserir no debate econômico e repensar a economia.

LEIA OS CADERNOS IHU

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 22-04-2013 a 29-04-2012, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Redução da maioria penal: uma proposta falaciosa

Entrevista especial com André Luís Callegari
Confira nas notícias do dia de 22-04-2013
Acesse o link <http://bit.ly/13qcv8w>

Reduzir a maioria penal para acabar com a violência “é uma falácia”, considera André Luís Callegari à **IHU On-Line**. Segundo ele, a proposta não é fundamentada empiricamente e a aprovação da maioria penal “seria uma mera transferência física do lugar de cumprimento da pena. Transferiríamos fisicamente os menores da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FASE para o Presídio Central”, adverte Callegari.

“Uma revolução”. A lei n. 10.639/3 e o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas

Entrevista especial com Lúcia Regina Pereira
Confira nas notícias do dia de 23-04-2013
Acesse o link <http://bit.ly/17Mws07>

Uma reivindicação do Movimento Social Negro, que inclui no currículo oficial das escolas a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira, completa dez anos. Apesar de alguns professores ainda serem resistentes à legislação, Lúcia Regina Pereira ressalta que “diferente de dez anos atrás, mais pessoas, escolas, e educadores têm ciência, se não consciência, dessa outra parcela da população que precisa se ver na história e se ver de forma positiva”, avalia.

“Pacem in Terris”. Os 50 anos de uma encíclica e a dimensão social do Evangelho

Entrevista especial com Frei Carlos Josaphat
Confira nas notícias do dia de 24-04-2013
Acesse o link <http://bit.ly/10cLQYC>

Em entrevista à **IHU On-Line**, o que Frei Carlos Josaphat descreve a encíclica *Pacem in Terris*, de João XXIII, publicada há 50 anos, como “a mensagem mais oportuna, mais sábia, mais operacional para o mundo moderno”. Para Josaphat, ao lado de *Mater et Magistra*, a *Pacem in Terris* constitui “a melhor formulação ética da dimensão social do Evangelho, a qual se torna operacional pelo empenho de não ficar em uma elaboração teórica, abstrata. Mas, inaugurando uma análise dos sistemas industriais, econômicos, agrícolas, elas lançam uma grande luz sobre as raízes e causas das exclusões e desigualdades sociais”.

Semiárido: dez anos de investimentos contraditórios

Entrevista especial com Roberto Malvezzi
Confira nas notícias do dia de 25-04-2013
Acesse o link <http://bit.ly/10eNjNm>

Após completar dez anos, o Programa 1 Milhão de Cisternas mudou a perspectiva de vida e convivência com o semiárido, diz Roberto Malvezzi à **IHU On-Line**. “Com ele deixamos de focar nas grandes obras e dirigimos o olhar para cada casa, cada caso, como uma rendeira tece sua peça ponto a ponto”.

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Eventos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU
programados para a semana de 29-04-2013 a 06-05-2013

Data: 29-04-2013

Evento: Sociedade, Religiões, Secularização. Ciclo de Debates com Charles Taylor

Atividade: O debate liberais–comunitários: colóquio com Charles Taylor – Diálogo com filósofos, sociólogos, cientistas da religião e teólogos

Palestra: Características e interfaces da secularização

Horário: 14h30 às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Data: 29-04-2013

Conferência: Pertença religiosa numa era secular. Desafios e possibilidades

Palestrante: Prof. Dr. Charles Taylor (McGill University Montreal – Canada)

Horário: 19h30 às 22h

Local: Auditório Central, na Unisinos

Mais informações: <http://bit.ly/XWct3k>

Data: 29-04-2013

Evento: Ciclo de Estudos em EAD: Sociedade Sustentável

Professor: MS Gilberto A. Faggion

Módulo 3: Por um novo paradigma civilizacional

Período: 15 de abril a 25 de maio

Local: Plataforma Moodle Unisinos

Mais informações: <http://bit.ly/XuBgMB>

Data: 29-04-2013

Evento: Mostra do ObservaSinós: De olho no Vale

Período: A exposição será itinerante nos 14 municípios da região do Vale do Rio dos Sinós.

Mais informações: <http://bit.ly/Zu5W0P>

Data: 02-05-2013

Evento: IHU Ideias

Palestra: As inovações tecnológicas e/ou sócio organizacionais e seus impactos nas relações de trabalho

Palestrante: Profa. Dra. Valmíria Carolina Piccinini (UFRGS)

Horário: 17h30 às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://bit.ly/14kjqEx>

Data: 02-05-2013

I Seminário – XIV Simpósio Internacional IHU: Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades

Palestra: A ciência em ação de Bruno Latour

Palestrante: Profa. Dra. Letícia de Luna Freire (UFRJ)

Horário: 19h30 às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://bit.ly/XW4RxK>

Data: 06-05-2013

Evento: Ciclo de filmes: Crise do Capitalismo no Cinema – IHU Cinema

Exibição de filme: Catastroika (Aris Hatzistefanou e Katerina Kitidi. Grécia, 2012, 88 min)

Horário: das 17h às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Mais informações: <http://bit.ly/XSTJo9>

Entrevista de Eventos

A ciência em ação de Bruno Latour

A antropóloga e pesquisadora Leticia de Luna Freire fará palestra na Unisinos no dia 02-05-2013, integrando o I Seminário do XIV Simpósio Internacional IHU

POR RICARDO MACHADO

“**L**atour não está interessado na Ciência com ‘C’ maiúsculo, que seria a ciência pronta e acabada, mas na ciência com ‘c’ minúsculo, ou seja, na ciência em construção”, explica Leticia de Luna Freire em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. A palestra da professora Leticia, que ocorre na quinta-feira, às 19h30, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU, integra o ciclo de debates que antecede ao **XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades**.

Leticia de Luna Freire é antropóloga, pesquisadora do Laboratório de Etnografia Metropolitana – LeMetro/IFCS-UFRJ, do Instituto Nacional de Estudos em Administração Institucional de Conflitos – InEAC-UFF e do Grupo de Pesquisa Entre-Redes – UERJ. Além disso, é pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense – PPGA-UFF.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que é ciência em Bruno Latour¹?

Leticia de Luna Freire – Como coloca claramente, sobretudo no livro *A ciência em ação* (São Paulo: UNESP, 2000. 438 páginas) Latour não está interessado na Ciência com “C” maiúsculo, que seria a ciência pronta e acabada, mas na ciência com “c” minúsculo, ou seja, na ciência em construção. Sua proposta é investigar como se dá, na prática, o processo de construção dos fatos científicos, em seus mínimos detalhes, em cada gesto dos cientistas, dentro e fora dos seus laboratórios, com o mesmo estranhamento e observação dedicada com que os antropólogos estudavam os chamados povos “selvagens”. Com sua “antropologia das ciências”,

Latour busca estudar a produção de verdade nas sociedades contemporâneas, e a ciência, ao lado de outras esferas como o direito, por exemplo, é, nesse sentido, crucial. Afinal, quem hoje questiona o formato de dupla hélice do DNA, a eficácia da penicilina, a existência da camada de ozônio ou mesmo a existência do inconsciente?

IHU On-Line – Os trabalhos de Bruno Latour buscam compreender as ciências como consequência da sociedade e vice-versa. Como explicar o trabalho do autor e da pesquisa nesse sentido?

Leticia de Luna Freire – Diante do que foi dito cima, Latour vai se interessar justamente pelas controvérsias e disputas que ocorreram antes desses enunciados científicos se legitimarem como “fatos”, tornando-se, para nós, inquestionáveis, pelo menos até que um novo argumento surja colocando-os novamente em xeque. Utilizando uma metáfora do próprio Latour, esta é uma abordagem que se volta para os objetos enquanto eles ainda estão “quentes”, cabendo ao pesquisador seguir os atores em ação, sejam eles cien-

tistas, políticos, moléculas, vegetais ou qualquer outra coisa que produza efeito, diferença. Parte-se do princípio de que há uma permeabilidade entre o lado de “dentro” e o lado de “fora” do laboratório, ou seja, que há uma relação direta entre o que um cientista faz em seus experimentos e o que ele faz politicamente, atuando junto às agências de fomento à pesquisa, às instituições acadêmicas, às instâncias reguladoras governamentais, etc., e todo esse coletivo faz parte da ciência, que passa a ser aqui entendida como uma rede de atores. O que o pesquisador buscava alcançar, ao final, não é uma interpretação, enquadrando tudo numa moldura teórica ou aludindo a um “contexto social”, como fazem os velhos estudos de sociologia das ciências, mas sim uma descrição – a mais digna possível – das associações produzidas empiricamente. Do ponto de vista metodológico, esta seria a única maneira de compreender a realidade dos estudos científicos, já que a ciência é fundada sobre uma prática, e não sobre ideias. A esse projeto, Latour, junto com outros pesquisadores, deu o nome de Teoria do Ator-Rede, cuja

¹ Bruno Latour (1947): filósofo francês, é um dos fundadores dos chamados Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT). É reconhecido, entre outros trabalhos, por sua contribuição teórica - ao lado de outros autores como Michel Callon e John Law - no desenvolvimento da ANT - Actor Network Theory (Teoria ator-rede) que, ao analisar a atividade científica, considera tanto os atores humanos como os não humanos, estes últimos devido à sua vinculação ao princípio de simetria generalizada. (Nota da IHU On-Line)

sigla em inglês (ANT – Actor-Network Theory) alude à palavra “formiga”, evocando o trabalho longo, detalhista e de farejador de trilhas de quem se engaja nessa tarefa.

IHU On-Line – Quem é o cientista nas obras de Latour?

Leticia de Luna Freire – Na leitura que faço dos seus trabalhos, o cientista seria nada mais que um ator entre outros, produto de uma associação híbrida de elementos. Na análise que Latour faz das controvérsias em torno das “descobertas” de Louis Pasteur² no século XIX, ele mostra como o sucesso do cientista não foi fruto de suas ações solitariamente, mas da combinação de seu talento com forças que incluíam desde o movimento higienista aos interesses coloniais, passando pela disputa com outros cientistas que também estudavam a relação entre doenças e micróbios. Nessa concepção de que os homens nunca efetuam sozinho suas ações, Latour nos faz ainda questionar se foi mesmo Pasteur que produziu o ácido láctico ou se foi o ácido láctico que produziu Pasteur como esse grande cientista que hoje reconhecemos! Assim como o objeto de sua “descoberta”, o cientista também seria efeito de uma associação de elementos heterogêneos, humanos e não humanos, produzida sob determinadas condições.

IHU On-Line – Quando Latour menciona que os estudos sobre as ciências deveriam partir desde antes das caixas-pretas terem sido fechadas, o que ele está colocando em debate?

Leticia de Luna Freire – Ele está colocando justamente o que seria o objetivo de sua proposta de estudo da ciência, ou seja, da prática científica *em vias* de se fazer. Latour fala de objetos “quentes” e “frios” para se referir, respectivamente, àqueles que ainda são alvo de controvérsias, e àqueles cujo debate já se estabilizou (ou esfriou), com uma versão tida como vencedo-

2 Louis Pasteur (1822-1895): cientista francês. Suas descobertas tiveram enorme importância na história da química e da medicina. É lembrado por suas notáveis descobertas das causas e prevenções de doenças. Suas descobertas reduziram a mortalidade de febre puerperal, e ele criou a primeira vacina para a raiva. Seus experimentos deram fundamento para a teoria microbiológica da doença. (Nota da IHU On-Line)

ra sobre as demais. Como exemplo do primeiro tipo, podemos citar, a respeito de várias sociedades, a questão do aborto ou do casamento homossexual, alvo de intensos debates em diversas instâncias (medicina, direito, religião, etc.). Como exemplo do segundo tipo, podemos citar os efeitos nocivos da ingestão de álcool sobre a direção de um veículo, reconhecidos pela medicina e regulados pelo direito através, dentre outros, do que aqui chamamos de Lei Seca, ou, ainda, no âmbito mais geral da sociologia como ciência, a vitória da perspectiva de Émile Durkheim sobre a de Gabriel Tarde³. Em sua abordagem, Latour está mais interessado nos objetos do primeiro tipo, dando um tratamento simétrico tanto para os que se tornarão vencedores quanto para os que se tornarão vencidos na história da ciência; tanto para o enunciado que vingar-se-á como “verdade” quanto para aquele que passará a figurar, de modo negativo, como “crendice”. Ele toma de empréstimo o termo “caixa-preta” da cibernética justamente para designar aquilo que, a despeito de toda a complexidade e controvérsia que o constituiu, se estabilizou como verdadeiro e indubitável. É isso que acontece quando nos referimos ao buraco na camada de ozônio decorrente da poluição de determinados gases ou quando nos referimos às influências do social sobre o comportamento de uma criança, parecendo existir um entendimento consensual sobre o que se diz, ainda que ninguém possa ver e apontar propriamente o “buraco” ou o “social”. Latour, por sua vez, quer estudar o processo anterior à constituição das caixas-pretas, isto é, quando as controvérsias ainda estão em aberto. Como ele diz, sua entrada no mundo da ciência não é pela entrada mais grandiosa da Ciência, mas pela porta dos fundos.

IHU On-Line – Tendo em vista a perspectiva de Latour, de que maneira se articulam as questões científicas e políticas no discurso dos pesquisadores?

Leticia de Luna Freire – Para Latour, ciência e política, assim como natureza e cultura, não estão situadas em polos opostos, mas estão em constante interação, sendo impossível pensá-las de maneira dissociada. Se tomarmos

3 Jean-Gabriel de Tarde (1843-1904): filósofo, sociólogo, psicólogo e criminologista francês.

como exemplo a recente Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro no ano passado, veremos que o que está em jogo nas discussões, unindo especialistas e chefes de estado (cientistas e políticos), não são as florestas, a atmosfera, os oceanos enquanto “puro” objeto das ciências naturais, mas os elementos da natureza também como objetos políticos. Fenômenos como a contaminação das águas e o efeito estufa redefinem ali as relações entre ciência e política. Essa conferência da ONU seria um bom exemplo de análise daquilo que Latour denomina “política da natureza”.

IHU On-Line – Como Latour lida com a questão da autonomia do autor quando ele é utilizado como referência?

Leticia de Luna Freire – Não me recordo de ter visto Latour preocupado diretamente com esta questão. Mas, dependendo do entendimento que se faz da noção de autonomia, e a tomo aqui como sinônimo de independência, diria, a partir de sua perspectiva, que o autor não é, de modo algum, independente. Na verdade, ele só se torna uma “referência” sobre determinado assunto ou objeto, tornando-se mais forte que outros no campo científico, quanto mais conectado estiver a outros atores, quanto mais for capaz de produzir associações. Por exemplo, um cientista que produziu determinado medicamento e visa colocá-lo no mercado só terá o necessário reconhecimento quanto mais sua experiência for citada em artigos científicos e quanto mais alianças fizer, seja com instituições acadêmicas, associações profissionais, indústria farmacêutica e grande mídia, reproduzindo e reforçando a sua autoria do feito. O mesmo ocorre com um texto científico, que ganhará mais força quanto mais for citado, debatido ou criticado. Curiosamente, como chamam a atenção os professores Lara Souza e Dário Júnior na introdução do último livro de Latour publicado no Brasil, ele está entre os dez autores mais citados na área de ciências humanas, segundo a lista divulgada pela Thompson Reuters⁴, em 2009, o que mostra que, apesar de polêmico, Latour é um ótimo cientista.

4 Publicação sobre ciência, tecnologia e negócios - www.thomsonreuters.com. (Nota da IHU On-Line)

Notícias de Eventos

Charles Taylor e o debate liberais-comunitários: a necessidade de uma fusão cultural permanente

Uma cálida manhã de outono e uma plateia que lotou a sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, marcou a primeira conferência do filósofo canadense Charles Taylor no Brasil em 24-04-2013¹. Concentrando suas ideias em torno do debate liberais-comunitários, o pensador iniciou sua fala trazendo a variedade de sentidos que tais conceitos costumam assumir em nossos dias. Isso porque as pessoas partem de bases muito diferentes para abordar tal temática. A reportagem é de Márcia Junges.

Na opinião de Taylor, é preciso compreender a influência do mundo anglo-saxão no debate liberais-comunitários. Assim, um dos autores fundamentais nesse assunto é John Rawls (1905-2002)², que inaugurou uma onda de estudos sobre o neoliberalismo. A série de teorias iniciada com Rawls é normativa, e em seu caso é a teoria da justiça que ocupa lugar central, com o volumoso A teoria de justiça.

Tocqueville³ (1805-1859), grande pensador francês do século XIX, foi elencado como um autor importante para que se compreenda a democracia liberal, observa Taylor. “Tanto Rawls quanto Tocqueville estão preocupados em analisar a sociedade moderna em relação às anteriores”. E frisou: “Uma sociedade pode ser libe-

ral sem ser democrática. Os regimes que buscavam igualar as massas eram terrivelmente autoritários”.

Joseph Schumpeter⁴ (1883-1950), pensador austríaco que migrou para os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, previa em sua teoria que a democracia continha espaço para manter as pessoas em uma inatividade programada, uma espécie de apatia. Esse autor escreve sobre o medo de que o poder tem de que as pessoas queiram participar demais da política, trazendo ideias intolerantes e inconvenientes. Tais autores fazem uma espécie de pre-empção sobre a “periculosidade” da democracia, como se fosse melhor a política nos tempos da Inglaterra do século XVIII. Algo como “vamos então deixar as elites governarem”. A partir disso percebemos que liberalismo e democracia não andam de mãos dadas necessariamente.

Charles Taylor recuperou a ideia de tirania da maioria, tributária a Tocqueville, que alertava para o fato de que esta poderia tomar conta da sociedade. Tal posicionamento é recorrente na história norte-americana, como no período de McCarty (1908-1957) e no pós-11 de setembro. Tocqueville, um democrata destacado, queria compatibilizar democracia e liberalismo. Toda a tradição que chamamos de republicano é uma teoria que se preocupa com a república, a democracia autogo-

vernante a encontrar condições para sua saúde contínua.

Em sua obra, Montesquieu (1689-1755)⁵ falava sobre a república, a monarquia e o despotismo. A razão que mantém a monarquia viva é a honra, e na república trata-se da virtude. Essas ideias influenciaram desde Rousseau (1712-1778) até Hannah Arendt (1906-1975), e se preocupam com a saúde de uma democracia liberal, e não simplesmente com valores em si. Esse é o estranho contexto no qual surge o debate liberais-comunitários, comenta Taylor.

Sociedades de imigração

Os liberais de inclinação normativa se depararam com várias objeções à sua teoria. Um sentido da palavra comunitarismo é a reação das pessoas a partir dessa tradição humanística cívica contra o liberalismo simplesmente normativo. Nos EUA fala-se em movimento comunitário sem grande poder político, mas com influência intelectual destacada. Contudo, pondera Taylor, temos que observar de perto que em nome da liberdade as pessoas não acabem promovendo a ascensão de certos atos negativos. A saúde de uma sociedade republicana fica periclitante quando se elevam empresas em vez de pessoas. A reação republicana é de que deveríamos ver as questões de liberdade num contexto de responsabilidade.

Outro sentido de liberalismo, bem diferente e que usa o termo comunitarismo, é aquele que fala de comunida-

1 A matéria foi publicada também no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Confira no link <http://bit.ly/10eNyc5>. (Nota da IHU On-Line)

2 Edição 45 da Revista IHU On-Line foi dedicada a John Rawls. Confira no link: <http://bit.ly/bf90Gu> (Nota da IHU On-Line)

3 Alexis Carli Clarel de Tocqueville (1805-1859): pensador político e historiador francês, autor do clássico A democracia na América (São Paulo: Martins Fontes, 1998-2000). (Nota da IHU On-Line)

4 Joseph Alois Schumpeter (1883-1950): foi professor de economia em 1909 na Universidade de Czernovitz (atualmente Ucrânia), e, a partir de 1911, na Universidade de Graz. Em 1919 assumiu o posto de Ministro das Finanças da República Austríaca, permanecendo por poucos meses nesta função. É considerado um dos importantes economistas da primeira metade do século XX.

5 Charles-Louis de Secondat (Barão de Montesquieu - 1689-1755): político, filósofo e escritor francês. Ficou famoso por sua Teoria da Separação dos poderes, atualmente consagrada em muitas das modernas constituições nacionais. Sua obra mais famosa é O espírito das leis. (Nota da IHU On-Line)

de da república inteira, de toda a sociedade. Outros falam em comunidades culturalmente definidas. Em muitas comunidades norte-americanas e mesmo do Canadá, seus membros vêm do exterior. Durante muito tempo tais sociedades se definiram com sociedades de imigração, e estavam estruturadas para isso. O segundo tipo de sociedade de imigração são aquelas que se converteram em sociedades de imigração sem querer sê-lo, como é o caso da Europa Ocidental, caso da Alemanha após a construção do muro. Havia empregos que deveriam ser ocupados, e a taxa de natalidade estava caindo. A Alemanha Ocidental recebeu, então, um influxo de imigrantes para suprir essa lacuna. O que se fez nesse país foi definir tais trabalhadores como Gast Arbeiters.

Fusão cultural permanente

O feminismo nas sociedades do Hemisfério Norte surgiu para romper com um modo de pensar e agir. Uma das características fundamentais das democracias dessa parte do globo é a existência, ou pela primeira vez, a autoasserção das diversidades. Nesse caso temos o problema de grupos diferentes dentro das sociedades liberais mais amplas, clamando por aceitação, igualdade e liberdade. O comunitarismo poderia designar qualquer doutrina e dizer que devemos reconhecer as diferenças e dar às pessoas o que elas merecem. Esse significado é tão diferente do primeiro que chega a ser contraposto a ele.

E o que o reconhecimento realmente acarreta? “É aqui gostaria de falar em multiculturalismo, termo também confuso em sua delimitação de sentido e que significa várias coisas diferentes”, completou Taylor. Criado na Austrália e logo depois utilizado no Canadá, esse conceito foi endereçado às pessoas demonstrando as diversidades oriundas da globalização. Uma parte dos primeiros imigrantes desses locais veio das ilhas britânicas, da Itália, da Alemanha, da Espanha, da Europa Oriental e do mundo todo. O senso de diversidade cultural cresceu muito, e o multiculturalismo era

um conjunto de políticas para lidar com essa diversidade. Por um lado, o multiculturalismo foi entendido como um incentivo à criação de guetos, mas tal interpretação correspondia à forma como as sociedades europeias reagiam a isso. “As pessoas diferentes não deveriam invadir a paz da sociedade, perturbando-a”, disse Taylor.

No Canadá o multiculturalismo queria integrar pessoas de todas as nacionalidades. O fato de seus ancestrais virem de outros lugares não retira a igualdade dos cidadãos de diferentes nacionalidades. Isso foi acompanhado de propostas de inserção e reconhecimento de pessoas, reconhecimento como cidadãos, com base numa cidadania comum. “Entretanto, a palavra comunitarismo pode realmente tornar esse debate muito confuso. No caso da França, a palavra multiculturalismo foi assimilada a reconhecimento de primeira espécie. A diferença é reconhecida, mas as pessoas devem ficar em seu lugar. Isso porque representam uma ameaça à república, pensam os franceses”. Entretanto, é preciso integrar as pessoas numa cidadania comum, pontua o pensador. “A pessoa estrangeira tem direitos e deveres como todos”.

Ao longo desse debate, há dois quadros do comunitarismo; um deles, de um lado, está associado ao termo negativo, apontando que o grupo deve ser diferente sem se misturar. E, do outro lado, você reconhece e oferece a possibilidade de as pessoas viverem nesse lugar. Taylor ressaltou que a fusão das culturas é fundamental, e que estas elas em mudança permanente. “As pessoas são acostumadas com uma continuidade e uma linearidade culturais, e gostam de pensar que a sociedade continuará a ter estruturas imutáveis. Essa é uma das grandes reações emocionais. Tudo e todos que tiram essa linearidade são mal recebidos”. O interlúdio infeliz na história do Ocidente é a nossa surdez para as outras culturas, arrematou.

Democracia e reforma constante

Uma democracia moderna e diversificada tem a ver com sua própria reforma. Esse sistema político tem

que se perguntar o que se está fazendo e tentando promover. “Temos lutas tremendas no Quebec sobre as diferenças religiosas, sobretudo com os muçulmanos. Na Europa e América do Norte há movimentos perigosos de islamofobia em institutos acadêmicos de direita que refletem o suposto perigo dessa religião, que deve ser combatida”, lamentou Charles Taylor. “Nas democracias modernas devemos trabalhar constantemente sobre esse tipo de exclusão”.

Temos um profundo mal-estar em relação à mudança em nossas sociedades. Trata-se de uma questão central nas democracias de nosso tempo. Tocqueville não precisava se preocupar com esse fator. Ele figura como um pensador interessante porque percebeu as duas as exclusões massivas que ocorriam pelos idos de 1830 nos EUA, em relação aos índios e negros. Ele descreve a exclusão dessas pessoas e discutiu a democracia americana nos termos em que os americanos a concebiam. Tal teoria está baseada em ignorar esse tipo de exclusão. Nas sociedades atuais do Hemisfério Norte isso é impossível. “Há um saudosismo de voltar ao passado, quando ‘sabíamos quem éramos’”, ironiza Taylor.



“Não é possível ser solidário unilateralmente”.

Charles Taylor e o debate liberais-comunitários

No segundo dia do **Debate liberais-comunitários: Colóquio com Charles Taylor**, na quinta-feira, 25-04-2013⁶, o filósofo canadense iniciou sua explanação falando sobre os bens irredutivelmente sociais, tensionando a partir desse conceito como pode se constituir uma teoria crítica da política liberal. A reportagem é de Márcia Junges.

De acordo com Taylor, John Rawls afirma que a principal virtude de uma sociedade é que ela seja justa em termos de bens que podem ser distribuídos, como a prosperidade, bem-estar econômico e bem-estar nacional. Os bens não distributíveis são a amizade e o amor, o que Taylor chamou de bens de comunhão. Os bens irredutivelmente sociais incluem:

1) A confiança social – em democracias ricas e bem sucedidas não falamos sobre isso porque trata-se quase de um pressuposto, disse Taylor. “Mas estamos prestes a perder essa prerrogativa. Acharmos que podemos confiar uns aos outros, quando reina uma desconfiança mútua ubíqua. Contudo, esse bem pode e deve ser partilhado”.

2) Comunalidade – refere-se ao grau em que nos sentimos parceiros em um empreendimento na sociedade. Trata-se de algo análogo, porém mais fraco, à amizade descrita por Aristóteles no livro VII da *Ética*. Podem-se ter graus de comunalidade e confiança diferentes na sociedade.

3) Solidariedade – estamos dispostos a colaborar com o Outro? Nos EUA existe uma grande solidariedade em relação a certas coisas, como em desastres naturais. Já em casos de problemas pessoais como perda de emprego ou problemas de saúde, o nível de ajuda é extremamente baixo. “Mas não é possível ser solidário unilateralmente”, lembrou o filósofo canadense.

6 A matéria foi publicada também no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Confira no link <http://bit.ly/12rMcip>. (Nota da IHU On-Line)

A grande ousadia da modernidade

Algo a ser desfrutado coletivamente compreende os recursos de posses coletivas, cujo bem é passível de distribuição, como o petróleo, no caso do Canadá e Brasil. Por outro lado, existem recursos culturais que fazem parte da língua e cultura. O que aconteceria se perdêssemos a grande tradição musical do Ocidente? Isso ocorre quando culturas menores são absorvidas por maiores. É estranho como na disseminação da música ocidental pelo mundo esta marginaliza aquela originária dos outros países. Na Índia as pessoas gostam de Beethoven e Mozart, mas mantêm seus gostos e tradições musicais originários.

A cultura e a língua continuam existindo porque são intercambiadas constantemente na sociedade. Mas também é assim que as línguas desaparecem, pontuou Charles Taylor, referindo-se ao caso de idiomas de povos originários do Canadá. E o que isso pode significar para a teoria política? Existe uma tendência na teoria política analítica anglo-saxã em termos de conceber a política em termos individuais e bens individuais.

Na obra *La société des égaux*⁷ (Paris: Editions du Seuil, 2013. 432 pages), de Pierre Rosanvalon⁸ é exposto o desenvolvimento da democracia a partir da revolução americana e francesa, e os altos e baixos da ética subjacente a elas. Esse nível de igualdade é vivido pelas pessoas envolvidas no projeto democrático. Somos parceiros iguais no empreendimento coletivo da sociedade.

A ideia da democracia moderna, na qual todas as pessoas são membros do empreendimento em pé de

7 Confira a entrevista sobre a obra no sítio do IHU On-Line no link <http://bit.ly/18ewEz4>.

8 Pierre Rosanvalon (1948): historiador e intelectual francês cuja obra se dedica a história da democracia com base no modelo político francês, o papel do Estado e a questão da justiça social nas sociedades contemporâneas. (Nota da IHU On-Line)

igualdade é a grande ousadia da modernidade, garantiu Taylor. A grande aposta da democracia moderna é que todos deveriam ser incluídos em termos de igualdade. “Existe uma impressão compartilhada entre a população de que somos cidadãos iguais. Essa percepção aflora e passa para um segundo plano frente a percepções de desigualdade. Isso é essencial da própria democracia ocidental”, frisou o pensador. “Há uma dificuldade entre os grupos de se verem e entenderem como parceiros. A igualdade de distribuição é importante na democracia, mas é preciso algo ainda maior. Trata-se dos bens irredutivelmente sociais”.

Supernormatividade

Somos obrigados a passar de uma noção puramente normativa e individual para uma outra que examina as condições da realização das normas. Essa teoria também coloca em primeiro plano certos bens sociais irredutíveis. Não teremos o tipo de sociedade que queremos a menos que tenhamos muita solidariedade, confiança mútua, comunalidade. Não chegamos nem sequer perto daquelas normas, e precisamos ter uma teoria que dê conta disso.

E o que move essa supernormatividade e concentração? É uma concepção profunda e defeituosa do raciocínio, da razão. Em Richard Dawkins⁹ vemos que o direito é mais

9 Clinton Richard Dawkins (1941): zoólogo, etólogo, evolucionista e escritor britânico, nascido no Quênia. Catedrático da Universidade de Oxford, é conhecido principalmente pela sua visão evolucionista centrada no gene, exposta em seu livro *O gene egoísta*, publicado em 1976. O livro também introduz o termo “meme”, o que ajudou na criação da memética. Em 1982, realizou uma grande contribuição à ciência da evolução com a teoria, apresentada em seu livro *O fenótipo estendido*. Desde então escreveu outros livros sobre evolução e apareceu em vários programas de televisão e rádio para falar de temas como biologia evolutiva, criacionismo, religião. Por sua

importante que o bem. Qual é a ação correta a ser feita? O bem é uma abreviação entre o que era a vida boa para os antigos? Surge a esperança

intransigente defesa à teoria de Darwin, recebeu o apelido de “rottweiler de Darwin”, em alusão ao apelido de Thomas H. Huxley, que era chamado de “bulldog de Darwin (Darwin’s bulldog). Recentemente está envolto em grande polêmica por conta das ideias contidas em sua obra Deus, um delírio (São Paulo: Cia das Letras, 2007), publicada em 2006 sob o título *The God delusion*. Confira o debate sobre diversas de suas ideias na edição 245 da *IHU On-Line*, de 26-11-2007, intitulada O novo ateísmo em discussão, disponível para download em <http://bit.ly/jSY3h9>. (Nota da *IHU On-Line*)

no pensamento pós-iluminista que podemos deixar tudo isso de lado.

“Temos uma compreensão muito reduzida da racionalidade na filosofia moderna. O raciocínio é fundamental na racionalidade, mas claramente isso não é a história toda, porque qual quer raciocínio acontece numa certa linguagem. O raciocínio só é bom na medida em que os termos sejam perceptíveis”, acrescentou Taylor. Nosso conhecimento é inseparável do contexto em que vivemos e como superamos as fontes de conflito.

Na opinião de Taylor, o que se verifica é que sentimos um impulso mais

forte para ajudar certas pessoas porque formamos comunidade com elas. Aí surge a questão sobre o bem que reside nessa comunidade. De toda forma, é preciso uma mudança de paradigma. Um bom exemplo disso é a **Teologia da Libertação**¹⁰. “Temos uma tradição cristã antiga e estabelecida que faz a opção preferencial pelos pobres. Há uma junção de compreensão onde os encontramos na história moderna”, disse o filósofo.

10 A Revista *IHU On-Line* dedicou dois números à Teologia da Libertação publicadas em 2007 e em 2011. Confira, respectivamente, nos links <http://bit.ly/bsMG96> e <http://bit.ly/SSYVTO>.

A vivência da fé numa sociedade secular. Um relato autobiográfico de Charles Taylor

Na manhã da sexta-feira, 26-04-13, Charles Taylor esteve à frente da **Conversação com teólogos/as: vivência da fé numa era secular. Um relato autobiográfico**. Ele recuperou aspectos sobre sua vivência religiosa, referindo-se à experiência da igreja católica de língua inglesa em Quebec, no Canadá, cujo início se deu no século XVII.

A reportagem é de Márcia Junges.

De acordo com Taylor, há três tipos de biografias entre os cristãos no nosso tempo. Primeiramente mencionou aquelas pessoas que não vivenciaram rupturas em sua fé, prosseguindo com o credo que professavam em família, desde cedo. Essas pessoas se sentem ameaçadas pela secularização que se propaga pelo mundo, e querem se defender desse tipo de ambiente. Bento XVI se encaixa nesse perfil, comentou.

No segundo grupo de cristãos se enquadram aqueles que ainda creem, ao passo que no terceiro grupo figuram os que passaram a crer novamente.

Os cristãos que ainda creem são aqueles que pensam que talvez tenham uma perspectiva semelhante à primeira categoria de pessoas descritas por Taylor, as tradicionais. Essas são pessoas cujo hiato que ocorreu em sua vida foi motivado pela forma

contínua da fé que seus pais tinham. Descobriram nova caminhada para dentro da fé. Esse hiato aponta para formas muito diferentes de vivenciar a fé, na qual as pessoas não podem simplesmente recuperar a forma que esta tinha no passado. Isso não significa nada para elas. Mas trata-se de recuperar uma nova abordagem para a fé. O **Concílio Vaticano II**¹¹ constituiu a base para uma série de pessoas que voltaram a crer. Tratava-se de um empreendimento extraordinário de teólogos que organizaram esse evento.

Para os teólogos Yves Congar¹² e Henri De Lubac¹³ estas formas diferen-

tes estão no contexto de uma profunda continuidade da tradição. De certa forma, toda trajetória intelectual desses teólogos frente ao antimodernismo era de recuperar as fontes dos padres da Igreja para ver que havia uma forma de se apropriar dessa herança. A teologia por trás do **Vaticano II** se deu conta da importância do voltar a crer.

O retorno à fé

No grupo três há a percepção de que foi um erro abandonar a fé, e passa-se a ver sentido novamente na crença, destaca Taylor. O filósofo canadense se disse integrante dessa parcela de cristãos. “Antes do **Vaticano II** eu era um adolescente confuso. Agora sou um octogenário confuso”, gracejou. “Muitas coisas não eram aceitáveis na Igreja no meu tempo de juventude. A Igreja em Quebec era muito autoritária. Quando você saía da religião, era visto como uma pessoa desajustada”. Taylor men-

11 Confira a Revista *IHU On-Line* sobre o tema no link <http://bit.ly/REokjn>.

12 Yves Marie-Joseph Congar (1904:1995): teólogo dominicano francês, conhecido por sua participação no Concílio Vaticano II. Foi duramente perseguido pelo Vaticano, antes do Concílio, por seu trabalho teológico. A isso se refere o seu confrade Tillard quando fala dos “exílios”. Sobre Congar a *IHU On-Line* publicou um artigo escrito por Rosino Gibellini, originalmente no site da Editora Queriniana, na editoria Memória da edição 150, de 8-08-2005, lembrando os dez anos de sua morte, completados em 22-06-1995. Também dedicamos a editoria Memória da 102ª edição da *IHU On-Line*, de 24-05-2004, à comemoração do centenário de nascimento de Congar. (Nota da *IHU On-Line*)

13 Henri de Lubac (1896-1991): teólogo jesuíta francês. Foi suspenso pelo Papa Pio

XII. No seu exílio intelectual, escreveu um verdadeiro poema de amor à Igreja que são as suas *Méditations sur l’Eglise*. Foi convidado a participar do Concílio Vaticano II como perito e o Papa João Paulo II o fez cardeal no ano de 1983. É considerado um dos teólogos católicos mais eminentes do século XX. Sua principal contribuição foi o modo de entender o fim sobrenatural do homem e sua relação com a graça. (Nota da *IHU On-Line*)

cionou a importância das obras de **Con-gar** e **De Lubac** nessa fase de questionamentos que viveu na juventude.

Uma busca constante

Dando início ao debate que seguiu ao relato autobiográfico de Taylor, o coordenador do curso de Jornalismo da Unisinos, Edelberto Behs, questionou a pertinência de se falar de um quarto grupo de cristãos. Trata-se daqueles que não se ligam a nenhuma instituição, mencionou. Charles Taylor destacou que evidentemente existe uma relação entre o terceiro e a quarto grupos. As pessoas do grupo três entendem a si como envolvidos numa busca. Uma das diferenças é que não estão simplesmente mais uma vez em busca de uma verdade que colocaram em dúvida e voltaram a ela. “Mas se envolveram numa busca que residia na fé cristã e precisavam organizar isso”, assinalou. E completa: “Existe, sim, uma quarta biografia, mas seus integrantes estão no mesmo espaço. Há uma conexão entre ainda crer e crer novamente. As pessoas estão em busca sempre”.

Sociabilidade difusa

Outra temática que surgiu no debate foi a questão da relação mídia e religião. Para Edelberto Behs, a sociedade da informação está criando uma nova ambiência e transformando a religião. “Não sabemos o que vai ser isso, mas é inegável que essas relações com a fé estão em processo de mutação”. As igrejas tradicionais têm perdido espaço nesse cenário, acrescentou.

Para Taylor, a continuidade não se constitui na nova tecnologia, mas intensifica algo que já estava acontecendo. Num mundo de pessoas em busca há aqueles que habitam. Entre os buscadores já surgiram vários tipos de sociabilidades diferentes, de modo que pode haver conexão entre elas porque são pessoas que buscam de forma geral, ou querem uma disciplina de meditação. Se essas pessoas tem fé e pertencem à igreja, esse tipo de sociabilidade difusa foi incrementada, intensificada pelas novas mídias. Podemos ver isso em todos os campos, como na política. “A conectividade adquiriu uma nova qua-

lidade. Essa busca difusa começou nos EUA. As novas mídias fazem diferença na era secular, mas não são cruciais”, ponderou o filósofo.

Convívio problemático com a diversidade

O Frei Luís Carlos Susin, da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre – PUCRS questionou sobre a o crescimento do fundamentalismo, que toma conta de modos diferenciados de várias partes do mundo, bem como do pentecostalismo e das experiências carismáticas. Para Taylor, o fundamentalismo bíblico norte-americano introduz uma noção de sentido literal que não seria compreendida por Santo Agostinho. Existe uma tecnologia na criação de mais solidariedade fundamentalista, como a Al-Qaeda, e existe a tecnologia para as pessoas que buscam crer. Há uma sensação de ameaça que algumas pessoas experenciam. Quanto ao fundamentalismo ateuista, Taylor disse que a postura de Richard Dawkins é semelhante àquela dos bispos anglicanos do século XIX em relação a Charles Darwin.

O diálogo entre a primeira e a segunda modernidade, o sincretismo religioso brasileiro e a nova gramática do mistério foram outros temas abordados na conversa. Sobre o sincretismo, Taylor mencionou que tal experiência é também encontrada no Japão e Índia. Estamos em um mundo de múltiplas possibilidades e conexões sincretistas entre indivíduos. Vive-se na fronteira, mencionou.

Outra questão que suscitou discussões foi sobre a possibilidade de articular politicamente a fraternidade, a igualdade e a liberdade. Para Taylor é preciso ver a estranha dialética da histórica, com essas ideias apontadas. “Elas foram assumidas em formas que negam inteiramente a fé”. Existem várias formas pelas quais esses ideais foram assumidos e distorcidos. No caso político da Revolução Francesa a igualdade foi suprimida rapidamente. No Novo Testamento vê-se um conjunto de regras que parecem corretas e inquestionáveis, mas que quando aplicadas vão contra o espírito

de Deus. Em seu ponto de vista, “convivemos muito mal com a diversidade”.

Sacerdócio e gênero

Taylor se diz muito encorajado pelas ações do Papa Francisco, que foi escolhido em 13-03-2013 pelo colégio cardinalício. O Sumo Pontífice aponta para os novos tempos que vivem a sociedade e a igreja. “O mundo moderno pode ser tudo, menos relativista. Há malucos fundamentalistas por todo lado. E quando a igreja fala a partir do Evangelho, ela sempre cativa as pessoas”.

Questionado sobre a possibilidade do Papa Francisco autorizar o sacerdócio feminino ele diz que “detestaria ser o Papa” nessa hora dada a complexidade da questão. Contudo, destacou: “É preciso romper o vínculo entre o sacerdócio e o gênero”. No futuro as pessoas se perguntarão pelo motivo que impedia as mulheres de serem ordenadas.

Confira aqui a programação completa dos eventos de **Charles Taylor** no **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**: <http://bit.ly/ZSOYZL>

Leia mais...

>> Confira outros materiais sobre Charles Taylor publicados pelo site do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**.

- *Sociedade, Religiões e Secularização. Debate com Charles Taylor. Notícias do Dia* 26-04-2013, disponível em <http://bit.ly/12rNrOw>
- *A contribuição de Charles Taylor à autonomia na Modernidade. Entrevista com Paulo Roberto Monteiro de Araújo, edição 220 da revista IHU On-Line*, de 21-05-2007, disponível em <http://bit.ly/HpAZ5r>
- *O porquê do retorno do sagrado. Um artigo de Charles Taylor. Notícias do Dia* 23-01-2009, disponível em <http://bit.ly/I9MgrZ>
- *Cidadãos modelos: uma vida melhor ajuda a integração. Notícias do Dia* 15-07-2011, disponível em <http://bit.ly/HsbTHN>

Charles Taylor no Brasil

Roteiro de Viagens e atividades acadêmicas

Acompanhe o roteiro de atividades acadêmicas de Charles Taylor no Brasil:

- 23 a 29/04/2013 – Taylor participou de atividades acadêmicas no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em São Leopoldo-RS.
- 30/04/2013 – Atividade na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR em parceria com o Centro de Pesquisas e Apoio a Trabalhadores – Cepat¹, participando do colóquio com professores e alunos: “Desafios da filosofia e da teologia em uma sociedade secular” e ministrando a conferência: “Religiões e Sociedade nas trilhas da secularização.”
- 05/05/2013 – Atividades acadêmicas em Belo Horizonte nas Faculdades Jesuítas – FAJE.
- 06/05/2013 – Atividades acadêmicas em Belo Horizonte Faculdades Jesuítas – FAJE, com palestra para professores e alunos de teologia.
- 06/05/2013 – Conferência na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas.
- 07/05/2013 – A FAJE terá nova palestra para professores e alunos de teologia.
- 08/05/2013 – Taylor participará de atividades acadêmicas na Universidade Cândido Mendes – RJ, com a conferência “Alguns aspectos do processo de secularização”.
- 10/05/2013 – Atividades acadêmicas na Universidade Federal de Rio Grande do Norte – UFRN, com a conferência “Políticas do reconhecimento: Um debate contemporâneo”.
- 12/05/2013 – Atividades acadêmicas na Universidade Católica de Pernambuco – Unicap. Mais informações em <http://bit.ly/17tbMFS>.
- 13/05/2013 – Colóquio na Universidade Católica de Pernambuco – Unicap com professores de teologia e filosofia: “Uma era Secular”, bem como a conferência “Políticas do reconhecimento”.
- 14/05/2013 – Colóquio na Universidade Católica de Pernambuco – Unicap com professores de teologia e filosofia “Uma era secular” e a conferência “Religiões e sociedade nas trilhas da secularização”.
- A vinda de Charles Taylor ao Brasil é uma promoção do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

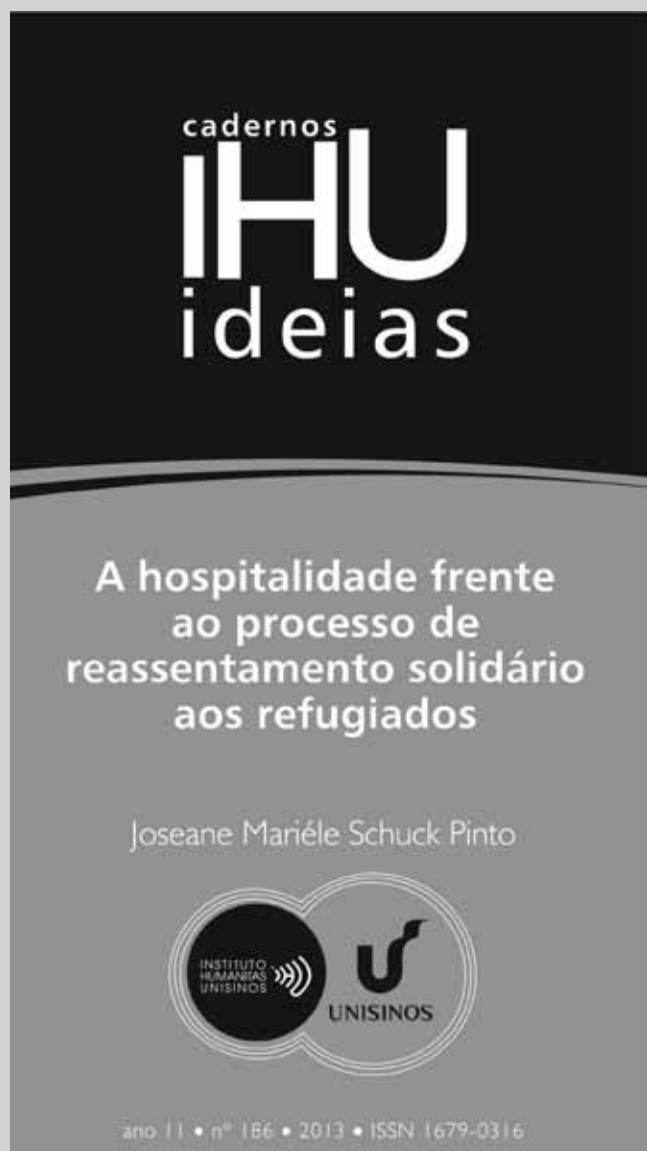
¹ Mais informações no link <http://bit.ly/10CUzda>.

Acesse o Twitter do IHU em twitter.com/_ihu



Publicação em destaque

Confira uma das publicações mais recentes do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Cadernos IHU ideias

A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados

O Caderno IHU ideias apresenta o texto *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* de **Joseane Mariéle Schuck Pinto**, bacharel em Direito e aluna do curso de especialização em Relações Internacionais e Diplomacia, pela Unisinos. O ensaio apresenta o trabalho de reassentamento solidário dos refugiados, que necessitam deixar os países de origem devido à perseguição por cor, raça, religião, conflitos armados ou ideologia política, trabalho que é feito pela Associação Antônio Vieira – ASAV, vinculada ao Alto Comitê Nacional para os refugiados – Acnur e ao Comitê Nacional para os Refugiados – Conare.

A autora faz um pequeno resgate histórico dos movimentos migratórios de refugiados, desde a primeira metade do século XX com a Segunda Guerra Mundial, e na segunda metade com a descolonização afro-asiática. O Brasil, destaca Joseane, é reconhecido diante da comunidade internacional “por sua postura humanitária em relação ao atendimento de refugiados, não obstante os problemas internos relacionados aos âmbitos social, econômico e político, sendo que a busca da integração é a forma de refúgio mais plena e, contudo, mais complexa, uma vez que ultrapassa as expressões iniciais de acolhida, da documentação, do atendimento a necessidades básicas e imediatas”.

Uma discussão do texto aborda a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948. O

foco do debate gira em torno das concepções universalistas e relativistas culturais, à medida que os primeiros sustentam uma proposta ocidental de direitos humanos – fundada no individualismo, nos direitos civis e políticos –, enquanto os segundos sustentam uma concepção oriental – baseada no coletivismo, nos direitos econômicos e sociais. É diante destes paralelos que a autora apresenta o trabalho de acolhimento dos refugiados na contemporaneidade.

Os **Cadernos IHU ideias** podem ser adquiridos diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no campus da Unisinos, ou pelo e-mail humanitas@unisinos.br.

A partir de 5-05-2013 esta edição estará disponível na íntegra, neste sítio, em formato PDF.

Mais informações podem ser obtidas no link bit.ly/LGK9BC ou pelo telefone (51) 3590.4888.

Retrovisor



O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975

Edição: 206 – Ano VI – 27-11-2006

Disponível em <http://bit.ly/ZJYkrO>

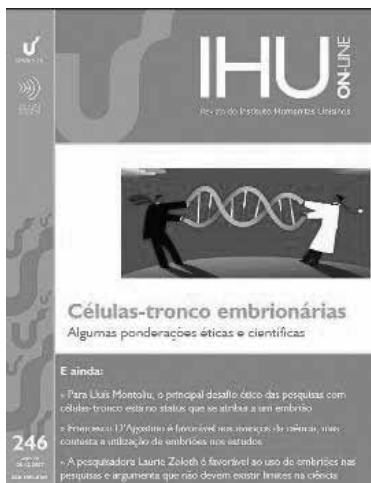
Hannah Arendt nasceu em 1906, em Linden, perto de Hannover, na Alemanha. Os pais, judeus reformados, segundo Julia Kristeva, eram críticos do sionismo. Em 1933, ela se exila, escapando da Shoah, inicialmente, em Paris, depois em Nova York, em 1941, tornando-se cidadã norte-americana. A edição comemora o centenário de nascimento de Hannah Arendt e dá continuidade à edição n. 168, de 12-12-2005, sob o título **Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein**, três mulheres que marcaram o século XXI. Contribuem para esta edição **Julia Kristeva, Miroslav Milovic, Françoise Collin, Sylvie Courtine-Denamy, Lisa Disch e Fina Birulés**. Complementa o número um texto de Gilmar Hermes sobre a 27ª. Bienal Internacional de São Paulo.

Carlos Drummond de Andrade: o poeta e escritor que detinha o sentimento do mundo

Edição: 232 – Ano VII – 20-08-2007

Disponível em <http://bit.ly/13UNp5N>

“No meio do caminho tinha uma pedra / tinha uma pedra no meio do caminho”. Quem não se lembra de Carlos Drummond de Andrade quando escuta esses versos já clássicos? Por ocasião dos 20 anos da morte do poeta, em 17 de agosto de 2007, a revista **IHU On-Line** fez uma edição especial sobre a obra do autor. Participam do número **Afonso Romano De Sant’anna, Alcides Villaça, John Gledson e Iumna Maria Simon, Luiz Costa Lima, Ronald Polito e Ana Lúcia Liberato Tettamanzy**. Confira também a entrevista sobre o pensamento de Celso Furtado, sempre atual e questionador, com o professor da UFRGS e doutor em economia **Pedro Cezar Dutra da Fonseca**. A Profa. Dra. Christa Berger, jornalista e pesquisadora do PPG em Comunicação da Unisinos, fala sobre a contribuição da mídia para a formulação de uma política de memória.



Células-tronco embrionárias: algumas ponderações éticas e científicas

Edição: 246 – Ano VII – 03-12-2007

Disponível em <http://bit.ly/17UzrjH>

Antes mesmo do julgamento do Supremo Tribunal Federal – STF sobre a ação direta de inconstitucionalidade que barra a pesquisa com células-tronco embrionárias, autorizada pela Lei de Biossegurança, a revista **IHU On-Line** lançou um debate sobre as questões éticas relacionadas ao tema. No ano seguinte a Corte declarou que esta não está em contrariedade com a Constituição. Debateram o tema **Luís Montoliu, Cláudio Fonteles, Francesco D’Agostino e Laurie Zoloth, Karen Lebacqz, José Garcia Abreu Junior, Volnei Garrafa e James Edgar Till**. A edição conta com um poema do professor aposentado **Benno Dischinger**, que também é o destaque do IHU Repórter desta semana.

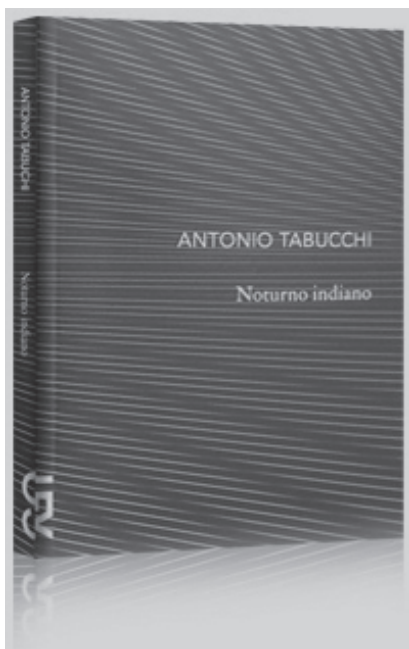
PINKER, Stevem. Os anjos bons da nossa natureza – Por que a violência diminuiu. (São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 1.048 pág)

Acabo de atravessar, ao longo de mil páginas, centenas de argumentos detalhadamente articulados em defesa de uma tese que parece absolutamente improvável para a nossa experiência cotidiana: a violência diminuiu em termos absolutos ao longo da jornada milenar do *homo sapiens* até os dias de hoje. Essa é a tese central de *Os anjos bons da nossa natureza*, nova obra de Steven Pinker, um dos expoentes da chamada psicologia evolucionária, professor da Universidade de Harvard e considerado pela revista *Time* uma das cem personalidades mais influentes do mundo atual. A última e mais gratificante leitura que fiz nos últimos tempos. As críticas a sua tese são compreensíveis. Enfatizamos muito mais eventos recentes do que devastações de séculos e milênios passados. O assassinato de um vizinho tem mais impacto para nossa mente do que os cerca de 100 milhões de mortos em nome do comunismo no século XX ou os 65 milhões de mortos durante o tráfico transatlântico de escravos nos séculos XVI e XVII. Essa é a chave de ouro de Pinker: desfazer senso-comuns. Desativar as afirmações superficiais sobre o tema.

Rodrigo Petronio Ribeiro é editor, escritor e professor. Formado em Letras Clássicas pela USP, é professor da Casa do Saber, da Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, do Museu da Imagem e do Som – MIS e da Fundação Ema Klabin.



TABUCCHI, Antonio. Noturno Indiano. (São Paulo: Cosac Naif, 2012. 96 pág)



[imagens: noturno_indiano.jpg / Robertson Frizero.jpg]

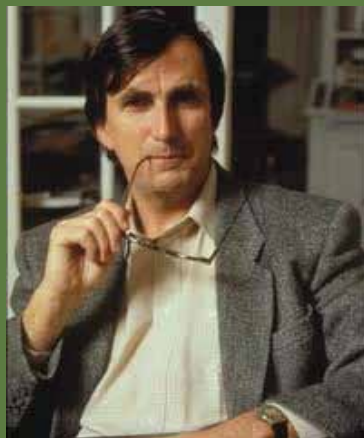
“Noturno Indiano”, do italiano Antonio Tabucchi¹, propõe uma viagem misteriosa, mas profundamente realista, à cidade indiana de Bombaim na companhia do narrador que investiga por conta própria o paradeiro de um amigo que não encontra há muitos anos. A prosa fluida e rica de Tabucchi leva o leitor a um labirinto de referências e paisagens, na qual não há certezas e cada nova pista conduz a um novo universo de surpresas na paisagem da Índia. À procura desse amigo que já pode até mesmo estar morto, ou vivendo clandestinamente por conta de seu envolvimento com uma organização secreta, visitamos com ele o mosaico de incríveis contrastes daquele país – do misticismo ocidentalizado da Sociedade Teosófica à figura de um taxista ateu, do desafio de dormir em espeluncas na periferia a uma noite no mais luxuoso hotel de Bombaim, das péssimas condições de um hospital público aos serviços de um adivinho e curandeiro local. É nessa verdadeira colcha de retalhos que Tabucchi estende uma trama que mantém o leitor preso até o final repleto de novas surpresas e revelações. Boa literatura por um escritor que conhece bem o ofício de contar uma história.

Robertson Frizero é mestre em Teoria da Literatura pela PUCRS, escritor e professor de Criação Literária.

¹ Antonio Tabucchi (1943-2012): foi um escritor italiano, professor de Língua e Literatura Portuguesa na Universidade de Siena. Em 2004 obteve também a nacionalidade portuguesa. É autor de mais 30 livros. (Nota da IHU On-Line)

Tecnologia e trabalho

Na quinta-feira, dia 02 de maio, a Profa. Dra. Valmíria Carolina Piccinini, da UFRGS, irá proferir a palestra “As inovações tecnológicas e/ou sócio organizacionais e seus impactos nas relações de trabalho”. O evento acontece das 17h30 às 19h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU. Mais informações em <http://bit.ly/14kjqEx>



A ciência em ação de Bruno Latour

No próximo dia 02 de maio, durante a programação do I Seminário – XIV Simpósio Internacional IHU: Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades, será realizada a palestra “A ciência em ação de Bruno Latour”, com a

Profa. Dra. Letícia de Luna Freire, da UFRJ, das 19h30 às 22h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU.

A palestra da professora Leticia, que concedeu uma entrevista nesta edição, antecede ao XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades.

Mais informações podem ser obtidas em <http://bit.ly/XW4RxK>

Charles Taylor no Brasil

Acompanhe o roteiro de atividades acadêmicas de Charles Taylor no Brasil:

De 23 a 29/04, Taylor participou de atividades acadêmicas no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em São Leopoldo-RS.

Dia 30/04 ele estará na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR em parceria com o Centro de Pesquisas e Apoio a Trabalhadores – Cepat, participando do colóquio com professores e alunos: “Desafios da filosofia e da teologia em uma sociedade secular” e ministrando a conferência: “Religiões e Sociedade nas trilhas da secularização”

Dia 05/05 serão realizadas atividades acadêmicas em Belo Horizonte, sendo que dia 06/05 haverá uma palestra para professores e alunos de teologia das Faculdades Jesuítas – FAJE, e uma conferência na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. A FAJE também será palco no dia 7/05 de outra palestra para professores e alunos de teologia.

Já no dia 08/05 Taylor participará de atividades acadêmicas na Universidade Cândido Mendes - RJ, com a conferência “Alguns aspectos do processo de secularização”.

E no dia 10/05 as atividades acadêmicas serão na Universidade Federal de Rio Grande do Norte – UFRN, como a conferência “Políticas do reconhecimento: Um debate contemporâneo”.

Dia 12/05 acontecem atividades acadêmicas na Universidade Católica de Pernambuco – Unicap e no dia 13/05 um colóquio com professores de teologia e filosofia: “Uma era Secular”, bem como a conferência “Políticas do reconhecimento”.

O roteiro encerra no dia 14/05 com o colóquio com professores de teologia e filosofia “Uma era secular” e a conferência “Religiões e sociedade nas trilhas da secularização”.

A vinda de Charles Taylor ao Brasil é uma promoção do Instituto Humanitas Unisinos - IHU

